

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE FILOSOFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA

CARLOS STUART CORONEL PALMA JUNIOR

TOCQUEVILLE E OS CAMINHOS DA IGUALDADE:
DA DEMOCRACIA NA AMÉRICA AOS PORÕES DE MANCHESTER, OS
LIBERALISMOS EM CONFLITO

GOIÂNIA
2023



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE FILOSOFIA

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES

E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a [Lei 9.610/98](#), o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFG é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. Identificação do material bibliográfico

Dissertação Tese Outro*: _____

*No caso de mestrado/doutorado profissional, indique o formato do Trabalho de Conclusão de Curso, permitido no documento de área, correspondente ao programa de pós-graduação, orientado pela legislação vigente da CAPES.

Exemplos: Estudo de caso ou Revisão sistemática ou outros formatos.

2. Nome completo do autor

CARLOS STUART CORONEL PALMA JUNIOR

3. Título do trabalho

“Tocqueville e os caminhos da igualdade: Da Democracia na América aos porões de Manchester, os liberais em conflito”

4. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)

Concorda com a liberação total do documento SIM NÃO¹

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante:

- a) consulta ao(à) autor(a) e ao(à) orientador(a);
- b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação. O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

Obs. Este termo deverá ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.



Documento assinado eletronicamente por **Helena Esser Dos Reis, Professora do Magistério Superior**, em 15/11/2023, às 11:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Stuart Coronel Palma Junior, Discente**, em 17/11/2023, às 07:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **4187755** e o código CRC **27A09DB5**.

CARLOS STUART CORONEL PALMA JUNIOR

Tocqueville e os caminhos da igualdade:

Da Democracia na América aos porões de Manchester, os liberalismos em conflito

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia, da Faculdade de Filosofia da Universidade Federal de Goiás, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Filosofia.

Área de concentração: Filosofia

Linha de Pesquisa: Ética e Filosofia Política

Orientadora: Prof.^a Dra. Helena Esser dos Reis

GOIÂNIA

2023

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Palma Junior, Carlos Stuart Coronel

Tocqueville e os caminhos da igualdade [manuscrito] : Da Democracia na América aos porões de Manchester, os liberalismos em conflito / Carlos Stuart Coronel Palma Junior. - 2023.
cxxxii, 132 f.

Orientador: Profa. Dra. Helena Esser dos Reis.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Filosofia (Fafil), Programa de Pós-Graduação em Filosofia, Goiânia, 2023.

1. Alexis de Tocqueville. 2. democracia. 3. igualdade. 4. liberalismo. 5. pauperismo. I. Reis, Helena Esser dos, orient. II. Título.

CDU 1



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

FACULDADE DE FILOSOFIA

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Ata nº 29 da sessão de Defesa de Dissertação de CARLOS STUART CORONEL PALMA JUNIOR, do Programa de Pós-Graduação em Filosofia, que confere o título de Mestre, na área de concentração em Filosofia.

Aos vinte e oito dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e três, a partir das 14 horas, de modo semi-presencial, realizou-se a sessão pública de Defesa de Dissertação intitulada “Tocqueville e os caminhos da igualdade: Da Democracia na América aos porões de Manchester, o liberalismo em conflito”. Os trabalhos foram instalados pela Orientadora, Professora Doutora Helena Esser dos Reis (FAFIL-UFG) com a participação dos demais membros da Banca Examinadora: Professora Doutora Maria Isabel de Magalhães Papaterra Limongi (UFPR), membro titular externo; cuja participação ocorreu através de videoconferência, Professor Doutor Adriano Correia Silva (FAFIL-UFG), membro titular interno. Durante a arguição os membros da banca fizeram sugestão de alteração do título do trabalho. A Banca Examinadora reuniu-se em sessão secreta a fim de concluir o julgamento da Dissertação, tendo sido o candidato(a) **aprovado** pelos seus membros. Proclamados os resultados pelo(a) Professora Doutora Helena Esser dos Reis, Presidente da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar, lavrou-se a presente ata que é assinada pelos Membros da Banca Examinadora, aos vinte e oito dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e três.

TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA

“Tocqueville e os caminhos da igualdade: Da Democracia na América aos porões de Manchester, os liberalismos em conflito”



Documento assinado eletronicamente por **Helena Esser Dos Reis, Professora do Magistério Superior**, em 28/09/2023, às 16:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Adriano Correia Silva, Professor do Magistério Superior**, em 28/09/2023, às 16:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Bazilio Dalla Vecchia, Coordenador de Pós-Graduação**, em 17/11/2023, às 09:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **4078022** e o código CRC **6F76D0F8**.

08/01/2024 11:59

SEI/UFG - 4078022 - Ata de Defesa de Dissertação

Referência: Processo nº 23070.055593/2023-18

SEI nº 4078022

AGRADECIMENTOS

Acima de todos, agradeço à professora Helena Esser pela incansável orientação, apoio e incentivo, sem os quais eu não conseguiria seguir em frente e concluir o presente trabalho. Professora Helena, sou eternamente grato!!!

Ao Raul Sena e à Bruna Alencar, em nome de quem agradeço todos os meus amigos, que tanto me incentivaram e que foram tão importantes para me ajudar a manter a sanidade durante todo o processo. Obrigado a todos!

E, por fim, agradeço aos meus pais, Carlos e Helena, e às minhas filhas, Olívia e Luísa, a quem tudo devo e tudo faço.

Este trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) – Código de Financiamento 001

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) – Finance Code 001

No meio dessa cloaca infecta que o maior rio da indústria humana nasce e vai fecundar o universo. Desse esgoto imundo, o ouro escoia. É aí que o espírito humano se aperfeiçoa e se embrutece; que a civilização produz suas maravilhas e que o homem civilizado volta quase selvagem [...].

Alexis de Tocqueville¹

¹ Tocqueville (2000, p. 112) em Manchester, no ano de 1835.

RESUMO

A presente dissertação busca compreender as influências dos liberalismos de filosofia política e econômica na obra de Alexis de Tocqueville. Com o intuito de contextualizar e avaliar a adesão do autor ao cânone liberal, buscamos, através das referências e bibliografias que estudam seu pensamento, fazer um levantamento sobre aqueles autores da corrente liberal que influenciaram o seu trabalho. Ainda, em razão do método particular de Tocqueville para analisar os fenômenos sociais – objeto do seu estudo –, que não se restringe somente ao seu arcabouço teórico, mas antes por meio do estudo direto da realidade dos fatos sociais, também avaliamos as influências liberais nas sociedades e nas instituições dos países que serviram de objeto para seus estudos; nominalmente: os Estados Unidos da América, a Inglaterra e a Irlanda. Por fim, coletamos também observações sobre a atuação parlamentar do autor, para avaliar se a ação política de Alexis de Tocqueville, enquanto homem de estado, refletia ou coadunava com as ideias ortodoxas relacionadas à corrente pensamento liberal. Assim, depois do escrutínio desses três elementos, pudemos aglutinar argumentos para responder ao questionamento proposto no tema que guiou a pesquisa.

Palavras-chave: Alexis de Tocqueville; democracia; igualdade; liberalismo; pauperismo.

ABSTRACT

This dissertation seeks to understand the influences of liberalism in political and economic philosophy on the work of Alexis de Tocqueville. In order to contextualize and evaluate the author's adherence to the liberal canon, we sought, through references and bibliographies that study his thought, to survey those authors from the liberal current who influenced his work. Furthermore, due to Tocqueville's particular method for analyzing social phenomena – the object of his study –, which is not restricted only to his theoretical framework, but rather through the direct study of the reality of social facts, we also evaluate the liberal influences on societies and institutions in the countries that served as the subject of their studies; nominally: the United States of America, England and Ireland. Finally, we also collected observations about the author's parliamentary performance, to assess whether Alexis de Tocqueville's political action, as a statesman, reflected or was in line with orthodox ideas related to current liberal thought. Thus, after scrutinizing these three elements, we were able to bring together arguments to answer the question proposed in the theme that guided the research.

Keywords: *Alexis de Tocqueville; democracy; equality; liberalism; pauperism.*

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	13
2 LIBERALISMO: REFAZENDO O PERCURSO DE TOCQUEVILLE.....	26
2.1 A democracia de Tocqueville e os “liberalismos”.....	26
2.1.1 O resgate do liberalismo e a releitura dos autores modernos.....	32
2.1.2 Rumo à América.....	36
2.2 Do “amor à liberdade” à “liberdade do mercado”, republicanismo e liberalismo na América.....	40
2.2.1 Nos mares do comércio navega a busca da liberdade do liberalismo inglês.....	40
2.2.2 América: terra de quakers, puritanos e John Locke.....	48
2.2.3 América e o republicanismo comunitário.....	59
2.3 Da “mão invisível” ao “laissez faire laissez passé” – Smith e os liberais franceses.....	64
2.3.1 Tocqueville, economia política e os economistas de seu tempo.....	66
2.3.2 Guizot e Tocqueville: duas faces do Estado francês.....	71
3 A ECONOMIA DOS NOVOS TEMPOS.....	75
3.1 Tocqueville e seu método.....	76
3.2 Tocqueville e a América Jacksoniana.....	78
3.2.1 Economia agrária da América Jacksoniana: da igualdade ao individualismo.....	80
3.3 A escravidão e a questão dos indígenas.....	90
3.3.1 Remoção dos Nativos.....	92
3.3.2 O atraso da escravidão.....	96
3.4 Inglaterra e Irlanda: da podridão fluem rios de ouro.....	100
3.4.1 A viagem de Tocqueville e Beaumont para Inglaterra e Irlanda.....	100
3.4.2 A nova aristocracia industrial e a pobreza sistêmica.....	110
3.4.3 O Pauperismo.....	115
4 CONCLUSÃO: TOCQUEVILLE, DESIGUALDADES E O LIBERALISMO NO SÉCULO XXI.....	119
5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	128

1 INTRODUÇÃO

A democracia contemporânea é um fenômeno social relativamente recente em termos históricos. Entre os pioneiros do seu estudo sistemático, antes do surgimento formal da Ciência Política, está Alexis Charles Henri Clérel, visconde de Tocqueville (mais conhecido por Alexis de Tocqueville ou somente Tocqueville), quem, depois de percorrer os Estados Unidos na sua fase inicial (pós-independência), publicou suas análises e conclusões no livro *De La Démocratie en Amérique*, em dois tomos, o primeiro em 1835 e o segundo em 1840. Em termos gerais, ele sustenta que os dois grandes princípios básicos sobre os quais se apoia a existência do sistema democrático são a “igualdade” e a “liberdade”.

Tocqueville avaliou que a “igualdade” de condições e de direitos avançava nas sociedades europeias, em particular na França, já havia alguns séculos, implicando uma gradual transição de um sistema político eminentemente aristocrático para o que viria a ser uma nova sociedade democrática. Esse avanço na igualdade entre os cidadãos, que desvinculava os indivíduos das rígidas hierarquias sociais e de direitos hereditários, possibilitava o maior exercício da “liberdade”, abrindo as portas da participação política para um número cada vez maior de pessoas, de diferentes camadas sociais².

Acerca da abordagem sobre a igualdade por Tocqueville, muito bem esclarece a autora Marta Nunes da Costa, que assim pontua:

[...] a **igualdade de condições** de que Tocqueville fala não é a igualdade material *tout court* embora ela esteja de certa forma implícita. A igualdade de condições significa, por um lado a **inexistência de hierarquias sociais** ou da divisão da sociedade em estados (clero, nobreza e povo); por outro lado, a recusa de que tal hierarquia possa voltar a existir. Isso não significa que todos partem da mesma condição material, mas sim que todos tem a possibilidade de ascender socialmente, compreendendo agora essa mobilidade social a partir da acumulação de riqueza pelo trabalho, e não pela herança ou condição pré-determinada pelo nascimento. (COSTA, 2020, p. 40).

Vale observar, como destacaremos no desenvolvimento da presente dissertação, que as pontuações feitas por Tocqueville quanto ao desenvolvimento da democracia na América eram

² “Nos Estados Unidos, os cidadãos não têm nenhuma preeminência uns sobre os outros; não devem uns aos outros nem obediência nem respeito; administram juntos a justiça e governam o Estado, e em geral se reúnem todos para tratar dos assuntos que influem sobre o destino comum; mas nunca ouvi dizer que alguém pretendesse levá-los a se divertir todos da mesma maneira, nem a se alegrar confusamente nos mesmos lugares.” (TOCQUEVILLE, 2004, p. 367).

testemunhas de um período bastante peculiar na história da jovem nação. Tratava-se da América Jacksoniana, quando da expansão territorial norte-americana pelos Montes *Appalachians* em direção ao *West*, uma sociedade em franca expansão populacional e econômica, cujos cidadãos – bem entendido, aqueles de origem anglo-saxã, brancos e livres – desfrutavam não somente de igualdade de condições em geral, mas também de um substancial nível de igualdade material.

Tocqueville registra na América um fenômeno raro nas sociedades europeias, sobretudo naquelas de natureza mais aristocrática: nos Estados Unidos, era possível identificar sinais claros de mobilidade social e econômica. Neste país, observou ele que os cidadãos saíam da pobreza, sendo capazes até de acumular fortunas, assim como relatou a rápida emergência de uma classe média cheia de desejos de consumo e bem-estar material.

Para ele, esses eram evidentes sinais de que a sociedade norte-americana desfrutava de uma maior igualdade econômica entre os seus cidadãos do que as sociedades aristocráticas europeias. Também nesse sentido, a maior distribuição das riquezas na América foi outro fato apontado pelo filósofo francês. No Capítulo X de *A democracia na América*, Tomo II, intitulado *Do gosto pelo bem-estar material na América*, destaca o autor:

Quando, ao contrário, os níveis sociais são confundidos e os privilégios destruídos, quando os patrimônios se dividem e a luz e a liberdade se difundem, a vontade de adquirir o bem-estar se apresenta à imaginação do pobre e o medo de perdê-lo ao espírito do rico. Um sem-número de fortunas medíocres se estabelece. [...] A paixão pelo bem-estar material é essencialmente uma paixão de classe média; ela cresce e se amplia com essa classe; torna-se preponderante com ela. É a partir dessa classe que alcança os níveis superiores da sociedade e desce até o seio do povo. [...] **A maior parte daqueles ricos foi pobre**; eles sentiram o aguilhão da necessidade; por muito tempo combateram uma fortuna adversa e, agora que a vitória foi alcançada, sobrevivem a eles as paixões que acompanharam sua luta; eles ficam como que embriagados no meio dessas pequenas fruições que perseguiram por quarenta anos. (TOCQUEVILLE, 2004, p. 156-157).

Assim, a igualdade era para o autor o fundamento primeiro que viabilizava a criação do sistema democrático e de suas instituições. Ao longo da história, a teoria de Tocqueville pareceu se confirmar. Os períodos de maior “ampliação das instâncias democráticas”, nas diferentes sociedades que adotaram esse sistema político, também foram períodos em que, comparativamente, houve um encurtamento entre as desigualdades nos seus países. E, no mesmo sentido, as democracias mais estáveis da atualidade são aquelas que possuem os maiores níveis de igualdade, não só formal (de direitos), mas também econômica.

Quanto à igualdade, os ouvidos atentos são capazes de escutar ainda os “ecos” do autor, quando um consenso se tem formado contemporaneamente: *“A desigualdade é uma ameaça à*

democracia”³. Essa é uma constatação partilhada por muitos economistas e cientistas políticos em pleno século XXI. Os Estados Unidos, donde brotaram as observações feitas pelo filósofo francês, hoje o país mais rico do mundo, que representa por volta de 25% da economia global, passa por uma retomada sem paralelo da desigualdade.

As grandes corporações, à medida que vêm se tornando entidades globais com base nas novas tecnologias digitais, produzem efeitos disruptivos nas cadeias de produção global. Um processo de transformação está ocorrendo movido pela automação e pela emergência cada vez mais abrangente do emprego da “inteligência artificial”, suplantando postos de trabalho, desta vez, não somente em linhas de produção e atividades de movimentos repetitivos, mas também em postos de caráter analítico e de planejamento.

O resultado disso tem sido a redução dramática da classe média, o ressurgimento da miséria e a extrema concentração de renda em escala global. No Brasil, a parcela da população 1% mais rica detém o equivalente a 29% das riquezas do país, colocando-nos na vice-liderança do *ranking* da desigualdade, atrás apenas do Catar. O Relatório Social Mundial 2020 das Nações Unidas⁴ aponta que o mundo passou por uma extraordinária expansão econômica a partir dos anos 90, porém, em um ritmo ainda mais acelerado, a desigualdade avançou e hoje os 2.153 bilionários mais ricos do mundo possuem renda equivalente à dos 4.6 bilhões de pessoas mais pobres.

³ Um estudo sobre a desigualdade na sociedade contemporânea brilhantemente antecipado pelo autor Thomas Piketty em *A Economia da Desigualdade*, de 2008. Contudo, foi o ganhador do Prêmio Nobel de Economia, Joseph Stiglitz, em seu livro de 2012 *The Price of Inequality: How today's divided society endangers our future*, que aponta os perigos da desigualdade para a democracia. O autor destaca com veemência: “*The breaking of the social bonds and trust – seen in our politics, in our financial sector, and in the workplace – will, inevitably, have broader societal consequences. Trust and reciprocal goodwill are necessary not only for the functioning of markets but also for every other aspect of societal cooperation. We have explained how the long-term success of any country requires social cohesion – a kind of social contract that binds members of society together. Experiences elsewhere have shown, however, the fragility of social cohesion. When the social contract gets broken, social cohesion quickly erodes. Governments and societies make decisions – expressed through policies, laws, and budgetary choices—that either strengthen that contract or weaken it. By allowing inequality to metastasize unchecked, America is choosing a path of the destruction of social capital, if not social conflict. As we have emphasized, the arena in which social cooperation is absolutely essential is politics, for it is here that collective decisions affecting all are taken. Of course, there are other ways of organizing life: police states provide rules and punishments for disobeying. It is a system of compliance based on “incentives” – the incentives of threats. But such societies typically do not function well. The enforcers cannot be everywhere to make good on the threats, and if there is a sense that the rules and regulations are unfair, there will be attempts at circumvention. It will be expensive to achieve compliance, and even then it will be only partial. Productivity will be low, and life will be unpleasant.*” (STIGLITZ, 2012. p. 113).

⁴ Disponível em: <https://www.un.org/development/desa/dspd/wp-content/uploads/sites/22/2020/02/World-Social-Report2020-FullReport.pdf>.

Diante da importância da igualdade no estudo da teoria democrática para Tocqueville, o tema proposto nesta dissertação aborda a evolução da concepção de igualdade formulada pelo autor, que, já no primeiro parágrafo de sua obra magna, não hesita em ir direto ao ponto, quando descreve a sua observação sobre a isonomia com um tom que prenuncia as ideias que vão dali derivar e inaugurar na teoria política a análise da democracia moderna:

Entre os novos objetos que me chamaram a atenção durante minha permanência nos Estados Unidos nenhum me impressionou mais do que a igualdade das condições. Descobri sem custo a influência prodigiosa que exerce esse primeiro fato sobre o andamento da sociedade; ele proporciona ao espírito público certa direção, certo aspecto às leis; aos governantes, novas máximas e hábitos particulares aos governados. (TOCQUEVILLE, 2005, p. 8).

Vale destacar que o estilo da análise teórica do autor não nos dá uma definição ou conceito acerca desses princípios. Tocqueville utiliza os termos “igualdade” e “liberdade” de modo aberto e lhes atribui variações e contextualizações diferentes ao longo do texto da *A democracia na América*, e também ao longo de sua obra, em outros escritos e posições políticas. É neste ponto que o presente trabalho busca o foco da pesquisa empreendida.

Procurar-se-á demonstrar, pelas pesquisas bibliográficas realizadas, que, assim como o autor atribui à liberdade uma miríade de sentidos e contextos, também a sua concepção acerca da igualdade foi objeto de reflexão e transformação por parte do autor. Essa concepção sofreu uma evolução perceptível em face das várias vertentes do “liberalismo” que influenciaram o seu pensamento ao longo de sua obra, confrontadas com a realidade fática das relações sociais, das quais era arguto observador e estudioso.

A esse respeito, diferente de outros autores contemporâneos, que buscaram formular teorias políticas abrangentes organizadas em sistemas filosófico-político-econômicos – como John Stuart Mill no campo liberal, ou mesmo, um pouco adiante, Marx e Engels, como veremos em capítulo próprio mais adiante –, Tocqueville não se fia em preconceções, dogmas ou teses preconcebidas. O seu pensamento e sua teoria política decorrem, além da sólida base teórica – fruto de uma educação privilegiada, calcada em obras filosóficas e políticas fundamentais, e em mestres renomados da época (como veremos) –, da investigação sagaz, profunda e empírica das relações sociais, políticas e econômicas das sociedades e sistemas políticos que são objetos de seus estudos.

Trata-se de uma abordagem singular e pragmática, que tem como fonte primária as observações feitas em viagens a campo, primeiramente, aquela para os Estados Unidos, quando

elabora a base para o projeto do seu “edifício” teórico social – histórico, político, econômico, sociológico e também jurídico – ,que resulta na obra *A democracia na América*, mas também quando testemunha e analisa a pobreza extrema nos porões e fábricas da emergente sociedade industrializada da Inglaterra, em cidades como Manchester e Liverpool, e, por fim, a miséria produzida por latifúndios agrícolas e a profunda desigualdade econômica vivida na Irlanda.

Portanto, o autor não encerra a construção de sua teoria apenas no que percebe na jovem nação norte-americana. A igualdade, tanto a formal, como a econômica, conforme observa o nobre francês, também era uma variável que estava em profunda transformação. E as viagens de Tocqueville para Inglaterra e Irlanda tiveram papel fundamental para a essa percepção do intelectual, que teve um profundo impacto em sua concepção sobre equidade.

Nesse sentido, a presente dissertação busca demonstrar que a concepção de igualdade de Tocqueville vai variar ao longo de sua obra, na medida em que também amadurecem e se modificam as suas posições, confrontadas com os fenômenos sociais que observe, e frente às diferentes vertentes do “liberalismo” que circulavam em sua época.

A sua síntese pragmática envolvia as particularidades da formação intelectual do autor. A princípio, partiu de uma base acadêmica fruto de sua educação clássica e aristocrática, que lhe conferiu certos posicionamentos conservadores, mas também lhe conferiu sua característica mais marcante: a liberdade do seu pensamento – não dogmático.

Dessas primeiras influências intelectuais, deve-se destacar as leituras de Montesquieu, Rousseau e Pascal. Rousseau, por exemplo, teve particular importância quando Tocqueville interpretou a formação dos EUA. Naquele momento, sua base econômica estava fundada em um integrado sistema agrícola, formado por minifúndios, pequenos “proprietários-cidadãos”, em um país que possuía ainda grandes extensões de terras por serem “ocupadas” no “caminho para o oeste”, por colonos e imigrantes europeus que todos os dias desembarcavam nos portos da costa leste para “fazer a América”.

A sua instrução como jurista e também a forte marca das leituras de Montesquieu lhe forneceram o instrumental necessário para compreender as instituições americanas, manifestas na organização independente dos poderes do governo: Executivo, Legislativo e Judiciário.

Contudo, o autor estendeu a sua análise às organizações civis americanas que, a seu ver, também impactavam a democracia enquanto sistema político: as organizações, associações, paróquias e os conselhos locais, que cumpriam as mais diversas funções para a resolução de problemas ou regulação para as comunidades locais, formadas exclusivamente por cidadãos. E essa participação cidadã materializava a “liberdade”, princípio sobre o qual repousara o sistema democrático, em condições de “igualdade”.

Ainda quanto a sua formação jurídica, tem-se que esta foi determinante para lhe proporcionar a possibilidade de ocupar postos na burocracia de Estado na França – donde pôde analisá-la nas suas entranhas –, em um momento de transição daquele país, cujo Antigo Regime havia sido reestruturado pela “restauração pós revolucionária” como um Estado monárquico e constitucional liberal.

Durante a vida de Tocqueville, a França e suas instituições ainda passariam por muitos solavancos, e, nas suas críticas e opiniões, o intelectual deu lugar em diversos momentos ao homem político, como deputado, e como Ministro de Estado.

Enfim, completando o pano de fundo para compreender a elaboração teórica do francês, tem-se que ele foi exposto e formado por muitas ideias e diferentes visões de liberalismo⁵. Essas várias formas e tendências do que chamamos de correntes do liberalismo, de modo algum tiveram uma influência homogênea, tampouco doutrinadora ou definidora, no pensamento político, econômico e social do pensador, mas fizeram parte do amálgama que compõe as suas ideias.

A exemplo dessas influências, pode-se destacar a relação de Tocqueville com certos conceitos formulados pelos primeiros liberais franceses do século XVIII, os fisiocratas, que tinham como expoentes economistas que se autointitulavam “filósofos economistas”, dentre os quais, o mais notório foi François Quesnay (1694-1774). Eles propunham uma economia como “governo da natureza”, daí o termo “fisiocracia”.

A origem agrária e a relação do nobre Tocqueville com a terra incitaram a simpatia do pensador por uma concepção de produção agrícola em moldes regidos pelo livre mercado, com base na demanda e na procura, com relações livres de trabalho e mesmo, conforme demonstrou a sua atuação como parlamentar anos mais tarde, com a adoção de mecanismos de cooperativas e autofinanciamento de trabalhadores e pequenos produtores por meio de “*caisses d'épargne*” (cooperativas de crédito).

As suas influências liberais não pararam por aí. Seu arcabouço teórico também contava com a leitura de Jean-Baptiste Say, e sua mais famosa obra *Traité d'Économie Politique (1803)*, que se situa entre os economistas que darão sequência à tradição liberal francesa iniciada por

⁵ A autora Annelien de Dijn (2008, p. 2) destaca na abertura de sua obra *French Political Thought from Montesquieu to Tocqueville. Liberty in a Levelled Society?* que, desde de os anos 1980, ocorre uma redescoberta e a publicação de várias obras sobre a efervescência entre as teses e as interpretações sobre o liberalismo entre intelectuais franceses do século XIX: “*Since the 1980s, many important books have been written on the history of nineteenth-century liberal thought. The writings of canonical liberal thinkers, such as Benjamin Constant and Alexis de Tocqueville have engendered new and intellectually stimulating interpretations. At the same time, scholars have recovered a number of lesser-known nineteenth-century liberal thinkers, such as François Guizot, or T. H. Green, from oblivion*”.

Quesnay. Say articulava ideias de um liberal aguerrido defensor da propriedade privada, do Estado Mínimo e da livre concorrência. Vale destacar que o liberalismo de Say representa para muitos, em vários sentidos, o pavimento sobre o qual, no século XX, constituir-se-á a “Escola Austríaca”.

A influência de Say impactou também outro espectro da teoria econômica, mais precisamente o que se convencionou chamar de “Lei de Say” (ou “Lei de mercados de Say”, ou ainda “Lei da preservação do poder de compra”, um dos pilares da teoria liberal ortodoxa que vigorou até o início do século XX) ou a idealização de um modelo econômico no qual a “oferta cria a própria demanda”. Esse princípio, em tese, nega a possibilidade da chamada “Crise de Superprodução”, uma vez que supostamente tudo o que se produz pode ser consumido considerando a oferta de outros bens. Essa ideia foi objeto dos estudos e da crítica contundente de John Maynard Keynes.

Keynes, em oposição à “Lei de Say”, considerou que, para além da produção (ou oferta) e da demanda (ou desejo de consumo), o papel das moedas extrapola o conceito “referência de troca”, abarcando também a função de “reserva de valor” para os agentes econômicos, que, simplesmente, em muitas ocasiões, “entesouravam” valores, “negando-se” ao consumo e, portanto, geravam um “*gap*” entre a oferta e a procura. O argumento deu origem ao conceito de “demanda efetiva” e explicava as “crises de superprodução”, fato este que escapava à visão dos economistas clássicos.

Evidentemente, no que concerne à influência de pensadores liberais sobre Tocqueville, não podemos deixar de mencionar o membro da Academia Francesa e polêmico político, historiador e pensador do liberalismo francês François Guizot (1787-1874), que fora professor⁶ de Alexis e com quem se encontraria mais tarde na cena política, chegando a manifestar sua franca oposição.

Guizot, ao longo de sua trajetória, pendulou entre o pensamento e teorização de políticas liberais e (uma vez no governo) a aberta adoção de posicionamentos conservadoras, como o apoio a políticas que restringiam o sufrágio, o voto censitário e mesmo a proibição de reuniões políticas realizadas por liberais moderados, que, eventualmente, levaram à queda do governo.

Contudo, é fundamental destacar que essa miríade de influências políticas e econômicas não privaram a arguta capacidade e sensibilidade de Tocqueville para perceber, ao seu redor, os fenômenos sociais que estavam em franco e acelerado movimento, na evolução da sociedade

⁶ Alexis de Tocqueville frequentou as aulas de Guizot entre abril 1829 e maio de 1830. (KELLY, 1992, p. 33).

francesa pós-revolucionária (em particular), mas também em vista da dinâmica econômico-social europeia – com destaque para Inglaterra, que, corretamente, ele identificava como “*avant-garde*” do processo de mudança; mas, sobretudo, da grande novidade e tendência que brotava da extraordinária experiência social, que apontava para o outro lado do Atlântico, em direção à jovem república norte-americana.

Ele percebeu o longo percurso de decadência do Antigo Regime, que se traduziu na constatação da resoluta ascensão da igualdade de condições ao longo da história, que, como um trilho inexorável, levaria à democracia, tal como se concretizara nos EUA.

Nesse sentido, as percepções iniciais do autor acerca do liberalismo serviram sim de pano de fundo que emoldura a sua concepção geral sobre a dinâmica da transformação inegável que vinha ocorrendo de maneira imperceptível para a grande maioria, mas revolucionava todos os aspectos daquela sociedade que emergia no século XIX, nos seus aspectos sociais, políticos e econômicos. Contudo, segundo identifica, era a poderosa experiência civilizacional norte-americana (bem entendido: dos seus cidadãos anglo-saxões, excluídos indígenas e escravos) que corroborava o seu argumento de que, agora, era com base na “igualdade de condições” e na “liberdade” que se daria a construção de um novo modelo e que em breve tomaria conta: a democracia, sedimentada nesses dois pilares essenciais, a “igualdade” e a “liberdade”.

Deste modo, para efeito de recorte da presente pesquisa, no que se refere à concepção de “igualdade” como fundamento primordial da democracia, a análise tocquevilleana reflete a constante busca por uma síntese intelectual resultante do confronto entre a desigualdade típica da hierarquizada sociedade no Regime Aristocrático/Absolutista, já carcomida e decadente, e a emergência da sociedade democrática, com base em um novo sistema político no qual o cidadão, despido das hierarquias, poderia participar em condição de igualdade da gestão da sociedade, no exercício da sua liberdade,

Tocqueville formula uma teoria política capaz de refletir as mudanças sociais que ele testemunha e para a qual destaca ser necessária a confecção de uma nova ciência (a ainda em gestação Ciência Política) capaz de prover a compreensão desse fenômeno. Para ele, a democracia era o resultado dessa síntese, que concebia como igualdade de condições.

Assim, para muito além do liberalismo teórico, a chegada de Tocqueville na América anglo-saxã lhe abriu o olhar para uma sociedade dinâmica e em grande parte autorregulada, marcada pela liberdade dos cidadãos efetivamente participantes do processo de construção de seu sistema econômico, político e administrativo. Nessa sociedade, as pessoas (anglo-saxãs) desfrutavam de ampla igualdade de condições, tanto em termos de direitos formais, como de acesso a educação, associações e instituições.

O “substrato” onde o intelectual mistura as suas “cores”, ideias e teorias, a América Jacksoniana⁷, possuía particularidades que a princípio chamavam a atenção do autor pelas inovações, pelo dinamismo e pelas instituições. Porém, essas condições iniciais encontradas por Tocqueville e Beaumont (amigo e companheiro de viagens de Tocqueville, de quem se falará mais adiante) não durariam por muito tempo nos Estado Unidos.

A América era uma sociedade muito dinâmica, e o cenário visto por Tocqueville já mostrava um processo de transformação que havia começado na década de 1830 e que seguiria acelerado pelas décadas seguintes. De tal modo que, já na segunda metade do século XIX, após a Guerra Civil Americana (1861/1865), com o fim do ciclo de expansão e consolidação territorial continental norte-americano, e também de seu mercado, a América já não seria a mesma, pois o caráter agrário e igualitário daria lugar a uma nação industrializada, com centros urbanos operários e certas áreas econômicas dominadas por grandes conglomerados e monopólios corporativos.

Assim, do mesmo modo, as relações de igualdade e liberdade, das quais Tocqueville foi testemunha em suas viagens, sofreriam profundas e sensíveis alterações, alinhando-se, ao final daquele século, ao modelo da sociedade industrial que Tocqueville observou em suas viagens para as Ilhas Britânicas em 1833 e 1835. Como previu o autor, constatou-se que a igualdade consistia em uma variável, sempre em constante movimento, contudo, nem sempre em uma só direção, podendo sofrer significativos retrocessos rumo a condições desiguais, mesmo em sociedades democraticamente consolidadas, a exemplo da Inglaterra industrial, mas também, como se vê já após a morte do autor, na própria sociedade norte-americana do final daquele mesmo século XIX.

Alexis de Tocqueville remarca uma nova desigualdade que acompanhava o novo capitalismo industrial. A observação do autor em visita a Manchester revelou o surgimento de uma aristocracia industrial, completamente nova, que viria a ser pior do que aquela do Antigo Regime, uma vez que era absolutamente descompromissada com os laços éticos e sociais que antes regulavam as relações entre os nobres e a plebe nos condados e ducados medievais.

⁷ “This process was still very much under way in the 1830s at the time of Tocqueville’s and Beaumont’s American travels. This transformation process would eventually become known as Jacksonian Democracy, a new era which had a Janus face: not only did it mean that the elite of the founding generation became increasingly replaced by other types of leaders, with Andrew Jackson coming to personify that change; it also meant a considerable extension of the franchise, and that new migration patterns and the related settlements and imperial land grabs further west would result in a displacement of the native population, a conflictual path with Mexico, and perhaps most importantly, a move away from Europe and the Atlantic world.” (HESS, 2018, p. 21).

Nesse sentido, a presente dissertação propõe, a partir da leitura da bibliografia estudada, que a igualdade de condições que o autor descreveu em *A democracia na América* já não era a mesma, nem tampouco era um caminho inexorável, quando das descrições feitas nos relatos de Tocqueville sobre sua passagem pela Inglaterra industrial em Manchester e Birmingham pouco depois.

Assim, o primeiro capítulo de desenvolvimento desta dissertação (Capítulo 2) aborda as vertentes do liberalismo que transitaram no radar do autor. Parte-se de suas influências e da sua formação acadêmica na juventude, ligadas à origem aristocrática e ao liberalismo clássico, que formataram o pensamento liberal francês e desembocaram politicamente na configuração da *Monarchie de Juillet*. Buscou ele apresentar uma visão crítica quanto a esse liberalismo, que mais uma vez criara na sociedade francesa uma fenda de desigualdade, na qual uma pequena elite tomava de assalto os ganhos capitais e o controle político do Estado, apesar da expansão do sufrágio; situação sobre a qual Tocqueville adverte o parlamento e que, a seu ver, culminara na “Revolução de 1848”. Nesta altura, a ação política do autor e as suas concepções teóricas já apontavam críticas contundentes ao liberalismo clássico e ortodoxo, e às políticas públicas que ignoravam a crescente miséria urbana (ou pauperismo), para o que ele propunha saídas de resgate da população desassistida, como educação universal e gratuita, bancos e cooperativas para auxílio aos pobres e limitação das horas de trabalho para os operários.

Esta etapa do trabalho de Tocqueville, como pode ser observada no Tomo II de *A democracia na América*, não é propriamente uma guinada e nem mesmo uma rejeição da sua concepção de igualdade de condições ou da sua importância para a democracia como sistema, conforme traçara no Tomo I deste mesmo livro. Contudo, há a reafirmação eloquente de que a democracia que tinha visto prosperar na América anglo-saxã dependia de valores éticos e morais de uma sociedade que, apesar de fundada na força e iniciativa de indivíduos livres e iguais, também era profundamente consciente da importância do coletivo e de suas necessidades, do fortalecimento das instituições, associações coletivas privadas e fóruns comunitários, com a decisiva e efetiva participação cidadã, como meio de manter a igualdade de condições, de aplacar a reemergência de desigualdade, de resgatar os desvalidos e de enfrentar outros perigos possíveis de degenerações e abusos que poderiam resultar do processo democrático, como a “tirania da maioria” e o “poder tutelar” ou “despotismo eletivo”.

No segundo capítulo (*2 Liberalismo: refazendo o percurso de Tocqueville*) deste texto de dissertação, propôs-se mapear parte das vertentes liberais pelas quais transitou Tocqueville, ao longo do seu percurso, tanto como intelectual, quanto como homem de Estado, condição esta última em que concebeu uma visão original e pragmática que se afasta do liberalismo clássico,

e abraçou a sua teoria democrática pautada nas noções de liberdade e igualdade; mas não somente de direitos, no âmbito formal, e sim uma igualdade que relaciona os direitos dos indivíduos às oportunidades econômicas e sociais, levando em conta o trabalho, a educação e as instituições coletivas. No capítulo seguinte (*3 A Economia dos novos tempos*), procurou-se contextualizar a América que Alexis de Tocqueville e seu companheiro de viagens, Gustave de Beaumont, conheceram. Um sucinto retrato de uma América jovem e em expansão, capaz de absorver de maneira quase “infinita” os excedentes populacionais europeus que desembarcavam nos cais e portos da costa leste americana, rumo ao oeste, criando um mercado interno vigoroso, sempre em crescentes demanda e geração de riqueza.

Tratava-se, contudo, de uma sociedade que também era marcada por profundas contradições, como apontou o aristocrata francês, destacando a escravidão de africanos e o genocídio dos povos originários. Entretanto, apesar destas discrepâncias, segundo ele, os americanos foram capazes de conjugar, para os cidadãos livres, a “igualdade”, a “liberdade” e o “direito da busca pela felicidade” – princípios estes inscritos na Constituição Americana.

Ele fez uma breve leitura sobre a economia americana, da sua base inicial, fundamentada na agricultura familiar ao norte e na monocultura de exportação do tipo *plantation* nos Estados escravagistas ao sul, que, entretanto, em razão de uma política “isolacionista” com relação aos mercados europeus e de um crescente mercado interno, tornou-se espaço para o nascimento e o rápido crescimento da produção de manufaturas e de indústrias locais. Além disso, conforme observou Tocqueville, os processos industriais na América foram influenciados por uma peculiar preocupação dos norte-americanos com a permanente incorporação de inovações ao processo produtivo, com criação de novas tecnologias e técnicas de fabricação.

Por fim, analisamos os estudos feitos por Alexis de Tocqueville nos seus dois ensaios sobre o “pauperismo”. O primeiro foi fruto da sua primeira viagem para Inglaterra em 1833, quando se dedicou ao estudo teórico, com expoentes, estudiosos e parlamentares em Londres, em revisão às chamadas *Poor Laws*, e buscou modos de enfrentar o aumento da miséria entre as populações urbanas do mais próspero e desenvolvido país capitalista à época.

Já na segunda viagem à Inglaterra, realizada em 1835, Alexis de Tocqueville parte para o interior, a fim de conhecer as cidades “oficina”, transformadas pela produção industrial e pelo fluxo de matérias primas, e as condições de trabalho e de vida dos operários, que espantaram o olhar do aristocrata. Neste ponto, Tocqueville começava a se distanciar dos conceitos e concepções sobre a pobreza que começara a formular no seu primeiro ensaio. Passa ele a perceber os contornos estruturais da emergência dessa nova forma de pobreza urbana ligada à indústria que, segundo aponta, era diferente daquela das sociedades agrícolas que observara em países do

continente europeu, tais como Portugal e Espanha.

Nesta mesma viagem de 1835, para concluir seu ciclo de estudos sobre o pauperismo, Tocqueville visita a Irlanda e lá também encontra a miséria estrutural e sistêmica, a alienação do operário industrial e a produção em massa de bens e serviços. Um país fornecedor de matérias primas e de imigrantes que vão abastecer e disputar as vagas de trabalho nas cidades industriais inglesas de Manchester, Birmingham e Liverpool. O horror do aristocrata quanto ao fenômeno do pauperismo industrial se revelou quando descreveu as condições de vida dos trabalhadores, que, de tão indignas, mais se aproximavam ao animalesco.

No último subtítulo do terceiro capítulo deste texto de dissertação, faz-se uma análise da concepção de igualdade traçada por Tocqueville, de suas percepções sobre a igualdade e do impacto que as cidades industriais inglesas produziram no seu pensamento. Quanto a este ponto, aborda-se o pioneirismo da análise tocquevilleana, como precursora de percepções que viriam, posteriormente, a ser discutidas por Karl Marx e Friedrich Engels, acerca do trabalho e do surgimento da classe proletária no capitalismo industrial.

Tocqueville testemunhou a emergência de uma classe de trabalhadora, inexistente até então nos Estados Unidos ou mesmo na sua França natal, excluída do exercício da cidadania em razão da miserabilidade e da desigualdade, e à qual é negada a “liberdade” para exercer a participação nas instâncias e instituições democráticas, ainda que em um país como a Inglaterra, que possuía instituições democráticas e permitia a participação do cidadão na gestão do Estado.

Assim, encerra-se esta parte da dissertação, tecendo comentários comparativos entre a narrativa de Tocqueville e aquela de Engels sobre o fenômeno do capitalismo industrial e a emergência do proletariado como resultado desse mesmo modo de produção na Inglaterra, e que, posteriormente, vai se alastrar não somente para a Europa continental, mas também para os Estados Unidos.

A América visitada por Alexis de Tocqueville e Gustave de Beaumont, que deu origem às formulações em *A democracia na América*, sobretudo quanto à igualdade de condições, ao final daquele mesmo século XIX, vai testemunhar os mesmos bolsões de miséria e pobreza em torno de suas cidades industriais, assim como observou Tocqueville em suas viagens de 1833 e 1835 à Inglaterra e à Irlanda.

Profeticamente, a preocupação de Tocqueville com uma nova e talvez mais profunda desigualdade nascida da indústria anteciparia as condições socioeconômicas que possibilitaram a emergência, ainda na segunda metade daquele século, dos “Capitães de Indústria” norte-americanos da “Gilded Age” (o que somente se daria a partir da década de 1870), como Rockefeller, Vanderbilt e Carnegie (entre outros), que marcaram um período de extremo avanço da indústria,

mas, de outro lado, também de uma concentração de renda sem precedentes na história da economia americana. O período representa, para a teoria da democracia tocquevilleana, uma confirmação da sua advertência sobre o perigo do surgimento de uma nova elite, constituída por uma “nobreza” industrial mais agressiva, egoísta e, completamente, descompromissada com a comunidade ou mesmo com as condições de trabalho e de vida dos trabalhadores – uma nova aristocracia nascida no seio da democracia.

Nesse sentido, de tão atual o pensamento do aristocrata francês para nós do século XXI, talvez seja mais urgente do que nunca fazer mais uma vez a reflexão sobre o mesmo problema posto por Tocqueville: a relação entre igualdade e democracia. A questão não é trivial e reverbera fundo ainda hoje. O economista norte-americano Joseph E. Stiglitz, vencedor do Prêmio Nobel de Economia e economista junto ao Banco Mundial, ressalta que a desigualdade é ainda hoje um dos grandes desafios para as democracias modernas e que é incalculável o seu impacto nas instituições democráticas a médio e longo prazo.

A advertência do economista ressoa termos muito semelhantes àqueles bradados por Tocqueville aos seus contemporâneos às vésperas da Revolução de 1848, quando o intelectual e político denunciou as medidas liberais formuladas pelo governo sob a batuta de Guizot, que desconsiderava as então crescentes miséria e concentração de renda, acautelando que uma nova revolução era iminente.

Para Stiglitz (2012), a situação de extrema desigualdade que vivemos hoje é uma ameaça a um dos pilares da democracia no século XXI. Para ele, a hiperglobalização, sob as balizas do neoliberalismo, desembocou em um inimaginável e sem precedentes processo de concentração de riqueza. Esse temor também é compartilhado por outro Prêmio Nobel de Economia, Thomas Piketty (2008), que, por seu turno, argumenta que condições tão extremas de desigualdade espelham aquelas que precediam a Revolução Francesa, só que agora não mais restritas a um único país, como foi na França do século XVIII, mas envolvendo todo o planeta. Estaríamos prestes à uma Revolução Global? É difícil dizer, mas, em todo caso, pode-se conjecturar que a democracia parece passar pelo seu maior desafio desde o século XIX, quando Tocqueville encontrou-a na América, no seu nascedouro, e sobre ela escreveu as suas primeiras linhas.

2 LIBERALISMO: REFAZENDO O PERCURSO DE TOCQUEVILLE

2.1 A democracia de Tocqueville e os “liberalismos”

Para nós, que estamos no início do século XXI, sobretudo para aqueles nascidos depois de 1989, começa a ser difícil conceber um mundo no qual a democracia não seja praticamente o paradigma absoluto. Em 2019, embora se tenha registrado uma tendência de queda na solidez verificada nas instituições democráticas no mundo de um modo geral (Brasil incluso), de acordo com a revista britânica *The Economist*, o “Índice de Democracia”⁸ aponta que 76 dos 167 países avaliados (45,5% de todos os países) podem ser considerados democracias, e o número daqueles países considerados territórios em que vigoram “democracias plenas” saltou de 20, registrados em 2018, para 22 em 2019.

Nesse sentido, ainda reverbera o polêmico artigo de 1992, que se transformou em *best-seller*, de autoria do economista e filósofo norte-americano Francis Fukuyama, de título *O fim da história e o último homem*, no qual o autor ressalta que, até então, a evolução da história da humanidade era marcada pelo embate entre ideologias, mas estava chegando ao final em razão da consolidação de um modelo que se tornava global e indiscutível: a “democracia liberal”.

Apesar de ser criticado e contestado o artigo do norte-americano, portanto, longe de ser uma unanimidade, observa-se que essa tem sido a tendência nos últimos 30 anos. A democracia liberal se firmou enquanto sistema político de referência, um paradigma de inserção dos países na dinâmica das relações internacionais e também do fluxo global de pessoas, mercadorias, serviços e, sobretudo, de finanças e investimentos.

No mesmo toar, países considerados como não-democráticos são sistematicamente vistos com desconfiança pela comunidade internacional, tornando-se “*outsiders*”, muitas vezes bloqueados, boicotados ou sancionados por países e organismos internacionais e por blocos regionais. A democracia liberal de mercado se apresenta como um requisito para a convivência na comunidade das nações.

Porém, nem sempre a democracia foi unanimidade enquanto sistema político, tampouco o liberalismo uma característica dela indissociável. Muito pelo contrário.

A ideia de democracia nasce com os gregos. É um objeto de estudo que remonta aos comentários de Aristóteles e Platão. Mesmo que a democracia de então tivesse contornos bem

⁸ Disponível em: <https://www.eiu.com/n/campaigns/democracy-index-2020/>.

diferentes, já rompia com a tradição autocrática dos reinos e impérios da bacia mediterrânea.

Reis e Faraós geriam suas nações como de fato suas propriedades. Encarnavam em uma só figura a gestão da “fazenda”, a lei, a justiça, o poder militar e, sozinhos, eram capazes de decidir ir ou não à guerra.

No Estado, como no “*oikos*”, reis autocratas ditavam as regras para seus reinos como “*despótes*” (para os gregos) ou como “*pater familias*” ou “*dominos*” (em latin), e ditavam as leis domésticas ou “*nomos*”. Os gregos inventaram assim a noção de espaço público ou fundos geridos pelo coletivo (erário público), diferenciando-o do espaço privado da “economia” (“*oikos*” + “*nomos*”). Eles “inventaram” outra maneira de gerir uma sociedade “bem-ordenada” baseada no consenso coletivo. Dissociaram cada uma dessas funções antes exercidas por um único “déspota”, para serem exercidas por “pessoas diferentes”. Trouxeram as decisões administrativas do *hall* dos palácios para a praça, para a “ágora”, onde também cidadãos delimitavam os consensos que se faziam em leis; e, por fim, também a cidade ou a “pólis”, por meio de seus cidadãos em assembleia, julgava e condenava seus membros. Mesmo generais eram escolhidos pelo povo para a defesa das cidades e a liderança de exército. Nada igual existia antes entre os povos da antiguidade. Tratava-se de uma nova ordem para a pólis, e dela nascia a política e a democracia.

Deste modo, o estudo sobre a democracia enquanto sistema político, nesse período da antiguidade clássica, começara, mesmo nesse início distante na história, com a descentralização e distribuição do poder e das decisões que pesam sobre o coletivo.

Na modernidade, particularmente nos tempos de Tocqueville, foi sobre a mesma questão da descentralização do poder e das instituições que se debruçara o filósofo francês. Mas, neste momento, novas considerações foram levadas em conta para compor a noção de uma sociedade “bem-ordenada” organizada de forma democrática. A queda do sistema aristocrático, de onde se origina Tocqueville, implica novamente e de maneira mais ampla a redistribuição de poder e a invenção de novas instituições, dessa vez, tirando o poder concentrado nas mãos de reis absolutistas, para o distribuir entre cidadãos livres, investidos de direitos e liberdades cívicas e individuais, recém-conceituados e reconhecidos no iluminismo e consolidados, antes pelos ingleses com sua revolução, que os levou à monarquia constitucional, e depois pelas revoluções francesa e americana. Dessa vez, instituições perenes de Estado assumiram fatias de poder e não mais apenas indivíduos.

Nessa nova etapa da democracia nos tempos modernos, o iluminismo “pariu”, entre outros, o movimento do liberalismo político (ainda que estivesse em gestação pelo menos desde Maquiavel), e este propulsionou ao mesmo tempo, nas sociedades que influenciava, o desejo

de impor limites ao Estado e ao poder político, no caso, ao soberano, mas também inaugurou liberdades econômicas. Contudo, o conhecimento sobre essa potente combinação que produziu a democracia enquanto sistema político-econômico só começou a ser teorizado de forma sistemática no início do século XIX.

Nesse sentido, a associação da democracia com o liberalismo se tornou a referência mais comum e ponto de partida imprescindível para a compreensão de como esse sistema político se tornara o paradigma dominante de estrutura econômica e social em meados do mesmo século. Período este em que Estados europeus continentais, em maior ou menor medida, adotaram variações de sistemas democráticos, em grande parte, como monarquias constitucionais associadas com parlamentos.

E foi pela pena do aristocrata, jurista, intelectual e homem de Estado, Alexis de Tocqueville, que se inaugurou o estudo da teoria política do sistema democrático, protagonizado em sua obra monumental em dois tomos *A democracia na América*. Segundo Michel Drolet (2003), o livro do filósofo francês é a obra “mais compreensível jamais escrita sobre a democracia”. Pela obra, e para além da teoria sobre a democracia, o autor também foi laureado e considerado um dos precursores da Ciência Política e da Sociologia⁹, além da sua significativa contribuição como historiador.

Desde o lançamento de *A democracia na América*, jogou-se luz sobre a gênese da construção democrática da era moderna, mas também sobre a influência que teve o liberalismo enquanto componente essencial para a compreensão de sua concepção. Note-se que para o autor os dois pilares fundamentais da democracia eram: a liberdade e a igualdade.

Parece evidente que a associação desses dois princípios remeta diretamente ao desenvolvimento da teoria política que entendemos como liberalismo. Na linha de evolução dessa teoria, a partir de John Locke, passando por Adam Smith, chegando aos mestres e contemporâneos de Tocqueville, liberais franceses como Say, Constant e Guizot, todos tocam ou formulam concepções sobre a “liberdade” e sobre a “igualdade”, e de um modo ou de outro têm impacto na leitura de democracia formulada por Tocqueville.

Vale destacar que o autor tomou muitas vezes, claramente, o caminho inverso dos liberais clássicos, em especial quanto à regulação dos mercados e das relações sociais, sobre o que se aprofundou mais adiante. Em todo caso, parece seguro afirmar que a liberdade e a igualdade

⁹ HEERIKHUISEN, Bart Van. Sociology Courses. Session 4: Alexis de Tocqueville (1805-1859). 4.1 Tocqueville as a Precursor of Modern Sociology. University of Amsterdam. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Ktv0FKZS6AA&list=PLdqh3iVhzW1Qdv0YzBQgWKgx-KBf_xopu.

constituem concepções incontornáveis na formulação de qualquer teoria acerca do liberalismo ou da democracia-liberal. Ainda que se relativize ou destaque a importância de um dos dois princípios sobre o outro, não parece razoável deixar nenhum dos dois conceitos de fora das discussões sobre liberalismo ou democracia, bem como sobre as implicações econômicas, políticas e sociais que deles derivem.

Assim, a associação da democracia de Tocqueville ao liberalismo parece bem natural. Mas não é simples assim. Qual seria esse liberalismo?

Parece claro que muito embora o autor tenha uma ampla formação e vasto conhecimento das várias correntes do liberalismo do início e meados do século XIX, e até mesmo que demonstre afinidades e congruências com elas em vários trechos de seus escritos, seguramente não há um compromisso formal e irrestrito com alguma determinada teoria liberal, seja no seu aspecto político, seja em seu aspecto econômico (e neste menos ainda) – e esse é o argumento aqui.

Esse talvez seja, senão o mais relevante, certamente, o mais acalorado objeto de discussão e discordância entre estudiosos e especialistas em Tocqueville acerca da compreensão de suas obras. Não é possível estabelecer um consenso nas interpretações que tentam classificar a obra de Tocqueville, que inclusive varia na sua “coloração ideológica” a depender do momento histórico no qual o embate fora travado.

A classificação de sua teoria democrática e do seu fundamento no liberalismo varia conforme a época e seus interlocutores. Sobre a polêmica, destaca-se a menção formulada por Andrea Hess, ao apontar que o posicionamento do filósofo francês estava, em função do seu entendimento único acerca do liberalismo, além das etiquetas. E ainda que sua visão focava em análises de tendências de longo prazo em áreas como administração pública e industrialização (HESS, 2018, p. 11)¹⁰.

Muitas vezes, esses comentadores sopesam razões e contextos próprios dos debates em curso e por eles engajados em suas épocas, e talvez com mais ênfase do que, propriamente, a interpretação e visão mais puras do autor francês, fundadas na realidade dos Estados, das suas

¹⁰ “As the German historian Reinhard Koselleck has pointed out, Tocqueville – and by extension we must add Beaumont – were prime examples of a liberal conscience at work in a time of radical change. Koselleck also noted that **Tocqueville diagnosed liberalism** as [an expression of] a time of transition, whose problems he saw more succinctly, because **he didn’t interpret this time as being [per se] progressive.** **Tocqueville’s unique understanding of liberalism stands out today because ‘he did not join sides’, he did not confuse wishful thinking with historical analysis and political diagnosis. He looked at long-term trends such as the administrative state and industrial society, which pointed beyond his own life span**”. (HESS, 2018, p. 11, grifo nosso).

políticas públicas e econômicas, que chamavam sua atenção, comentários, críticas e conclusões.

A exemplo disso, pode-se destacar o resgate do autor e sua teoria sobre a democracia pelo sociólogo Raymond Aron¹¹, que trouxe para a órbita liberal os escritos de Tocqueville, em pleno período da guerra fria, quando a discussão sobre democracia e igualdade aquecia ambos os lados ideológicos da disputa. A análise de Tocqueville, em sua obra *A democracia na América*, foi “chamada a serrar fileiras” do lado liberal.

A obra de Alexis de Tocqueville teve grande destaque quando do seu lançamento entre seus contemporâneos, mas depois disso teve um período de esquecimento. As obras completas do autor foram publicadas, aos poucos, na segunda metade do século XX, quando a comunidade acadêmica teve acesso a seus escritos políticos e epistolares, que revelaram uma interpretação mais complexa e completa dos posicionamentos do intelectual francês.

Nesse sentido, pode-se afirmar que, assim como ocorria nos círculos acadêmicos e de discussões políticas da França da primeira metade do século XIX, também com relação à obra de Tocqueville, não há um liberalismo, mas liberalismos que podem envolver os mais diversos sentidos, tendo acepções que podem ser filosóficas, políticas, econômicas e éticas, conforme destacam Lefort e Souza (2008, p 13), em seu texto *Liberalismo e Democracia*¹².

Note-se que o liberalismo da primeira metade do século XIX estava em plena discussão entre os economistas clássicos, os fisiocratas franceses e os utilitaristas ingleses, tal como seu correspondente e amigo britânico John Stuart Mill.

Nesse período, a visão liberal foi amplamente debatida e os seus princípios passaram a ser aceitos por grande parte da elite política e econômica na França pós-revolucionária com a queda do Regime Napoleônico. Vale mencionar que os códigos civil e comercial formulados sob o Império Napoleônico haviam sido espalhados por toda Europa ocupada por tropas francesas, e traduziam com grande amplitude os ideais liberais da época, tendo um impacto durador nesses Estados – evidentemente na França em primeiro lugar – e em suas instituições.

Muitos liberais, como Guizot, passaram a ter mais influência e destaque nos círculos políticos e, posteriormente, a ocupar o governo e as suas ramificações, bem como e a ter espaço cada vez mais pronunciado para formular políticas de Estado. Apesar das tentativas frustradas

¹¹ Raymond Aron (2000, p. 201-245) inclui o autor francês entre os fundadores da sociologia moderna.

¹² Comunicação apresentada, em 1994, em um Colóquio organizado pela Universidade de Amsterdã, Holanda. Artigo originalmente publicado em coletânea reunida pelo autor (LEFORT, Claude. **Le Temps Présent**. Paris: Belin, 2007.), e, na versão citada, traduzido pela Professora Eliana Maria de Melo Souza e publicado na Revista Estudos de Sociologia (LEFORT; SOUZA, 2008).

de restauração, em particular de Charles X, a reconstrução do Estado Francês e de suas instituições cada vez mais, ao longo do século XIX, alinharam-se às ideias liberais nos campos político e econômico, mas também no campo social.

Nesse contexto, não resta dúvidas que o jovem Tocqueville teve acesso e participou dos círculos liberais, conhecendo suas ideias e discussões. Como jovem jurista em formação, na faculdade de direito, teve acesso às formulações do liberalismo clássico francês, pelos estudos de Say, Constant e Guizot. Tocqueville é fruto e parte desse processo.

Apesar disso, ao final da sua carreira política, já como conceituado autor publicado e intelectual, Tocqueville, sobretudo após as suas viagens para Inglaterra e Irlanda (nos anos 1833 e 1835), evidentes nos embates de que participa em sua vida política no parlamento, mostrou-se crítico ao “liberalismo *laissez-faire*”. Suas propostas políticas e formulações acadêmicas iam na contramão do liberalismo individualista, apontando sempre soluções coletivas, tais como: incentivo do associativismo entre trabalhadores, cooperativas de crédito e mesmo reforma agrária, além da consolidação de direitos sociais como a educação universal e uma rede de proteção social. (FERRATON, 2004, p. 45-65).

Tocqueville não teve compromisso firmado com doutrinas econômicas ou políticas, ou ainda com “escolas de pensamento”. Apesar da formação acadêmica e de homem de Estado de seu tempo, Tocqueville não foi um intelectual acadêmico tradicional. Em razão da sua origem aristocrática, sua característica mais marcante foi o intransigente compromisso com a liberdade de pensamento, posicionando-se antes com um olhar pragmático do que como filiado a dogmas teóricos.

Vale destacar, por exemplo, que durante a sua atuação como homem de Estado e como parlamentar, Alexis de Tocqueville chegou muitas vezes a flertar com vertentes que, a rigor, poderíamos situar como de “centro-esquerda”, participando dos intensos debates na década de 1850 no parlamento, sendo simpático à adoção de legislações que promoviam o associativismo e regulamentação de cooperativas de crédito para pequenos produtores e trabalhadores, assim como o incentivo às “*Sociétés de Secours Mutuel*”, dedicadas ao auxílio dos cidadãos em situação de desemprego, doença e viuvez (caso particular das mulheres).

Nesse sentido, Cyrille Ferraton (2004, p. 45-65) relembra que a ideia do associativismo é um elemento onipresente nos escritos de Alexis de Tocqueville. Esse tema foi debatido pelo autor em ambos os tomos de *A democracia na América*, mas sobretudo presente nos seus escritos sobre o “pauperismo” ou nos debates acerca da questão social da pobreza – fenômeno que ele observou como, particularmente, agudo nas sociedades industrializadas, de onde “rios de riqueza fluem” (o que afirma observando as cidades industrializadas da Inglaterra), e também

na pobreza extrema da Irlanda.

Havia em Tocqueville, portanto, uma evidente abertura, sem restrições ideológicas, para ouvir relatos e experiências e para observar os fenômenos sociais, e a partir deles (re)formular a sua teoria política. Vários interlocutores em suas viagens – Gustave de Beaumont foi a testemunha mais eloquente – sempre se referiam ao intelectual francês como um bom ouvinte. Se ouvir era um de seus grandes talentos, a capacidade de mapear e traduzir a sociedade em seus meandros, costumes e “*moeres*” era outro.

Assim, muito embora Tocqueville possa ter iniciado a sua trajetória pela América com princípios liberais clássicos em mente, como “liberdade” e “igualdade formal” (enquanto parte de tal concepção), ao longo do processo, sua tradução desses princípios ao caso norte-americano foram muito além das conceituações das doutrinas liberais clássicas de base¹³.

A América era mais do que isso, e o autor se dedicou a ler esses sinais emitidos pela sociedade americana e suas instituições. Com isso, o que aparece em sua leitura é um tipo diferente de liberalismo, no qual as influências remontam à chegada dos primeiros colonos anglo-saxões no Novo Mundo. O autor, então, investe-se da tarefa de criar uma “nova ciência” para compreender essa nova sociedade, tendo como base um “estranho liberalismo”.

2.1.1 O resgate do liberalismo e a releitura dos autores modernos

Estudos recentes e novas publicações estão resgatando as discussões sobre o liberalismo dos séculos XVIII e XIX.

No caso de Tocqueville, tem sido muito rica a safra de autores que têm se dedicado a melhor compreender a obra de Tocqueville e seu contexto político e também econômico. São

¹³ Nesse aspecto, destaca Hess (2018, p. 12): “*Furthermore, Tocqueville also used anticipation and hypothesis, which made the consecutive processes of democratization empirically verifiable... The main contribution, however, consisted of having left behind the interest-led dogmatism of progress in order to develop a theory of modern history, which pays dues to the complexity of our modern times*”. In that sense, Koselleck concluded, Tocqueville clearly ‘surpassed other political expressions of classical liberalism’ (both quotes in Koselleck 2010: 222-223; translation and additional square brackets added for clarification by AH). [...] Thus, Tocqueville became a paradigmatic and to a certain extent even exceptional thinker because he found himself, apart from one short period in 1848, never on the victorious side but always on the losing side of history. Tocqueville’s name became synonymous with a new type of intellectual reflection: the critical observer as historical ‘loser’, a person who saw himself as having been rolled over and been made redundant by the new times and conditions but who nevertheless tried to understand what had happened in order to draw lessons for the present and, perhaps, the future. This is, according to Koselleck, the very reason we read Tocqueville today with such benefit: ‘While in the short run history may have been made by victors, in the long run the historical-epistemological surplus stems from the defeated’”.

eles autores como: Jean-Louis Benoît, Cyrille Ferraton e Michel Drolet (no livro *Tocqueville, Democracy and social reform*); Annelien Djin (no livro *Political Thought from Montesquieu to Tocqueville. Liberty in a Levelled Society?*); Jon Elster (*Alexis de Tocqueville: the first Social Scientist*); Eric Keslassy (*Le libéralisme de Tocqueville a L'épreuve du Pauperisme*); Claus Offe (*Reflections on America – Tocqueville, Weber and Adorno in the United States*); Helena Esser dos Reis (entre outros, no artigo *Da paixão pela igualdade à desigualdade e opressão: Ruína da Democracia*); Richard Swedberg (em seu livro *Tocqueville's Political Economy*); e tantos outros.

Essas novas discussões se mostram fundamentais, pois são capazes de resgatar vozes liberais muito mais plurais desses primeiros autores que, em muitos casos, estavam abafadas sob interpretações que resultaram de contextos ideológicos.

Em particular, no que se refere ao caso do liberalismo francês, a historiografia tendeu a dar mais destaque e importância aos autores liberais pós-revolucionários que, em muitos casos, nutriam sentimentos e inspirações voltados para o outro lado da mancha. A anglofilia de muitos autores franceses desse período remetia à grande influência britânica de autores da economia política clássica.

Assim, intelectuais multidimensionais como Tocqueville acabaram sendo classificados como liberais defensores do capitalismo de mercado, e isso mesmo apesar da sua militância em questões sociais enquanto intelectual e parlamentar. No caso de Tocqueville, há elementos que apontam uma atuação bastante progressista para sua época, manifestando ideias dissonantes do clássico “liberalismo *laissez-faire*”, tais como: a busca de soluções coletivas para o problema do crescente aumento da miséria; educação universal; criação de incentivos ao associativismo em benefício dos desvalidos, como cooperativas operárias e a criação de caixas de poupança e crédito popular; ou, ainda, formulando propostas de criação de leis para regulação do trabalho – posicionamentos esses, claramente, críticos ao “liberalismo *laissez-faire*”. (BENOÎT, 2020, p. 24-27).

Essa tendência pode ser atribuída à emergência do embate político-ideológico no século XX entre o “marxismo/comunismo” e o “liberalismo/economia de mercado”, que reforçou a tendência de estigmatização e, em última instância, até mesmo a mistificação do debate político e filosófico. O fenômeno pode ser atribuído não somente ao embate intelectual em si, mas, sobretudo, aos meios de “propaganda” mais variados empregados na guerra ideológica travada entre os blocos econômicos ao longo do século XX, com destaque para o período da Guerra Fria entre os anos 50 e 90.

Nesse processo, o campo de estudo do liberalismo se concentrou, em grande parte, em

torno de posicionamentos voltados a uma vertente mais ortodoxa, ligados a visões de Estado e “mercado” reforçadas pela crescente corrente neoliberal que tomou força no último quarto do século XX.

As análises nesse sentido fluíam por via de publicações de estudiosos progressistas e pela crítica ao liberalismo de mercado, de John Maynard Keynes à Joseph Stiglitz, James Tobin e Thomas Piketty, mas também foram reforçadas por intelectuais liberais, que aprofundavam a lógica do “*laissez-faire, laisser-passer*” – frase “canônica” atribuída a Guizot –, chegando às raias extremas de propostas de liberalismo fundamentadas em teorias econômicas formuladas pela Escola Austríaca, com expoentes como Ludwig von Mises e Friedrich August von Hayek, e os “Chicago Boys”, cujo destaque foi Milton Friedman.

Contudo, a partir dos anos 1980, novos estudos e publicações resgatam e lançam nova luz sobre as discussões de pensadores de movimentos liberais do século XIX, abrangendo um espectro mais amplo de concepções liberais, com a liberdade e a igualdade sendo inseridas em contextos humanistas, “comunitaristas” e, sobretudo, republicanos e democráticos.

A redescoberta e releitura de autores modernos, ao mesmo tempo que retraça o caminho do pensamento político contemporâneo, revive os princípios que levaram Tocqueville ao liberalismo em seus primeiros ensaios. Annelien de Dijn (2008) ressalta que havia um sentido mais amplo nas formulações teóricas do liberalismo do século XIX, sobretudo quanto ao conceito de liberdade. Destaca ela que uma abordagem mais ampla e variada sopesava entre a limitação do Estado frente à defesa do individualismo, típico do “liberalismo *laissez-faire*”, e uma vertente mais “democrática”, na qual a participação política efetiva dos indivíduos era vista como indispensável para a manutenção de um sistema liberal.¹⁴

Assim, argumenta Dijn (2008), havia não somente um polo monolítico que guiava o liberalismo, mas sim um movimento plural, com visões diferentes sobre questões caras à teoria liberal, como a liberdade e a igualdade.

¹⁴ “One of the most important conclusions put forward in the literature resulting from the liberal revival is that nineteenth-century liberalism, understood in its broadest sense as an ideology in which the concept of liberty held a central place, was composed of a much more varied set of political doctrines than previously assumed. In particular, scholars have discovered that *laissez-faire* liberalism, with its emphasis on the limitation of state power, and its defense of the individual citizen’s negative liberty, was far from being the only variant of nineteenth-century liberalism. Victorian liberals also propagated a more ‘democratic’ sort of liberalism, in which direct political participation was seen as indispensable to the preservation of a liberal regime. As Larry Siedentop has argued, there were not one, but ‘two poles of liberal thought – two traditions which had diverged significantly by the mid nineteenth century’. Although Siedentop identified these different traditions as respectively ‘English’ (*laissez-faire* liberalism) and ‘French’ (the more democratic strand), it has by now become clear that both can be found in most European countries.” (DIJN, 2008, p. 3).

De outro lado, o reestudo do liberalismo do século XIX também remete ao reencontro com os primeiros autores da modernidade e as suas influências no movimento liberal. O resgate do humanismo republicano de Nicolo Machiavelli, no século XVI, que aponta a liberdade como reflexo do autogoverno, a partir do estudo do autor sobre os sistemas políticos da antiguidade (DIJIN, 2008, p. 4), ecoou nas ideias e teorias que impulsionaram os pensadores e as revoluções liberais na Holanda e Inglaterra do século XVIII, e lançaram as bases do liberalismo moderno. Mas não só dele, como também Montesquieu, Rousseau e Pascal, para citar os mais influentes sobre o pensamento de Tocqueville. E ainda, nesse mesmo bojo, pode-se incluir as ideias e as teorias formuladas por John Locke, cujos impactos na sociedade norte-americana remontam ao desembarque dos primeiros peregrinos e foram fundamentais para inspirar a organização social e o movimento de ocupação da terra pelos colonos, e, conseqüentemente, a constituição e a formatação das instituições dos Estados Unidos da América.

Desde então, era perceptível que, no contorno da nascente teoria política ocidental, a igualdade¹⁵ entre cidadãos despontava como meio de fortalecer as bases sociais que levavam a uma maior liberdade, resultando em uma participação mais plural de parcelas mais significativas da sociedade na gestão do Estado.

Em outras palavras, a discussão do liberalismo do século XIX evoluía de um início fundado em conceitos políticos derivados de uma visão democrático-republicana mais plural, para, já na segunda metade do século, fundamentar a consolidação dos movimentos liberais em torno de conceitos ligados ao “liberalismo *laissez-faire*”, sob influência dos autores da clássica economia política britânica.

Os primeiros autores do liberalismo, dos séculos XVIII e XIX, longe de estarem focados no “egoísmo” e na ação individualista do cidadão, enquanto mero partícipe do “mercado”, regido por forças econômicas e pela ausência do Estado (tanto quanto possível), cultivaram um liberalismo que se vinculava a princípios sociais como o comunitarismo, uma ordem moral de valores comuns, o cristianismo, o nacionalismo e o patriotismo.

¹⁵ Quanto à igualdade, vale notar que vários autores a definem de maneiras diferentes ao longo dos séculos XVIII e XIX. A igualdade enquanto direito universal e foi fruto de um processo. A princípio, surgia a noção da igualdade aristocrática como meio de reger as formas governos republicanos, na qual uma elite de “iguais”, exercia a auto-gestão e a liberdade para participação das instâncias do Estado. Em outros casos, teóricos republicanos afirmavam que a igualdade das riquezas era requisito fundamental para o exercício das liberdades, e recomendavam sociedades agrárias, austeras e sem luxos, cuja partilha periódica das terras seria a garantia das condições de distribuição das riquezas. Pensadores franceses, como Malby e Guillaume-Joseph Saige, e o genebrino Rousseau, cultivavam valores relacionados aos Espartanos, e tendiam pela abolição de luxos acreditando que a desigualdade corrompia a sociedade. (DIJIN, 2008, p. 11-12; 14).

Dentre essas vertentes do liberalismo, destaca-se o chamado “liberalismo aristocrático”, sobre o qual se abrigam o pensamento de intelectuais como Montesquieu, John Stuart Mill e o próprio Tocqueville (entre outros), que redefinem, cada um a seu modo, as relações entre liberdade, igualdade e a ordem social. (KANHAN, 1992, p. 4-5).

A obra de Tocqueville percorre esse liberalismo. Entretanto, crítico e desconfiado do individualismo e das tendências egoístas do cidadão democrático, o pensador francês ressaltou a importância das instâncias políticas, associações e organizações comunitárias como palco essencial da prática da liberdade, por meio da participação e prestação de serviços sociais pelos cidadãos envolvidos na gestão direta do processo democrático.

2.1.2 Rumo à América

Ao tempo de Tocqueville, a América estava embebecida pela sede de liberdade e pela férrea vontade de autodeterminação. Desprovida de reis, nobres e de um clero hierarquizado e político, enfim, despreocupada com os rígidos estamentos que ainda imperavam e engessavam a velha Europa, a jovem nação optava pela democracia.

Na América anglo-saxã, a igualdade era a regra que impulsionava o homem democrático na luta pelo seu espaço na sociedade, sem restrições de classe ou de origem. A liberdade, por outro lado, desde os tempos coloniais, permitia-lhe traçar os seus destinos na órbita individual e econômica, mas, também, garantia-lhe a participação efetiva nas instituições democráticas comunitárias e, depois, com a independência, nos governos estaduais e federal.

Essa era a América de Tocqueville, sob os ventos de fortes influências dos iluministas do século XVIII – autores como Montesquieu, Pascal e Rousseau –, além do liberalismo inglês, manifesto nas ideias de seu patrono John Locke – e todos esses intelectuais que influenciaram a vida política e econômica da jovem nação americana.

O cenário político da França ao tempo da juventude de Tocqueville era conturbado e estava imerso em uma sequência de golpes e contragolpes que só se estabilizaram após a morte do aristocrata (com 53 anos, em 16 de abril de 1859).

Nesse período, a França vai passar pela Revolução de Julho 1830, com a liderança da burguesia liberal que derrubou Charles X, e que culminou com a coroação de Luiz Felipe, o “Rei Burguês”, dando início à chamada da “Monarquia de Julho”. Em 1848, uma nova onda de revoluções derrubou o Rei Luiz Felipe, assumindo um governo provisório, a “Segunda República Francesa”, cujo presidente foi Luís Napoleão. Ao final de seu mandato, em lugar de novas eleições, a república é derrubada por um golpe, que alça ao poder Luís Napoleão, coroado como

Napoleão III, instalando o Segundo Império. Napoleão III, por sua vez, teve sua queda em 1871, terminando como prisioneiro na “Guerra Franco-Prussiana”, quando se instalara a chamada 3ª República, que vigorou de 1870 a 1940.

É com esse pano de fundo que dois jovens, notadamente Tocqueville e Gustave de Beaumont, enquanto enviados oficiais do Governo da França, chegaram a Nova Iorque em maio de 1831¹⁶, retornando à Paris somente em fevereiro de 1832. (HESS, 2018, p. 20).

Os dois passaram nove meses em viagem pelos Estados Unidos, estudando e inquirindo personalidades, políticos e figuras de destaque, além de populares, não somente acerca das prisões, mas sobre os mais diversos aspectos da vida e da sociedade norte-americana, incluindo a sua economia, as relações sociais, a escravidão, a situação das mulheres, a questão dos indígenas, e para Tocqueville, sobretudo, o seu peculiar sistema político, até então, único no mundo, a democracia presidencialista e republicana.

Tocqueville acreditava que o caminho em direção à igualdade e à democracia não tinha volta. Tomou para si a missão de “educar” a velha Europa, sobretudo a França, para essa trilha. No fundo de seu espírito estava a tragédia decorrente da ruptura causada em consequência da associação e a aspiração pela igualdade com a revolução, o que queria evitar. (KELLY, 1992, p. 28).

A democracia era o resultado do surgimento de uma nova sociedade. Era óbvio para o autor que não se conseguiria mensurar ou compreender as mudanças que estavam em gestação na sociedade com os mesmos parâmetros e valores de antes. Era necessária a “invenção” de uma “nova ciência” (tarefa esta que se autoatribuiu), que pudesse servir de instrumental para compreender esse mundo novo, e para ensinar os caminhos da democracia à sociedade francesa antes que, como na Revolução Francesa, os descontentamentos coletivos tomassem caminhos (in)apropriados.

Percebeu, ainda, que a adoção de princípios democráticos não era uma panaceia capaz de resolver todos os problemas da sociedade. O novo sistema não estava livre dos perigos da revolução. Diferentemente de muitos liberais, Tocqueville se mostrou, acima de tudo, um cético

¹⁶ Sobre o início da jornada de Tocqueville e Beaumont, Hess (2018, p. 20) destaca: *“In April 1831, the two friends left Le Havre for America where they were to stay until February 1832. They arrived in New York and spent the first few weeks in the city and its environs. From New York they went to Boston, Philadelphia, Baltimore and Washington before returning to New York. Two further excursions were also part of the trip, one to the Northwest and Canada, and another down the Mississippi river to New Orleans. The pair were, by all accounts, well received. While conducting field research and interviews in relation to the penitentiary system, there remained plenty of time to get to know the American way of life. What is crucial to stress is that Tocqueville and Beaumont travelled in an America that didn't spread further than the Mississippi”*.

marcado por seu pragmatismo costumeiro.

Ainda que, por fim, defendesse a democracia, com o intuito de regular a sua abrangência para evitar desvios indesejáveis, não se contentava com a ideia de que uma simples mudança do sistema político resultaria em paz social. Considerou que, na democracia, a eventual perda da liberdade poderia também desembocar em uma sucessão de “anarquias intermitentes” sob o signo da revolução.

Longe do intuito de elogiar e mimar os norte-americanos como prodígios da democracia – o que fica bem claro nos comentários ácidos e, muitas vezes, condescendentes que tece ao descrever o “homem democrático”, as suas paixões e a sua tendência a certa mediocridade –, Tocqueville escreveu *A democracia na América* para a França e os franceses, de modo a guiar os espíritos políticos para uma solução que via como alternativa à revolução, mas que continha também desafios e perigos. Seu maior medo consistia naquilo que acreditava poder resultar em “anarquia intermitente”, uma vez que temia o que parecia ser, para ele, uma “tempestade” de uma “revolução permanente”¹⁷.

De certo modo, aos olhos do aristocrata francês, os seus temores se confirmariam diante dos eventos que anteviu e testemunhou em fevereiro de 1848. Em seu livro “*Souvenirs*”, Alexis de Tocqueville relembrou o seu discurso premonitório proferido na câmara dos deputados em Paris, aos 27 dias de janeiro de 1848, no qual tentou alertar seus pares acerca do clima sombrio e disruptivo, causado pela imoralidade da administração, que se instalava para a ocorrência de mais uma revolução – com todo peso e destruição que o assombrava, desde aquela que fora tão

¹⁷ “Tocqueville’s mission to “educate democracy” had, even then, somewhat the air of a Pascalian wager. But in years to follow, when he reflected on the unrelieved hazards of revolution at more and more cost to liberty, he feared that all might end in ‘intermittent anarchy’(...) Unlike Chateaubriand (who died at just this time), Tocqueville faced the full consternation of what seemed like permanent revolution, a tempest in which rescue on the island of “irreproachable conscience” would be of little value. And unlike Benjamin Constant, Tocqueville could no longer be sanguine about peace and progress. Constant, in a somewhat Panglossian mood, had written in the *Mercure de France* in 1817: ‘our present governments have today many fewer dangers to fear than ever before. (...) Thirty years later, Tocqueville was witness to ‘he most extensive and the most singular [insurrection] that has ever occurred in our history, and perhaps in any other,’ one that sought to change the “constitution of society,” believed impossible by the Doctrinaires. And unlike Royer-Collard, Tocqueville could no longer steer by the Charter. He found himself on the open sea, where the only navigational instrument was his ‘new political science’.” (KELLY, 1992, p. 28).

sentida por ele e sua família^{18 19}.

No auge dos eventos da Revolução de 1848, mostra-se um Tocqueville absolutamente impactado quando relatou, nos *Souvenirs*, a sua caminhada pelas ruas de Paris em 25 de fevereiro de 1848, dando conta da investida completamente espontânea do povo, galvanizado pelo ódio às desigualdades e à miséria que assolavam mais uma vez a sociedade francesa, mas sobretudo da classe trabalhadora, que brotava pelas ruas da capital francesa, vertendo em hordas vindas de toda parte – com o que constatou a fragilidade da manutenção das instituições²⁰.

Assim, desde o princípio, a sua partida para América, acompanhado de Beaumont, não foi pautada por um amor particular ou doutrinário pelo liberalismo em voga entre os pensadores e políticos franceses ao tempo da “Monarquia de Julho”. Antes, porém, era para encontrar na América a resposta para uma pergunta que lhe perseguia desde os tempos mais distantes da juventude: como a sociedade americana continha os ímpetos revolucionários em meio uma sociedade igualitária e preservando a liberdade?

¹⁸ “*Est-ce que vous ne ressentez pas, par une sorte d'intuition instinctive qui ne peut pas s'analyser, mais qui est certaine, que le sol tremble de nouveau en Europe? Est-ce que vous ne sentez pas... que dirais-je? ... un vent de révolution qui est dans l'air? [...] Je parle ici sans amertume, je vous parle, je crois, même sans esprit de parti; j'attaque des hommes contre lesquels je n'ai pas de colère, mais enfin, je suis obligé de dire à mon pays ce qui est ma conviction profonde et arrêtée. Eh bien! ma conviction profonde et arrêtée, c'est que les mœurs publiques se dégradent ; c'est que la dégradation des mœurs publiques vous amènera dans un temps court, prochain peut-être, à des révolutions nouvelles. Est-ce donc que la vie des rois tient à des fils plus fermes et plus difficiles à briser que celle des autres hommes?*”. (TOCQUEVILLE, 1893).

¹⁹ Ver Kelly (1992, p. 28).

²⁰ “*Deux choses me frappèrent surtout: la première ce fut le caractère, je ne dirai pas principalement, mais uniquement et exclusivement populaire de la révolution qui venait de s'accomplir. La force qu'elle avait donnée au peuple proprement dit, c'est-à-dire aux classes qui travaillent de leurs mains, sur toutes les autres. La seconde, ce fut le peu de passion haineuse et même, à dire vrai, de passions vives quelconques que faisait voir dans ce premier moment le bas peuple devenu tout à coup seul maître de Paris. (...) Durant cette journée, je n'aperçus pas dans Paris un seul des anciens agents de la force publique, pas un soldat, pas un gendarme, pas un agent de police; la Garde nationale avait disparu. Le peuple seul portait les armes, gardait les lieux publics, veillait, commandait, punissait; (...) Dès le 25 février [1848], mille systèmes étranges sortirent impétueusement de l'esprit des novateurs, et se répandirent dans l'esprit troublé de la foule. Tout était encore debout sauf la royauté et le parlement, et il semblait que du choc de la révolution, la société elle-même eût été réduite en poussière, et qu'on eût mis au concours la forme nouvelle qu'il fallait donner à l'édifice qu'on allait élever à sa place; chacun proposait son plan ; celui-ci le produisait dans les journaux ; celui-là dans les placards, qui couvrirent bientôt les murs ; cet autre en plein vent par la parole. L'un prétendait réduire l'inégalité des fortunes, l'autre l'inégalité des lumières, le troisième entreprenait de niveler la plus ancienne des inégalités, celle de l'homme et de la femme; on indiquait des spécifiques contre la pauvreté et des remèdes à ce mal de travail, qui tourmente l'humanité depuis qu'elle existe. Ces théories étaient fort diverses entre elles, souvent contraires, quelquefois ennemies; mais toutes, visant plus bas que le gouvernement et s'efforçant d'atteindre la société elle-même, qui lui sert d'assiette, prirent le nom commun de SOCIALISME.” (TOCQUEVILLE, 1893).*

A resposta só veio à tona para o autor ao observar as instituições comunais coloniais cultivadas na América anglo-saxã por piratas, protestantes perseguidos em busca de liberdade religiosa, revoltosos secessionistas irlandeses, gauleses e escoceses, entre outros que encontraram na América solo fértil para a liberdade sob o manto da igualdade.

2.2 Do “amor à liberdade” à “liberdade do mercado”: republicanismo e liberalismo na América

2.2.1 Nos mares do comércio navega a busca da liberdade do liberalismo inglês

Podemos dizer que o “liberalismo” foi se formando a partir de ondas ou movimentos de pensadores que culminaram no que chamamos hoje de “liberalismo” ou “liberalismos”, a partir de um epicentro mais ativo que foi a Inglaterra do final do século XVI.

As transformações na Inglaterra foram amplas. Havia por parte de aristocratas ingleses uma luta em busca de maior liberdade e de garantias individuais, de modo a impor limites ao absolutismo do soberano. Além disso, os britânicos desafiavam as potências continentais católicas com a liberdade confessional e sua independência em relação ao Catolicismo Papal. Associado a esses aspectos, um movimento de mudança econômica fomentava tal processo.

A Inglaterra entrou tardiamente na disputa naval e, a princípio, era marginal na divisão dos impérios coloniais. Quando iniciou sua expansão marítima, foi acompanhada por outros contendores, como a Holanda. Ambos os países testavam o domínio ibérico de Portugal e Espanha e provocavam fissuras no sistema colonial baseado no sistema mercantilista.

O Reino Unido começou sua trajetória nos mares com a pirataria. A Coroa, em parceria com piratas e corsários, saqueava galeões espanhóis e portugueses carregados com metais e produtos tropicais das Américas. Esse movimento foi o suficiente para colocar reis ingleses na corrida pelo domínio dos mares.

Além disso, os ingleses foram, com o tempo, ocupando os espaços econômicos deixados pelos ibéricos. Cada vez mais, os produtos britânicos manufaturados ocupavam os mercados nas metrópoles e, por consequência, também nas colônias. Sua estratégia naval foi, aos poucos, sedimentando-se com ocupações estratégicas em lugares que possibilitavam o controle de portos e bases técnicas e logísticas para distribuição global dos manufaturados e para obtenção de matérias-primas. Com essa dinâmica mercantil, os ingleses acumularam o capital necessário para, já no século XVIII, dar o salto para a “Revolução Industrial”, que mudou para sempre a organização produtiva do mundo.

O colonialismo da aurora das grandes navegações uniu o globo e criou grandes impérios mercantilistas que, contudo, estavam focados na exploração e manutenção de um pacto colonial metalista, escravocrata e baseado na exclusividade de comércio metropolitano com as colônias, levando produtos tropicais para Europa e de lá intermediando para as colônias tudo mais.

O ingresso de Inglaterra e Holanda nesse circuito colonial mudaram profundamente os paradigmas econômicos, e o resultado é que não tardaram as mudanças no pensamento político-filosófico que fundamentara e legitimara essa nova ordem, sedimentando um novo equilíbrio geopolítico de forças entre as potências europeias.

Na balança de poder, é de se notar que a Inglaterra só se lançou em empreendimentos coloniais após a conquista progressiva da supremacia naval. O processo de conquista dos mares pelos britânicos havia se iniciado com os ataques dos corsários ingleses às “Frotas da Prata”, trazidas pela Espanha das Américas, no final do século XVI. Prosseguiu com a vitória da frota britânica frente a “Invencível Armada” espanhola em 1588. E se consagrou vitoriosa ao final das quatro guerras anglo-neerlandesas entre 1652 e 1784, derrotando então a sua aguerrida rival marítima. Por fim, garantiu o domínio incontestável dos mares impondo outra derrota à armada espanhola na “Batalha de Trafalgar”, em 21 de outubro de 1805, já no período Napoleônico.

A supremacia marítima foi, assim, a condição fundamental que possibilitou a expansão comercial, manufatureira e depois industrial da Inglaterra. Foi pois o pano de fundo que criou na Inglaterra o ambiente especial para o desenvolvimento tão particular do liberalismo enquanto base de um sistema político e econômico dos britânicos.

A busca da “liberdade” dos britânicos não se restringia às esferas política e econômica, mas alcançava também as esferas “espiritual” e religiosa. Os britânicos foram os primeiros a bater de frente com os herdeiros do poder temporal de Roma e, conseqüentemente, contra os Reinos Católicos.

A liberdade política, da nascente burguesia e da nobreza contra a Coroa, e a liberdade econômica, em especial manifesta no desejo de livre comércio e empreendimento de burgueses e comerciantes, aos poucos, vão migrando, primeiro, para as manufaturas e, depois, para as indústrias, carregadas pela expansão econômica e militar do crescente Império Britânico.

Tais fatos não se deram sem conseqüências para a América. Os norte-americanos são parte e também resultado desse processo de expansão do Império Britânico. Em grande parte, os anglo-saxões que se instalaram nas colônias norte-americanas participaram desse processo. Herdaram e incorporaram em suas instituições, desde o nascedouro, a inclinação pela liberdade de comércio, indústria e expansão territorial. Aqueles que vieram para América já pensavam e, sobretudo, viviam pautados pelas ideias e ideais de uma nova ordem, de uma nova mentalidade,

e por uma filosofia que rompia com a hierarquia e o domínio aristocrático.

A filosofia política de John Locke²¹ (1632-1704) e a formulação teórica liberal sobre a qual se fundou seu pensamento retomam em outros termos uma questão anteriormente abordada por Hobbes: a do homem que parte do seu estado natural de plena liberdade para uma sociedade organizada.

Com Locke, sob argumentos jusnaturalistas, credita-se aos direitos naturais estendíveis a todos o fundamento ao direito às liberdades, sobretudo aquelas legadas ao indivíduo. Do mesmo modo, como consequência necessária, impõe-se a existência de limites da ação do Estado frente ao cidadão. Do ponto de vista econômico, insiste esse autor no imprescindível respeito à propriedade privada e no gozo de seus frutos pelo proprietário.

A nova ordem, como concebeu John Locke, apoia-se nesse conjunto de princípios sedimentados entre direitos civis (“a vida”); políticos (“a liberdade”) e econômicos (“os bens e a propriedade”). Para o filósofo, trata-se da composição de um conjunto de direitos ou a tríade de elementos que, em seu *Segundo Tratado sobre o Governo Civil*, ele chama de direitos naturais, tornando-se o centro orbital de sua teoria política.

Esses direitos pautados na vida, na liberdade e nos bens privados foram o ponto de partida fundamental para a construção da teoria política de Locke, que vislumbrava uma sociedade na qual o homem seria capaz de criar um Estado restrito o suficiente para a garantia dos seus direitos naturais e demais liberdades individuais.

Ao contrário de Hobbes, que apostava no Leviatã para “domar” a “besta” incontrolável do homem “livre”, Locke vislumbrava uma sociedade na qual o homem seria capaz de criar um Estado restrito o suficiente para garantir os direitos naturais e demais liberdades individuais, em nome do seu próprio “interesse bem entendido” (ainda que esse termo exato tenha sido mais ostensivamente frisado por Tocqueville).

Deste modo, não é descabido argumentar que haja uma relação entre a ocupação e a formação da América colonial, e suas instituições, sobretudo as comunais e comunitárias, com a formulação da teoria política de John Locke.

Talvez mais do que se possa suspeitar, a teoria liberal lockeana envolveu a participação ativa e direta do filósofo inglês na política colonialista britânica voltada para a América. John

²¹ Palestra proferida por Charles Anderson e intitulada *John Locke Political Philosophy*, a curso da *University of Wisconsin*. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=hMfvO2v3Z5o&list=PLIk350zXsSY_T2DlCLeAuXV7uglGav8LZ; e curso de verão (2006) *Introduction to Political Philosophy* de Steven B. Smith – aula Constitutional Government: Locke's Second Treatise (1-5), ministrado na *University of Yale*. Disponível em: <https://www.youtube.com/playlist?list=PL8D95DEA9B7DFE825>.

Locke chegou a se envolver no processo de colonização das “Carolinas”, empreendido por seu patrono Lord Shaftesbury, ocupando o cargo de Secretário para a Colônia da “Carolina”, assim como de Secretário do Conselho de Comércio e Plantations (*Concil of Trades and Plantations*), conforme destaca a obra de Barbara Arneil (1996) *Jonh Locke and America – The Defence of English Colonialism*.

A autora argumenta que as formulações de Locke em *Dois Tratados sobre o Governo*, sobretudo no que se refere à propriedade e ao direito dos povos originários, preocupa-se, antes de mais nada, em tecer os argumentos para justificar e legitimar a política colonialista frente às demais potências europeias, ao mesmo tempo em que busca enfraquecer o pleito dos indígenas sobre as terras Americanas. Nesse sentido, parece não ser descabida a percepção que o pensamento lockeano, se não deliberadamente, ao menos inconscientemente, buscava alinhar as suas teorias às práticas fundiárias e interesses de grandes proprietários ingleses e da ocupação colonial na América do Norte²².

Assim, qualquer que seja o enfoque que possa se dar ao viés que motiva o autor, parece ser indiscutível que a teoria política de John Locke constituiu um importante fundamento que alicerçava a adoção de ideias liberais pelos ingleses ao tempo da colonização anglo-saxã da América do Norte. O liberalismo de Locke, contudo, não continha um caráter disruptivo e muito menos revolucionário, mas, antes, profundamente conservador, considerando que a estrutura econômica e política defendida, em grande extensão, já estava amplamente consolidada como paradigma na Inglaterra do século XVII.

A aplicação do pensamento lockeano nas colônias, por essa razão, fez parte do motivo que impulsionou o empreendimento britânico na América, e isso desde o início. A sua teoria já inspirava as práticas correntes dos colonos e, de certo modo, estabeleceu o *modus operandi* das ocupações britânicas na América do Norte. Posteriormente, o mesmo paradigma serviu à ocupação de outras colônias britânicas, como na Austrália e na Nova Zelândia.

Pode-se argumentar que os reflexos dessa ideologia colonialista britânica, fundada na teoria lockeana, vai transcender o período colonial e servir de base também ao “imperialismo”

²² Christopher Hill (1980, p. 12) também pontua nesse sentido: “*Without the safety and dignity of the monarchy, neither religion nor property can be preserved.*” *Twenty years earlier defense of ‘religion and property’ had been the slogan of Charles I’s opponents. But why the blouse of Lords, as well as the monarchy? Here is the Earl of Shaftesbury, ex-Cromwellian, in Harringtonian vein: ‘There is no prince that ever governed without a nobility or an army. If you will not have the one, you must have the other, or the monarchy cannot long support or keep itself from tumbling into a democratical republic’. By the end of the sixteen-fifties the Army had become, too expensive and too difficult to control: so the men of property, moved over to what Shaftesbury saw as the only alternative if ‘a democratical republic’ was to be avoided*”.

dos Estados Unidos, quando da sua incansável marcha para o oeste, e depois, para o Caribe e o Pacífico.

Em retrospecto, para entender esse filósofo e sua obra, vale destacar que, assim como percebemos a sua militância na empresa da colonização, Locke também foi militante em prol dos Whigs, e que, por juntar-se à oposição ao monarca Carlos II, foi obrigado a se exilar na Holanda. Retornou para a Inglaterra após a queda da Dinastia Stuart e ascensão de Guilherme de Orange em 1688, da Holanda, que foi entronizado como novo monarca com o apoio decisivo do Parlamento Britânico, instituição que emergiu desse episódio como o centro de gravidade política do país.

O processo da troca das casas reais durante esse conturbado período, embora houvesse fundamento dinástico no pleito para a ascensão de Guilherme de Orange ao trono da Inglaterra – uma vez que era filho da princesa Maria, filha mais velha do rei inglês Carlos I e, além disso, era casado com outra princesa, também chamada Maria, filha de Jaime II –, e sua coroação ao final da Revolução Gloriosa, teve o decisivo apoio e ingerência direta do Parlamento Britânico. O parlamento se firmou como um poder incontornável na equação política inglesa e, doravante, incontestável por todos os monarcas que se sucederam, num evento que marcou a monarquia britânica para sempre.

A atuação decisiva do Parlamento na coroação do novo monarca teve um substancial impacto na concepção acerca da legitimidade dos reis britânicos a partir de então. Para os reis ingleses que vieram a ser entronados desde então, a utilização do argumento da legitimidade dinástica/histórica se enfraqueceu. Não bastava a “legitimidade dinástica” como argumento “solo” na definição da linha de sucessão monárquica, como era o caso de outras famílias reais notórias pelas longínquas “origens de sangue” de seus monarcas. E muitas dessas famílias, na Europa continental, naquela mesma época, vinham se firmando justamente, e cada vez mais, ao concentrar poder nas mãos do soberano pela via política do absolutismo.

Exemplo mais notório era exatamente a França de Tocqueville, onde o Rei Luís XIII, com o auxílio de seu arguto chanceler Cardeal Richelieu, minava o poder local dos nobres nos burgos e condados, concentrando todo poder do Estado francês nas mãos do monarca. O apogeu desse processo em direção ao absolutismo na França se manifestou no reinado de seu filho e sucessor, o Rei Sol, Luís XIV, que se declarava como sendo o próprio Estado.

Do mesmo modo, a partir da nova monarquia instalada no poder na Inglaterra, também perde força a tese do “Direito Divino dos Reis” (argumento de que o poder do soberano derivava da vontade direta de Deus), uma vez que a nova dinastia de Guilherme de Orange dependeu da chancela decisiva do Parlamento, vinculando o entronamento de maneira tácita, mas também

prática, à sua aquiescência.

Com o desenlace da “Revolução Gloriosa”, ficou cada vez mais claro na história da Inglaterra que entre as instituições britânicas passava a ser o Parlamento, na prática, e não mais o Rei, a real fonte de poder. No reinado de Guilherme de Orange, o Parlamento se consolidou e, a partir de então, o sistema parlamentarista vai, continuamente, institucionalizando-se e ganhando, cada vez mais, solidez e definição.

O desfecho desse processo histórico resultou na fórmula política que cada vez mais passou a reger a forma de governo na Inglaterra: o Monarca Britânico “reina, mas não governa”, e seu reinado, a partir desse ponto, sobretudo no que se refere à administração pública, dependerá cada vez mais da vontade do parlamento e das instituições locais e cada vez menos do “monarca no trono”.

No campo prático dos fenômenos sociais, houve uma perda substancial da força dos argumentos de Hobbes e da defesa do absolutismo, forçada pelos eventos criados pela própria sociedade britânica que consolidou o sistema de “monarquia parlamentar”. A partir desse ponto, uma “nova” teoria política se fazia necessária.

Vale destacar que, em princípio, as formulações de Locke não estavam endereçadas a combater diretamente as ideias de Hobbes. O confronto entre as teorias absolutistas e aquelas que se prestavam a fundamentar o reconhecimento da representação por meio do parlamento teve vários expoentes. Além de Hobbes, apesar de ele hoje ser o intelectual mais lembrado no campo da defesa do “absolutismo”, havia Robert Filmer.

Era Filmer (1949)²³ – em sua obra póstuma *Patriarcha*, publicada 1680 e reeditada em 1696 – quem vinha expondo suas ideias anos antes da Revolução Puritana, e não Hobbes, que ascendeu à discussão no período da Restauração, sendo considerado o autor mais eloquente de seu tempo em favor da monarquia absolutista britânica no século XVII. Portanto, foi com o “patriarcalismo” de Filmer, e não com o “contratualismo” de Hobbes, que realmente dialogaram as obras e ideias de John Locke.

Mas mesmo em relação às ideias Hobbes, pode-se contrapor aqui, mais uma vez, as formulações teóricas e políticas de Locke, que, possivelmente, “agasalharam” e “legitimaram” as instituições descentralizadas que caracterizavam o sistema político britânico, sobretudo em defesa dos interesses da elite de proprietários quando estes conflitassem com os da Coroa. Nesse sentido, lembra o historiador Christopher Hill (1987), em sua obra sobre o período, o quanto as

²³ Edição feita pelo historiador britânico Peter Laslett.

ideias defendidas por Locke atendiam melhor ao chamado para fundamentar o reordenamento da sociedade inglesa:

O radicalismo intelectual de Hobbes teve forte influência sobre os espíritos engenhosos da corte de Carlos II, porém sua filosofia política terminou por se mostrar inaceitável para os respeitáveis proprietários que dominaram a Inglaterra posterior à Restauração. E foi inaceitável porque se mostrou tão desesperadamente racional. Hobbes despiu a sociedade e o Estado de todas as lentejoulas que o compromisso de 1660 tanto se empenhou em restaurar: monarquia e aristocracia hereditárias, bispos. O maior anseio dos proprietários, nos anos de 1659 e 60, era pela autoridade. Contudo, à medida que a sociedade ia se instalando confortavelmente num sistema que tentava repetir as velhas maneiras, a corrosiva filosofia política de Hobbes foi cedendo lugar à de Locke. As ideias de Locke — que devem menos que as de Hobbes à ética protestante — eram menos implacáveis em sua lógica, menos brilhantes em sua nitidez, menos chocantes para os tradicionalistas. Casavam-se bem com um mundo no qual os reis governavam por graça de Deus porém podiam ser depostos se não governassem como queriam os proprietários; no qual a Igreja mostrava aos homens qual o caminho para chegar aos céus, porém os bispos eram nomeados pelos políticos. (HILL, 1987, p. 373).

O fato é que as teorias políticas de John Locke ganharam força na sociedade britânica, em particular aquelas que deram o tom e o conteúdo em *Dois Tratados sobre o Governo*, mesmo antes da sua formulação e publicação pelo autor. Mais importantes para o caso aqui em análise são as ideias de direito à vida, à liberdade e à propriedade de que Locke se apropriara e as quais converteu no cerne de sua teoria política em *Dois Tratados* – ideias que já estavam amplamente difundidas nas primeiras colônias nas Américas.

Como bem lembra Barbara Arneil (1996), há uma ligação mais estreita do que se possa supor entre Locke e a “América”. As colônias americanas foram amplamente mencionadas nos escritos de John Locke em sua obra *Dois Tratados sobre o Governo*. Conforme aponta a autora, Locke via na política colonialista e na ocupação da América pelos Britânicos uma “segunda chance” ou a criação de um mundo novo, uma nova civilização (como um recomeço para o Velho Mundo), que poderia ser um “segundo Éden”, no qual a Inglaterra teria a oportunidade de recriar o “Paraíso” em uma terra “virgem”, pronta para abrigar todas as promessas de um “Estado Idílico”. Prossegue a autora destacando o que acredita ser surpreendente: a escassez de trabalhos e da literatura dedicada a Locke que se aprofundam nesse aspecto da vida do autor, ou seja, no seu envolvimento, por toda uma vida, no processo de colonização da América.

Arneil (1996) se filia à corrente que considera a obra *Dois Tratados Sobre o Governo* como uma franca defesa de John Locke acerca da política colonialista Britânica no sentido de, evidentemente, legitimá-la diante do pleito das demais potências europeias, e, para além disso,

garantir argumentos à política colonial britânica frente à resistência e à legítima reivindicação dos povos originários da América do Norte sobre suas terras ancestrais.

Assim, o ponto de partida de Locke também é bem diferente do de Hobbes. O Estado de Natureza lockeano, ao contrário do estado de guerra de todos contra todos de Hobbes, parte do pressuposto que certo pacto entre os indivíduos não somente era possível como desejável e até mesmo imprescindível.

Para Locke, o homem “natural” estaria disposto a compromissos mais pontuais naquilo que fosse necessário para manter os seus “direitos naturais” e individuais, cuja proteção seria a única função da existência do Estado pactuado entre os homens.

Assim, para Locke, a associação dos homens livres e proprietários e a criação do Estado desempenhando apenas o papel necessário de garantir a propriedade privada seriam suficientes para ganhar a adesão dos homens, que se submetiam voluntariamente às suas instituições. A autoridade constituída era, portanto, responsável pela garantia da “tríade lockeana”: o respeito aos direitos naturais do ser humano à vida e à liberdade, mas, não menos importante, à garantia da propriedade privada.

Nesse sentido, cabe destacar que o Estado convencionado nasceria em um ambiente de igualdade entre os homens. Não há, no Estado de Natureza, nenhuma hierarquia que estabeleça primazia de uns sobre outros. A constituição do Estado Civil estava alicerçada na liberdade e na igualdade dos indivíduos e visava a proteção de seus direitos naturais com base em leis estáveis, fixadas com o consentimento e reconhecimento geral; em um judiciário imparcial, fundado em leis estabelecidas; e na renúncia, pelos indivíduos, do poder de exercerem força em vista de suas próprias razões.

A sociedade civil seria, portanto, a renúncia ao estado natural. Da natureza, o homem guarda a propriedade de sua própria pessoa e, por meio desta (de sua liberdade, da força de seu corpo e de seus talentos), apropria-se daquilo que lhe é necessário. A propriedade privada, para Locke, é resultado do empreendimento humano. É pelo trabalho que o homem se apropria do que antes era comum, e o Estado, por sua vez, é a convenção coletiva para salvaguardar o direito adquirido da propriedade privada.

Não por acaso, para Locke, o governo dos homens deveria ser feito entre proprietários. Locke vocalizava o sentimento da Inglaterra da época quando atribuía a todos os homens, ao nascer, direitos naturais: os direitos à vida, à liberdade e à propriedade. São todas características apropriadas pelos colonos anglo-americanos e reproduzidas em suas instituições mais primevas.

O liberalismo de Locke está impresso na gênese da América, desde os tempos coloniais, trazido pelos primeiros anglo-saxões que aportaram em sua costa leste em busca de liberdade

(religiosa, econômica e política), e vai acompanhar toda a história norte-americana. Quando Tocqueville aportou na costa leste norte-americana, foi esse liberalismo que se revelou a ele ao longo de sua viagem. Portanto, parece-nos difícil conceber a construção do pensamento tocquevilleano sem reconhecer as condições preexistentes na América: o arraigado pensamento liberal, efetivamente, presente e vivido dentro de cada uma das instâncias administrativas e, mais do que isso, encarnado em cada espírito dos cidadãos democráticos anglo-americanos.

2.2.2 América: terra de quakers, puritanos e John Locke

O amor à liberdade e à igualdade que Tocqueville encontrou numa América forjada pelo espírito liberal dos anglo-saxões tinha uma influência que remetia a John Locke, mas não somente a ele. No molho da teoria política que temperava a salada institucional norte-americana, é de se destacar, ainda, a influência seminal das primeiras comunidades fundamentalistas cristãs, as quais, na busca pela reconstrução do “paraíso na terra” ou uma nova Jerusalém, deveriam se basear na preponderância da moral e da virtude espiritual cristãs.

Não se pode desprezar as marcantes influências das primeiras comunidades de colonos, que se organizavam nos moldes de um “comunitarismo cristão”, que, na prática, resgatavam princípios que datam do republicanismo traçado nas formulações de Maquiavel.

Assim, o comunitarismo cristão com raízes no republicanismo, de certo modo, amenizou na sociedade americana os arroubos individualistas do pensamento político liberal, o qual não tinha nenhum interesse particular no aperfeiçoamento da sociedade, que focava na defesa dos direitos individuais, na liberdade política e econômica dos indivíduos, estes sempre livres para empreender, mantendo à distância o Estado, que deveria interferir ou regular do modo mais limitado possível.

Desse modo, para se entender *A democracia na América* de Tocqueville, é necessário se entender como os “americanos” chegaram a esse sistema. Os anglo-saxões que ocuparam a costa leste da América do Norte tinham um perfil próprio. Esses cidadãos britânicos, que se refugiaram nas colônias, eram fugitivos das perseguições religiosas e das convulsões políticas dos séculos XVII e XVIII. Trouxeram para aquela costa atlântica, na sua bagagem, um desejo de autonomia, de liberdade e de direitos individuais (ou direitos naturais), em parte, traduzidos por John Locke.

Barbara Arneil²⁴ apresenta contundentes argumentos que apontam a decisiva influência do pensamento de John Locke, e em particular dos escritos em *Dois Tratados sobre o Governo*, sobre não somente as motivações e os fundamentos da colonização da América do Norte pelos britânicos, mas também sobre a legitimação, consolidação e formação dos espíritos da América anglo-saxã.

Embora tenha a colonização começado bem antes da publicação do *Segundo Tratado*, pode-se argumentar que a teoria de John Locke tenha sido, talvez, o mais importante e influente pensamento político e econômico, que fundamentou e justificou, de um lado, a desconsideração e expulsão dos nativos americanos de suas terras; e, por outro lado, a ocupação resoluta do vasto e aparentemente inesgotável território da América do Norte pelos colonos, sobretudo no período após a independência americana em sua “marcha para o Oeste”. Não se pode duvidar da força e do alcance das teorias da propriedade de Locke na psique americana (ARNEIL, 1996, p. 132-134), que acompanham a sociedade no seu contínuo processo de expansão territorial, que seguiu ocorrendo, para além do período colonial, ao longo do século XIX.

Os nativos americanos tinham uma relação com a terra que parecia aos colonos um displicente abandono. Aos olhos dos recém chegados e de acordo com da teoria lockeana, não eram os nativos, portanto, proprietários. Já os colonos, em suas parcelas definidas e divididas, eram premiados com a propriedade da terra, por meio do seu trabalho, ainda que contassem, eles próprios, com força escrava africana e mesmo de indígenas também escravizados.

Além da influência de Locke, os primeiros colonos traziam consigo antes uma ética do trabalho vinda de sua religião. Valores desse tipo foram se difundindo na cultura inglesa ainda nos séculos XVI e XVII, em grande parte, devido à Reforma Protestante e aos avanços do capitalismo, tendo encontrado expressão na obra de Locke. Assim, evidentemente, havia outros

²⁴ “*It is the role of America and its aboriginal population in Locke’s political Theory which has been largely overlooked in previous scholarship on the Two Treatises. Given the number of specific references to America in his work, and Locke’s lifelong involvement in the colonization of the new world, it is indeed surprising that so little has been written on the subject. The oversight is important, for without considering Locke’s Use of America and its first inhabitants in the light of the collection of American ‘travelogues’ within his own personal library, the colonial debate within Locke’s was immersed and the political needs of Shaftesbury’s colonial enterprise in Carolina, an important aspect of the Two Treatises will be missed.*” “*By taking seriously Locke’s repeated references to America in the Second Treatise, it can be shown that the Two Treatises were written as a defense of England’s colonial policy in the new world against the sceptics in England and the counter-claims of both the aboriginal nations and other European powers in America. In particular, it will be argued that the famous chapter on property which contains most of the written to justify the seventeenth-century dispossession of the aboriginal peoples of their land, through a vigorous defense of England’s ‘superior’ claims to proprietorship.*” (ARNEIL, 1996, p. 132-134, grifo nosso).

fatores intelectuais e econômicos envolvidos, que pautavam e fundamentavam o processo de colonização.

Há também o Republicanismo, sobretudo aquele aportado pelas teorias formuladas por Montesquieu, manifesta na sua estrutura clássica da tripartição dos poderes, que teve seminal importância na arquitetura da Constituição norte-americana e na construção das instituições e seus entes políticos. Do mesmo modo, são também perceptíveis ecos teóricos de republicanos contratualistas como Rousseau, com noções derivadas de concepções relacionadas à soberania e à legitimidade, que consideravam o corpo das leis, sobretudo da carta magna, como os novos “mandamentos laicos” oriundos do “povo, pelo povo e para o povo”.

Tocqueville se deparou na América, assim, com uma sociedade fundada em uma teoria política própria e inédita, muito embora tenha encontrado as supracitadas contribuições insculpidas não somente na Constituição norte-americana, mas, sobretudo, na sua “alma”, ou seja, nas crenças mais profundas dos seus cidadãos.

A Constituição norte-americana trazia em seu bojo a consolidação do resumo institucional desenvolvido por certos teóricos e por movimentos liberais ingleses, mas também formulações comunitaristas e republicanas, que remontam ao pensamento de Maquiavel e também a autores franceses mais próximos dos revolucionários americanos, tais como Montesquieu, Rousseau e mesmo Voltaire, em seu anticlericalismo e incansável defesa da tolerância. Essas influências resultaram em aspectos institucionais como a separação, independência e mútua fiscalização – “*checks and balances*” – entre os poderes²⁵ e no caráter laico do Estado, pedra fundamental e princípio indiscutível que garantiria então a liberdade religiosa na sociedade norte-americana.

Observe-se ainda que há uma menção explícita à influência marcante da opção adotada na arquitetura institucional de Montesquieu e seu *O Espírito das Leis*, com a adoção e aplicação prática na Constituição norte-americana da teoria da distribuição dos poderes e dos seus controles recíprocos. A influência de Montesquieu foi formalmente registrada pelos “pais fundadores”, que nominalmente destacaram o filósofo francês na obra coletiva e seminal do constitucionalismo norte-americano, *O Federalista*, assinada por Alexander Hamilton, John Jay e James Madison.

A Constituição e as leis norte-americanas distribuíam a democracia e a participação dos cidadãos em todas as instâncias e instituições do Estado americano. Outro ponto fundamental

²⁵ Capítulo VIII da primeira parte Tomo I de *A democracia na América* (TOCQUEVILLE, 2005).

na costura institucional feita pelos “pais fundadores” foi a grande descentralização da administração pública, que reconhecia nas mais básicas e prosaicas organizações sociais, tais como as associações comunitárias e organizações comunais locais, legitimidade e atribuições concretas para interferência, gestão e execução de políticas públicas de interesse coletivo.

O parlamento federal se estruturou no sistema bicameral de representantes eleitos pelo povo, de um lado, os deputados e, de outro lado, a representação dos Estados federados pelos senadores, também eleitos pelo voto.

O executivo, preenchido pelo Presidente (ou “rei” eleito) por mandato predefinido, por meio de um complexo sistema de votações que combinam o voto popular com a representação proporcional dos Estados, foi sacramentado por uma votação de “grandes eleitores” pelo colégio eleitoral. A origem desse sistema remonta à Constituição de 1787.

E, mesmo no poder judiciário, a democracia era exercida por juízes e delegados eleitos também pela participação popular nas decisões judiciais, criminais e cíveis, pelo “tribunal de júri”, composto por escolhidos entre os cidadãos do condado. E, conforme observa Tocqueville, o juiz americano tinha um alcance um tanto incomum, pois ele podia se pautar diretamente na Constituição Americana, mesmo contra as leis locais ou estaduais que julgava inconstitucionais.

No Capítulo VIII, da primeira parte do Tomo I de *A democracia na América*, lê-se:

Na América, o presidente exerce uma influência bem grande sobre os negócios do Estado, mas não os conduz: o poder preponderante reside na representação nacional inteira. É, portanto, a massa do povo que se deve mudar, não apenas o presidente, para que as máximas da política variem. Por isso, na América, o sistema da eleição, aplicado ao chefe do poder executivo, não prejudica de maneira muito sensível a fixidez do governo. (TOCQUEVILLE, 2005, p. 147).

É certo que as instituições encontradas por Tocqueville na América foram gestadas desde o período colonial, repercutindo, portanto, diversas influências. Além do liberalismo mais primitivo inspirado pela pena de Locke, que ainda ecoava desde a época dos colonos puritanos, além do liberalismo que estava em gestação no período da redação da Constituição americana, do final do século XVIII, pelos pais fundadores, é possível identificar na Carta Magna princípios e valores republicanos cujas raízes são mais antigas do que o pensamento liberal. E tais princípios consistem em diversas ideias cruciais que embasaram o sistema político dos EUA, que remontavam àquilo que já era defendido por republicanos ingleses como James Harrington e John Milton.

O filósofo norte-americano Michael J. Sandel (1996), em sua obra sobre Tocqueville

*Democracy's discontent*²⁶, quanto à organização institucional norte-americana no princípio da República, destaca a importância de uma administração descentralizada organizada a partir das estruturas comunais subsistindo à escala de organização social. (SANDEL, 1996, p. 27).

Assim, pode-se observar que os norte-americanos, ao estabelecerem as suas instituições, combinaram ideias herdadas de estruturas coloniais, inspiradas no republicanismo já existente nessa colônia, influenciado pela difusão de ideias e concepções mais liberais, consolidando no plano político, de maneira prática, uma democracia-liberal original, que vem desde os tempos coloniais, e que se constituiu de modo bem diferente das idealizações liberais formuladas nos círculos acadêmicos na Paris do início do século XIX. Essa inspiração que combina liberalismo com republicanismo e coletivismo foi definitiva para caracterizar a democracia na América, como demonstra Tocqueville.

Portanto, da teoria e da prática democrática das primeiras comunidades, emergia o forte traço comunitário. As 13 Colônias se uniram contra a poderosa Inglaterra, vencendo-a, contudo, essa vitória teria sido resultado de sua união de fato ou da união de interesses contra um inimigo comum, antes mesmo de haver de fato um ente federativo que impusesse um único caminho para esse coletivo nas colônias? A esse respeito, do Capítulo VIII, da primeira parte, Tomo I, de *A Democracia na América*, destaca-se o seguinte trecho do texto de Tocqueville:

As treze colônias que sacudiram simultaneamente o jugo da Inglaterra no fim do século passado tinham, como já disse, a mesma religião, a mesma língua, os mesmos costumes, quase as mesmas leis; elas lutavam contra um inimigo comum, logo deviam ter fortes motivos para se unirem intimamente umas às outras e se absorverem numa só e mesma nação.

Mas cada uma delas, tendo sempre levado uma existência à parte e um governo a seu alcance, criara interesses assim. (TOCQUEVILLE, 2005, p. 127-128).

Mais uma vez, aqui, tal êxito talvez só se explique pela tradição forte do associativismo comunitário e descentralizado da administração pública nas colônias. Nesse sentido, pontua Tocqueville, em *Dos efeitos políticos da descentralização administrativa nos Estados Unidos*,

²⁶ “In the early Republic, liberty was understood as a functional of democratic institutions and dispersed power. The relation of the individual to the nation was not direct but mediated by decentralized forms of political association and participation. The Bill of Rights did not apply to the states and was not understood to create individual immunities from all government action. Liberty was secured “largely through the preservation of boundaries between and among institutions”. Tocqueville describes the link between liberty and democracy in his account of the New England township: “town meetings are to liberty what primary schools are to science; they bring it within the people’s reach, they teach men how to use and to enjoy it. A nation may establish a free government, but without municipal institutions it cannot have the spirit of liberty”. (SANDEL, 1996, p. 27).

Capítulo V, da primeira parte, do Tomo I, de *A democracia na América*:

O que mais admiro na América não são os efeitos administrativos da descentralização, mas os efeitos políticos. Nos Estados Unidos, a pátria se faz sentir em toda a pane. É um objeto de solicitude desde a cidadezinha até a União.

inteira. O habitante se apega a cada um dos interesses de seu país como se fossem os seus. Ele se glorifica com a glória da nação; nos sucessos que ela obtém, crê reconhecer sua própria obra e eleva-se com isso; ele se rejubila com a prosperidade geral de que aproveita. Tem por sua pátria um sentimento análogo ao que sentimos por nossa família, e é também por uma espécie de egoísmo que se interessa pelo Estado. (TOCQUEVILLE, 2005, p. 107).

A pedra angular da tradição administrativa nas comunidades dos Estados Unidos residia na valorização das organizações políticas locais com uma ampla participação dos cidadãos, que deliberavam sobre praticamente todos os aspectos da vida social, e, por outro lado, preservava também a liberdade e a livre iniciativa, sobretudo econômica, de cada um dos indivíduos que compunham essas comunidades, os quais acabavam por tomar para si, e de modo bem pessoal, a defesa do interesse da comunidade, do Estado e da nação.

Contudo, os laços sociais eram moldados em uma rígida moral comum regida por regras de conduta “não escritas”, retiradas direto de sermões ou mesmo dos textos religiosos, ditados pela disciplina e pela ética cristã propagadas e resguardadas severamente por seitas protestantes. Essas seitas, que migraram para a América em busca de refúgio e liberdade religiosa, impunham aos seus párocos uma rígida disciplina, obrigando a todos assumir responsabilidades para com a sua comunidade.

A organização política das comunidades, formada com interferência mínima das estruturas administrativas coloniais do Império Britânico, era idealizada, formalizada²⁷ e gerida pelos próprios membros da comunidade. As tarefas comuns eram partilhadas entre os cidadãos, como, por exemplo, as obrigações resultantes de questões de segurança dos assentamentos (no início, em muitos dos casos, contra os nativos americanos).

As comunidades se consolidavam e se organizavam em torno da propriedade das terras amealhadas pelos colonos, que, por sua vez, desfrutavam da garantia, pelo Estado, de uma total liberdade econômica para empreender e produzir como bem entendessem. Assim, tanto do ponto de vista teórico, quanto prático, a América do Norte dos britânicos, desde o nascedouro, com a primeira leva de colonos anglo-saxões, já gestava sua democracia liberal.

²⁷ Capítulo V da primeira parte do Tomo I de *A democracia na América*. (TOCQUEVILLE, 2005).

A América colonial estava impregnada, em sua origem, de um liberalismo calcado, e profundamente, na teoria política de John Locke, mas também de um coletivismo cívico ao modo rousseauiano e de um republicanismo institucional baseado nas ideias de Montesquieu, que por sua vez refletia com vigor o anseio pela liberdade originado das lutas religiosas, e que trazia consigo a “impressão digital” das convulsões que resultaram e legitimaram na supremacia do parlamento no sistema político inglês.

No bojo dessas lutas intestinas da sociedade britânica do século XVII e XVIII, quando o resultado foi a derrubada da Dinastia Stuart e o reconhecimento da prevalência do parlamento no governo Inglês, e também no país, esse evento cria o gérmen da construção de uma liberdade política, econômica, social e religiosa sem precedente no mundo, e que é, particularmente, impactante para as colônias americanas.

O papel de consolidar essa a visão lockeana acerca da propriedade, liberdade, igualdade e comunidade no âmago da nova nação americana anglo-saxã e suas instituições ficou a cargo de Thomas Jefferson, que traduziu na Constituição dos Estados Unidos os mais caros princípios de liberdade, como a busca da felicidade e o papel do Estado enquanto garantidor dos “Direitos Naturais Inalienáveis” dos cidadãos.

Os americanos queriam prosperar, conquistar e desfrutar de suas riquezas. Ao contrário do que ocorria na velha Europa, o novo continente estava sendo ocupado por empreendedores que não queriam entraves do Estado, que limitassem sua capacidade individual para o exercício e a prática de sua indústria, comércio e das mais variadas atividades econômicas. No Capítulo XX do Tomo II de *A democracia na América*, Tocqueville pontua:

Da indústria das posições em certas nações democráticas nos Estados Unidos, quando um cidadão tem algumas luzes e alguns recursos, procura enriquecer-se no comércio e na indústria, ou então compra uma terra coberta de florestas e se faz pioneiro. Tudo o que ele pede ao Estado é não vir perturbá-lo em seus labores e garantir-lhe os frutos destes. (TOCQUEVILLE, 2004, p. 311).

Desse modo, a América de Tocqueville, enquanto sociedade, mostrava-se como uma força irresistível da história e da natureza. Era vista por muitos europeus como uma espécie de nova civilização que se erguia no Novo Mundo, trazendo infinitas possibilidades.

A jovem nação avançava em sua incansável expansão para o oeste, tocada por braços de milhões de imigrantes europeus, impulsionados pelo apego à técnica e pelo desenvolvimento de novas tecnologias, confiantes na autodeterminação e no amor à liberdade, expandindo o mercado interno e alcançando números nunca antes vistos em nenhum país da Europa de então. Segundo Tocqueville, o cidadão americano era caracterizado pela inquietude, sempre disposto

a buscar meios rápidos e eficazes para acumular fortuna, investindo no aprimoramento da técnica e da indústria para produzir mais e melhor, como ele destaca no Capítulo X da primeira parte do Tomo II de *A democracia na América*:

Porque os americanos se aplicam mais à prática das ciências do que à teoria – ela não poderia ser a mesma nas nações democráticas. Os homens que compõem essas nações são, em sua maioria, ávidos de gozos materiais e presentes, assim como estão sempre descontentes com a posição que ocupam e sempre livres para desocupá-la, e só pensam nos meios de mudar sua fortuna ou acrescê-la. Para espíritos dispostos dessa maneira, qualquer método novo que leve por um caminho mais curto à riqueza, qualquer máquina que reduza o trabalho, qualquer instrumento que diminua os custos da produção, qualquer descoberta que facilite os prazeres e os aumente, parece o mais magnífico esforço da inteligência humana. É principalmente por esse lado que os povos democráticos se interessam pelas ciências, as compreendem e honram. Nas eras aristocráticas, requerem-se em particular das ciências os prazeres do espírito; nas democracias, os prazeres do corpo. (TOCQUEVILLE, 2004, p. 51-52).

Diante da pungência econômica e estabilidade institucional alcançada em tão pouco tempo nos Estados Unidos da América, Tocqueville acreditava que o caminho adotado pelos norte-americanos, seu sistema político-democrático, fundado na igualdade e na liberdade, era um processo inevitável que alcançaria a velha Europa, em particular a França.

Ele identificava na experiência americana um modelo que poderia oferecer soluções viáveis para “regulamentar” a democracia, uma vez que acreditava que não seria possível se opor à chegada de uma forma de democracia fundada na igualdade de condições na França em particular, mas também na Europa em geral. Nesse sentido, destaca Claus Offe (2005):

The condition of the United States interested Alexis de Tocqueville very explicitly not for its own sake but because he was convinced that it offered conclusions, predictions and solutions for an age that Europeans were about to confront: the ‘democratic’ age. It appears to me beyond a doubt that, sooner or later, we shall arrive, like the Americans, at an almost complete equality of condition. (OFFE, 2005, p. 8).

As origens aristocráticas, as inclinações políticas e mesmo a formação intelectual liberal de Tocqueville não o tornaram um adepto à democracia. A sua convicção democrática decorre da sua percepção de que a evolução histórica direcionava o mundo ocidental a uma sociedade “igualitária”, cuja expressão política melhor se expressava na democracia, e a América já era a primeira testemunha desse fato.

Assim, ele percebe que a democracia com base no liberalismo dos Estados Unidos (com

suas lições, consequências e advertências), poderia – pelo viés da sua prática – ensinar às nações europeias como se desviar de novas revoluções.

Para Tocqueville, as características práticas que marcam a singularidade do sistema e das instituições democráticas norte-americanas residem no seu caráter “comunitário”, fixado em uma Constituição que garantia a igualdade de direitos formais, comum a todos, mas não era só isso. Além disso, havia todo um sistema de modos e costumes (moeres) ancorado em uma moral e ética protestantes herdado do puritanismo dos primeiros peregrinos. No Capítulo IX da segunda parte do Tomo I de *A democracia na América*, lê-se:

Da religião considerada como instituição política, como ela serve poderosamente à manutenção da república democrática entre os americanos - A maior parte da América inglesa foi povoada por homens que, depois de terem se furtado à autoridade do papa, não se haviam submetido a nenhuma supremacia religiosa; eles levavam pois ao novo mundo um cristianismo que eu não poderia pintar melhor do que chamando-o democrático e republicano. Isso favorecerá singularmente o estabelecimento da república e da democracia nos negócios. Desde o princípio, a política e a religião estavam de acordo, e desde então não deixaram de estar. (TOCQUEVILLE, 2005, p. 338).

Tocqueville identificou também que mesmo entre as fortunas dos cidadãos “livres” não havia muitas discrepâncias. De certo modo, as riquezas se igualavam na América Jacksoniana, sobretudo no meio rural, que constituía a maior fatia entre os “cidadãos proprietários”. Para esses indivíduos, de um lado, era garantido o exercício da liberdade para empreender, tocar seus negócios e criar suas riquezas na sua vida privada sem intervenção ou impedimentos criados pelo Estado; e, por outro, era assegurada a sua participação ativa na política e na gestão das comunidades em suas várias instituições, desde o “juris”, no exercício direto pela comunidade da realização da justiça, às funções administrativas comunais.

Esse ponto tinha uma importância seminal para o autor: o princípio democrático se ligava profundamente à igualdade. Considerava que a grande novidade apresentada pelos norte-americanos consistia em adotar a “igualdade” como princípio regente das relações políticas, de modo a consolidar a organização e as estruturas institucionais das colônias sob um sistema onde estavam ausentes as hierarquias e os direitos hereditários típicos das sociedades europeias, em particular aquelas organizadas sob o antigo regime²⁸.

²⁸ Quanto a esse ponto, ressalta Offe (2005, p. 10-11): “*For Tocqueville, the novel democratic form in the United States represents, in the first instance, not a material gain but a formal loss. He means to say that American society is lacking a structural principle that has always operated in the Old World, even though he is convinced that there too it has no future. This principle is that the political rights and duties of individuals are unequally*

Observou Tocqueville que o comunitarismo e as instituições comunais coloniais foram encampados pela república americana. Para ele, esses fatores representavam a grande evidência da igualdade e do exercício da cidadania pela liberdade dos cidadãos – e essa era a via inevitável na trilha do caminho histórico.

Esse sistema político/econômico/social adotado na América, descrito por Tocqueville, não se encaixava no liberalismo francês clássico, sobretudo naquele que testemunhou o advento do Segundo Império encenado por Luís Napoleão, quem Alexis considerava um tanto amoral, individualista e proselitista, e cujo governo – ao seu juízo – conduziu aos eventos revolucionários, de 1848. Um liberalismo aos moldes de Jean-Batist Say e Constant, mas essencialmente praticados por Guizot e seu gabinete, no Governo de Napoleão III.

Em contraste, o nobre francês descreveu uma forma de liberalismo democrático que é baseada na liberdade dos indivíduos e também vinculada ao associativismo e ao coletivismo pela participação e assunção de obrigações coletivas, como se vê em *A democracia na América*, no Capítulo V da primeira parte do Tomo I:

As instituições comunais da Nova Inglaterra formam um conjunto completo e regular; elas são antigas; são fortes pelas leis, mais fortes ainda pelos costumes; exercem uma influência prodigiosa sobre toda a sociedade. (TOCQUEVILLE, 2005, p. 72).

Contam-se ao todo dezenove funções principais na comuna. Cada habitante é obrigado, sob pena de multa, a aceitar essas diferentes funções; mas também a maioria delas é retribuída, de modo que os cidadãos pobres possam consagrar a elas seu tempo sem ter prejuízo. De resto, o sistema americano não é o de pagar um vencimento fixo aos funcionários: em geral, cada ato de seu ministério tem um preço, e eles são remunerados apenas proporcionalmente ao que fizeram. (TOCQUEVILLE, 2005, p. 75).

Assim, a comuna e as instituições comunais eram a base da nova sociedade democrática norte-americana. As práticas comunais britânicas, a constituição dos parâmetros legais e a gestão administrativa da coisa pública se fiavam, em grande parte, em um conjunto regras não

distributed and acquired by birth. Tocqueville is a theoretician of the 'democratic age' as well as of the conditions and consequences of the political modernization process; but, at the same time, he is far from adopting as his own a normative principle such as popular sovereignty. As the scion of an aristocratic family, whose members were personally threatened by the events and consequences of the French Revolution, he had since childhood formed the conviction that the major tendency of world history, established many centuries before, was increasingly to erode 'natural' (hereditary) inequalities grounded on a status order of corporate privilege. Alexis de Tocqueville designated as 'democratic' those societies in which the characteristic of hereditary and unequally distributed political right was completely lacking or even – the distinctive feature of the United States – had never existed at all."

escritas, baseadas nos costumes, que vinham sendo consolidadas desde o período colonial. Em favor da descentralização, observava o autor, estava a grande costa leste das primeiras colônias, as quais eram demasiadamente dispersas para estarem sujeitas a uma única entidade administrativa centralizada.

As diversas comunas se instalaram ao longo da costa, organizando-se e providenciando medidas administrativas que atendessem a suas próprias demandas e às realidades locais. Concluiu, assim, o autor:

Era impossível, no início, e ainda seria, estabelecer na América uma administração centralizada. Os homens acham-se disseminados num espaço demasiado grande e separados por obstáculos naturais em demasia para que um só possa empreender dirigir os detalhes de sua existência. A América é, pois, por excelência, o país do governo provincial e comunal.

A essa causa, cuja ação se fazia sentir igualmente sobre todos os europeus do Novo Mundo, os anglo-americanos acrescentaram várias outras que lhes eram particulares.

Quando as colônias da América do Norte foram estabelecidas, a liberdade municipal já havia penetrado nas leis assim como nos costumes ingleses, e os emigrantes ingleses a adotaram não apenas como uma coisa necessária, mas como um bem cujo preço conheciam plenamente.

Vimos, ademais, de que maneira as colônias haviam sido fundadas. Cada província e, por assim dizer, cada distrito foi povoado separadamente por homens estranhos uns aos outros, ou associados com finalidades diferentes.

Os ingleses dos Estados Unidos encontraram-se, pois, desde o início, divididos num grande número de pequenas sociedades distintas que não se prendiam a nenhum centro comum, e foi necessário que cada uma dessas pequenas sociedades cuidasse de seus próprios negócios, visto que não se percebia em parte alguma uma autoridade central que devesse naturalmente e pudesse facilmente se encarregar deles.

Assim, a natureza do país, a maneira mesma como as colônias inglesas foram fundadas, os hábitos dos primeiros emigrantes, tudo se reunia para desenvolver aí, num grau extraordinário, as liberdades comunais e provinciais. (TOCQUEVILLE, 2005, p. 455-456, grifo nosso).

Contudo, importa destacar que, apesar desse movimento constante de descentralização administrativa, não houve força suficiente para inviabilizar a constituição de um grande Estado nacional, baseado na união dos Estados em torno dos seus interesses comuns. Nesse sentido, podemos destacar, dentre as considerações finais de Tocqueville acerca de eventuais riscos de fragmentação da América, e de maneira quase profética, a avaliação de que – mesmo com o crescimento exponencial da população – a contínua produção de riqueza mantinha a tendência de uma crescente interdependência econômica, moral e social dos Estados Federados, o que implicava a convergência de seus interesses comuns e suas populações em torno de consolidar a União enquanto entidade federativa:

Hoje os interesses das diferentes partes da União não são contrários uns aos outros; mas quem poderia prever as mudanças diversas que um futuro próximo fará nascer num país onde cada dia cria cidades e cada lustro, nações? Desde que as colônias inglesas foram fundadas, o número de habitantes dobra a cada vinte e dois anos, mais ou menos; não percebo causas que devem deter, daqui a um século, esse movimento progressivo da população anglo-americana. **Antes de transcorrerem duzentos anos, penso que o território ocupado ou reclamado pelos Estados Unidos será coberto por mais de cem milhões de habitantes e dividido em quarenta Estados.** Admito que esses cem milhões de homens não têm interesses diferentes; ao contrário, dou a todos eles uma **vantagem igual para permanecerem unidos;** e digo que, pelo fato mesmo de serem cem milhões formando quarenta nações distintas e desigualmente poderosas, a manutenção do governo federal já não passa de um feliz acidente. De bom grado manifesto fé na perfectibilidade humana, mas enquanto os homens não houverem mudado de natureza e não se tiverem completamente transformado, recuso-me a crer na duração de um governo cuja tarefa é manter juntos quarenta povos diversos espalhados numa superfície igual à metade da Europa, evitar entre eles rivalidades, ambições e conflitos, e congregar a ação de suas vontades independentes no sentido da consumação dos mesmos projetos. Mas o maior perigo que a União corre ao crescer vem do contínuo deslocamento de forças que se processa em seu seio. (TOCQUEVILLE, 2005, p. 436, grifo nosso).

Tais foram as verdadeiras sementes do espírito republicano da América, que traziam em si a síntese das práticas de convívio social, nas quais se pode observar a moderação do cidadão democrático e de seu ímpeto individualista pela “doutrina do interesse bem compreendido”; curioso e eficaz consenso, no qual cada um dos cidadãos abre mão de parte de seus interesses individuais em prol de suas comunidades – como se vê em *A democracia na América*, Capítulo VIII, da segunda parte do Tomo II:

Como os americanos combatem o individualismo pela doutrina do interesse bem compreendido – Não temo dizer que a doutrina do interesse bem compreendido me parece, de todas as teorias filosóficas, a mais apropriada às necessidades dos homens de nosso tempo e que vejo nela a mais poderosa garantia que lhes resta contra si mesmos. Portanto, é principalmente para ela que o espírito dos moralistas de nossos dias deve se voltar. Ainda que a julgassem imperfeita, deveriam adotá-la como necessária. Não creio, tudo bem pesado, que haja mais egoísmo entre nós do que na América; a única diferença é que lá ele é esclarecido e aqui não. Cada americano sabe sacrificar uma parte de seus interesses particulares para salvar o resto. Queremos nos apoderar de tudo e, com frequência, tudo nos escapa. (TOCQUEVILLE, 2004, p. 150).

2.2.3 América e o republicanismo comunitário

No início do século XIX, o liberalismo pode ser considerado como uma referência na

formação da psique da sociedade norte-americana, em favor do desejo de liberdade e autonomia do cidadão e em franca oposição à burocracia de um Estado Absoluto, como aquele da França do Antigo Regime.

Destaca Maurizio Viroli (2011)²⁹ que é possível traçar uma correspondência entre o republicanismo e o liberalismo, havendo entre os dois uma relação de derivação. O liberalismo deriva...

[...] do ponto de vista histórico, a relação existente entre o republicanismo e o liberalismo é uma relação de derivação e inovação. O Liberalismo é uma doutrina derivada do Republicanismo no sentido que subtrai do Republicanismo diversos de seus princípios fundamentais, no primeiro plano da defesa de um Estado limitado contra um Estado absoluto. Se isso é verdade com escreve Bobbio, que todos autores à quem é atribuída uma concepção liberal de Estado insistem na necessidade de que o poder supremo seja limitado, e do mesmo modo é verdade que a mesma exigência afirma-se com a mesma energia pelos teóricos políticos republicanos, sejam em favor de um governo monárquico sejam em favor de repúblicas. Machiavel, para pegar um exemplo conhecido, qualifica o ‘poder absoluto’ de ‘tirania’ e explica ainda que ‘um príncipe que pode fazer tudo que quer é um tolo; um povo que pode fazer o que não é sábio’ (tradução livre). (VIROLI, 2011).

Entretanto, o Capítulo XX do Tomo II de *A democracia na América* parece indicar que somente a igualdade formal, para o autor, tanto não era suficiente para manter a democracia, como a emergência de uma “nova aristocracia advinda da indústria” seria um risco a ser evitado para uma sociedade democrática. A alienação do operário e a exploração da mão de obra, assevera o autor, tornavam inócuas toda e quaisquer conquistas em termos de igualdade legal, sendo o indivíduo, o operário, despojado da possibilidade de cidadania.

Para Tocqueville, a igualdade é o elemento fundamental que caracteriza a democracia. Argumenta ele que está em curso a construção de um caminho indelével em direção à democracia e, a partir de indícios históricos, aponta que, desde a Idade Média, há uma marcha rumo

²⁹ Nesse sentido, vale destacar um trecho do artigo do professor Maurício Viroli (2011), da Universidade de Princeton: “*Du point de vue historique, le rapport entre républicanisme et libéralisme est un rapport de dérivation et d’innovation. Le libéralisme est une doctrine dérivée du républicanisme en ce sens qu’il a tiré du républicanisme plusieurs de ses principes fondamentaux, au premier plan celui de la défense de l’état limité contre l’État absolu. S’il est vrai, comme l’écrit Bobbio, que tous les auteurs à qui l’on attribue la conception libérale de l’État insistent sur la nécessité que le pouvoir suprême soit limité, il est tout aussi vrai que la même exigence est affirmée avec autant d’énergie par les théoriciens politiques républicains que ce soit pour le gouvernement monarchique, comme pour les républiques. Machiavel, pour prendre un exemple connu, qualifie le ‘pouvoir absolu’ de ‘tyrannie’ et explique ailleurs qu’un prince qui peut faire ce qu’il veut est un fou; un peuple qui peut faire ce qu’il veut n’est pas sage.*”.

a uma igualdade de condições que, paulatinamente, rompe as barreiras entre os estamentos da sociedade feudal.

Já o outro componente essencial da democracia, para o autor, residiria na liberdade. Ao conceito de liberdade na democracia ele opõe o da servidão no Antigo Regime. Nesse sentido, Marcelo Jasmin escreve:

A servidão poderá identificar-se com a monarquia absoluta, o cesarismo, a ditadura bonapartista ou, de modo mais genérico, com o governo de um só, a tirania ou despotismo. A liberdade, por sua vez, pode realizar-se sob uma forma monárquica constitucional ou uma república moderada, “bem regulada” como Tocqueville a chama. (JASMIN, 1997, p. 50).

Para Tocqueville, a liberdade significava a efetiva participação e envolvimento do cidadão nas coisas e interesses públicos. O indivíduo podia gozar da independência individual, mas era na liberdade política que residia o cidadão (JASMIN, 1997, p. 77). Segundo ele, muito embora fosse a liberdade fundamental a base para pavimentar uma sociedade democrática, e criar o “homem democrático”, em razão da própria independência, do gosto pela acomodação e pelo bem-estar, o cidadão estaria mesmo disposto a sacrificá-la em proveito da igualdade.

A liberdade, diferentemente da igualdade, dependia de uma ação; era, pois, a participação ativa do cidadão nas instâncias e espaços “públicos” de exercício da cidadania. Não haveria, portanto, cidadania na ausência de participação, de modo que o operário “preso” a seu ofício, “bitolado”, “dependente” e “brutalizado” pela alienação do trabalho, não poderia ser um cidadão, porque não dispunha de liberdade efetiva de participação nas esferas públicas de exercício da cidadania.

Do mesmo modo, a liberdade seria corroída pela acomodação e apatia cívica, bem como pelo individualismo. Nesse sentido, Jasmin (1997) destaca:

Nas condições do ‘individualismo estreito onde toda virtude pública é sufocada’ [...]. E nesse quadro, Tocqueville recusa-se a reconhecer qualquer traço de liberdade política. O comparecimento sazonal às urnas, regra elementar da sociedade democrática, é insuficiente e enganador quando ocorre num contexto em que não há experiência política informando de fato a escolha dos que governam. (JASMIN, 1997, p. 78).

Tocqueville acaba sendo, mais do que uma testemunha atenta de seu tempo, um curador que acompanha o nascimento e o desenrolar da democracia ao longo do século XIX, pontuando as suas características fundamentais, sem deixar de fazer contundentes alertas.

Entre os perigos, por exemplo, apontou que uma das grandes ameaças que pode atentar

contra a democracia reside na apatia do cidadão, uma vez que este poderia se acomodar com o individualismo e o conforto materialista proporcionados pela democracia capitalista de então (TOCQUEVILLE, 2004, p. 156-157), bem como pela facilidade de acesso aos bens de consumo viabilizado pela produção em massa.

Deste modo, enquanto o homem democrático restava encantado e ocupado pela busca de prosperidade e desfrute material, ausente no exercício direto como partícipe das instituições democráticas, o Estado e sua burocracia acabavam ocupando o espaço e as ações que deveriam ser empreendidas e decididas pelos cidadãos, associações e organizações da comunidade e do coletivo. Quase que imperceptivelmente, uma “doce” tirania se instalava por meio um Estado que tudo geria, distante dos interesses locais ou comunitários.

Esse problema, apontado por Alexis de Tocqueville no século XIX, ressurgiu no século XXI, conforme descreve o filósofo e estudioso norte-americano, então professor de filosofia em Harvard, Michael Sandel (1996), que afirma a atualidade da crítica tocquevilleana acerca das consequências de uma sociedade apática e alienada quanto ao engajamento cidadão no processo democrático – alheio às suas instituições, ele não se envolve nos dilemas e questões mais caras ao coletivo social.

Nesse sentido, vale lembrar que o alijamento de parcelas da sociedade americana do processo democrático pode ser a explicação da convivência da democracia americana, que, apesar de consagrar a liberdade e a igualdade em sua constituição, foi plenamente capaz de admitir a escravidão nos estados do sul, bem como a exclusão da mulher do sufrágio universal e da participação política sob o argumento de se afastar as questões morais e se ater às regras procedimentais.

O republicanismo de Micheal Sandel (1996) resgata a crítica contundente de Tocqueville ao reforçar sua leitura sobre as perspectivas e características das sociedades democráticas, mas, sobretudo, ao confirmar as suspeitas do autor francês acerca das ameaças que circundavam este sistema político já na sua origem. Pois, para ele, a democracia só seria possível com o efetivo engajamento dos cidadãos no processo democrático e em suas instituições.

O mero exercício do sufrágio não significa automaticamente o exercício da democracia, pelo contrário, sem a participação efetiva na vida pública e na dinâmica político-democrática, o comparecimento às urnas seria inócuo. Vimos que a cidadania democrática, para Tocqueville, implicava a participação na comunidade; e a comuna, como um átomo é para a matéria, era o bloco de construção com a qual se constituía a democracia.

Nas sociedades democráticas contemporâneas³⁰, de acordo com Sandel (1996, p. 4), há uma inabilidade do meio político em dialogar com a sociedade, de modo convincente, sobre autogoverno e comunidade (*idem*, p. 25-26); e ainda que ambos teriam algo a ver com a filosofia pública na qual a sociedade está baseada. Far-se-ia necessária uma “teoria política republicana” que crê na dependência e no compartilhamento do autogoverno, que significa a conscientização e a deliberação conjunta entre concidadãos para determinar o que é o bem comum, de modo a moldar o destino político da comunidade. (SANDEL, 1996, p. 5-6).

Assim, para Tocqueville, na visão republicana, a liberdade seria compreendida como uma consequência do autogoverno. Em vista desta relação intrínseca, Sandel remete a questão às considerações de Tocqueville destacando³¹:

Tocqueville descreve o tom entre liberdade e democracia na sua concepção de Câmara Comunal da Nova Inglaterra: as assembléias comunais são para liberdade o que escolas são para ciência; elas trazem a liberdade ao alcance das pessoas, elas ensinam aos homens como usá-la e gostar dela. A nação pode instaurar um governo livre, mas sem as instituições municipais não haverá o espírito da liberdade. (SANDEL, 1996, p. 27).

Micheal Sandel se filia à concepção de liberdade tocquevilleana, na qual a participação, sobretudo nas instâncias locais, é o pilar do exercício da liberdade e da democracia, sem a qual se perde o contato real entre a cidadania e as instituições e se perde a democracia no seu sentido mais presente na sociedade. Assim como Tocqueville, Sandel busca na comunidade, ou seja, nos costumes, na religião, na educação e nos valores morais e filosóficos, o amalgama que põe juntos os tijolos que constroem o edifício democrático no mundo como um todo, e na América em particular. Entende ele que esses são elementos fundamentais para a constituição de uma sociedade democrática, mas que não se sustentam sem a efetiva participação do cidadão nas instituições democráticas. A liberdade, portanto, assim como a democracia, é acima de tudo uma prática do cidadão na comunidade.

³⁰ “*The inability of contemporary American politics to speak convincingly about self-government and community has something to do with the public philosophy by which we live*”. (SANDEL, 1996, p. 4).

³¹ “*Tocqueville describes the link between liberty and democracy in his account of New England township: ‘Town meetings are to liberty what schools are to science; they bring it within the people’s reach, they teach men how to use and how to enjoy it. A nation may establish a free government, but without municipal institutions it cannot have the spirit of liberty’*”. (SANDEL, 1996, p. 27).

2.3 Da “mão invisível” ao “*laissez faire laisser passé*” – Smith e os liberais franceses

Desde o início do pensamento liberal, já em Locke, por exemplo, a defesa das liberdades tinha como pedra angular a garantia da propriedade privada e do livre exercício das atividades econômicas, sem regulamentações, interdições ou empecilhos, licenças, taxas ou autorizações por parte dos Estados absolutistas e seus monarcas.

O liberalismo deixou fluir uma nova forma de pensamento político, que buscava agora compreender e, a partir daí, ordenar as relações econômicas regidas pelos sistemas políticos. Assim, a evolução do pensamento político-filosófico liberal transbordou para um novo enfoque político-econômico, que passou a marcar definitivamente o liberalismo. Esta transição ficará marcada pelos reflexos profundos que terá no pensamento político da época e até mesmo na ulterior organização da Ciência Política, ou seja, o nascimento de uma ciência exclusiva para a compreensão da economia política e das instituições e sistemas políticos.

E não há como falar de liberalismo sem falar em Adam Smith³². O pensador escocês é chamado de “pai” da Economia Moderna e considerado um dos mais importantes teóricos do liberalismo econômico britânico clássico, acompanhado por David Ricardo, Thomas Malthus e James Mill. Sua obra de maior destaque foi *The Wealth of Nations* ou *Uma Investigação sobre a Natureza e a Causa da Riqueza das Nações*, cuja primeira edição foi publicada em 1776, curiosamente o mesmo ano da independência dos Estados Unidos. Até os dias atuais, tal obra consta como bibliografia nos currículos e entre os manuais dos cursos de Economia, visando a apresentação dos princípios básicos do “mercado”.

Em sua obra, Smith faz ponderações sobre as relações de trabalho, de criação da riqueza e do valor e também a formação dos preços. Faz críticas em relação aos fisiocratas franceses³³, mas também ao mercantilismo, que ainda era o fundamento econômico de base dos primeiros “impérios” navais. E encerra o livro com uma discussão acerca do orçamento público. O autor escocês parte do princípio de que a atuação dos indivíduos, movidos pelo seu próprio interesse (*self-interest*), promovia o crescimento econômico e a inovação tecnológica, e que a somatória

³² Adam Smith publicou seu primeiro trabalho *A Teoria dos Sentimentos Morais* (*The Theory of Moral Sentiments* no original) e continuou a fazer grandes revisões no livro até à sua morte. Apesar de *A Riqueza das Nações* ser considerada como a obra mais influente de Smith, acredita-se que o próprio Smith considerasse *A Teoria dos Sentimentos Morais* uma obra superior.

³³ Em 1765, Adam Smith passa uma temporada na França, na companhia de David Hume, onde conhece o grupo dos “*économistes*”, liderado por François Quesnay e por fisiocratas como Turgot e Condorset. (SMITH, 1996, p. 6-7).

dessas iniciativas egoístas dos atores, necessariamente organizada na forma de “livre mercado”, era capaz de criar a riqueza coletiva e uma maior e mais eficiente distribuição de bem-estar.

Assim, a teoria econômica e política de Smith consagrava a perspectiva de que qualquer intervenção dos Estados na órbita da liberdade de mercado implicava no comprometimento da sua eficiência. Acreditava ele que a iniciativa privada e inclusive o sistema bancário (*“Free Banking”*) deveria atuar livremente, com o mínimo ou nenhuma intervenção governamental. Em sua teoria, a livre competição entre os diversos fornecedores e produtores não somente resultaria na queda do preço das mercadorias, mas também implicaria no constante incentivo ao investimento de inovações tecnológicas, capazes de baratear o custo de produção e garantir o bom posicionamento dos empreendimentos mais modernos entre os mais competitivos líderes do mercado em seu setor.

Além disso, Adam Smith analisou a questão da divisão do trabalho como um fator revolucionário e poderoso a propulsionar a economia. Seus estudos sobre o tema, entre outras referências, apontavam para a importância da divisão do trabalho, e para o conceito de trabalho produtivo, como meio por excelência para o progresso material, aprofundando algumas ideias adiantadas sobre o tema por Locke. Nesse sentido, ele se distancia da teoria dos Fisiocratas, os quais consideravam que a produtividade no trabalho estava exclusivamente relacionada com a agricultura – toda a riqueza viria da terra e de seus recursos naturais. (SMITH, 1996, p. 16).

Assim, o crescimento econômico e o ganho de capital, ao seu sentir, eram resultados do ganho em produtividade do trabalho. Ele percebe as transformações que ocorriam na transição para o modo de produção capitalista, que implicavam: a acelerada monetarização, o crescimento do lucro nas atividades agrícolas e o aumento da mobilidade de trabalhadores, ao mesmo tempo em que se desenvolviam as manufaturas e as primeiras indústrias, que já acumulavam imensos ganhos de capital.

Adam Smith fez, evidentemente, a defesa do *“laissez-faire”*. No entanto, este é um tema controvertido na análise de sua obra; a saber, se há ou não uma contradição de Smith entre as suas duas grandes obras: *Teoria dos sentimentos morais*, cuja ênfase estava na empatia como motivação humana fundamental; e *A Riqueza das Nações*, onde destacou o papel essencial do autointeresse e do egoísmo como fatores não só de regulação do mercado, incentivo à criação de riqueza e ao ganho de produtividade, mas também no computo geral e distribuição de bem-estar.

O método de análise de Adam Smith abandonou o jusnaturalismo e adotou o empirismo como característica do seu modelo. Neste, ele propõe que as interações nas relações econômicas obedeceriam a dinâmicas regidas por leis objetivas, e, portanto, com nexos em causas e efeitos

previsíveis. (SMITH, 1996, p. 15).

As questões por ele levantadas serviram de combustível para grande parte dos autores da economia política clássica, mas não só eles. É a partir da leitura de Smith e de Ricardo, que Karl Marx vai também se aprofundar nas análises propostas por Smith e reinterpretar a teoria do valor do trabalho, dela abstraindo conceitos como o de mais-valia.

A discussão não tem realmente uma conclusão. No que se refere ao tema abordado, fica claro que a abordagem de Smith vai causar profundo impacto nos pensadores liberais franceses. A anglofilia dos intelectuais franceses, particularmente dos liberais, vai produzir um efeito a longo prazo na França, e não somente entre eles, mas também nas políticas de Estado, que serão criticadas por Tocqueville, sobretudo aquelas formuladas por Guizot, no Segundo Império.

2.3.1 *Tocqueville, economia política e os economistas de seu tempo*

Em *A democracia na América*, Alexis de Tocqueville apresentou relevantes discussões econômicas, que demonstram uma percepção elaborada acerca do desenvolvimento do modelo econômico “moderno” e liberal do capitalismo que se desenvolvia nos Estados Unidos. Nesta obra, ele pontua acerca das relações de trabalho, do impacto da “igualdade” nas relações entre operários e patrões, do impacto da democracia nos salários³⁴ e da liberdade de empreendimento por parte dos cidadãos. Destaca também a crescente indústria e os perigos da emergência de uma nova aristocracia, a burguesia industrial, descolada da sociedade e voltada exclusivamente aos seus próprios interesses (segunda parte, capítulo XX, Tomo II).

Essas são todas questões importantes, que demandaram do autor a sensibilidade para identificar nuances nas complexas redes de relações que se desenvolviam no novo capitalismo industrial nos Estados Unidos, e também uma base consolidada de conhecimentos econômicos necessários para formular todos os seus argumentos.

Associado a isso, deve-se considerar também que o autor, para formular a sua análise econômica em *A democracia na América*, parte de uma comparação evolutiva entre um sistema relacionado com o Antigo Regime, fundado em princípios aristocráticos, e a nova economia de

³⁴ Capítulo VII da segunda parte do Tomo II de *A democracia na América*: “A influência da democracia sobre os salários” – “Creio que, considerando as coisas em seu conjunto, podemos dizer que a elevação lenta e progressiva dos salários é uma das leis gerais que regem as sociedades democráticas. À medida que as condições se tomam mais iguais, os salários aumentam e, à medida que os salários são mais elevados, as condições se tornam mais iguais.” (TOCQUEVILLE, 2004, p. 234).

escala industrial, que surgia do capitalismo norte-americano³⁵.

Do mesmo modo, ressalta Swedberg (2009), Tocqueville constrói a sua teoria sobre a igualdade a partir tentativa de fusão entre as duas concepções econômicas com que se depara. Em primeiro lugar, portanto, parte das suas próprias formulações acerca da igualdade e rompe com o sistema de castas aristocrático, marcando o fim dos privilégios do indivíduo em razão de sua origem social. Por outro lado, tem-se a igualdade de condições materiais, o que Tocqueville em princípio parece desprezar, mas à medida que aprofunda a sua análise e que saltam aos seus olhos as novas formas de desigualdade, dessa vez surgidas da sociedade industrial, esse aspecto, a desigualdade material, vai ocupando cada vez mais as suas considerações e análises acerca da democracia. (SEWDBERG, 2009, p. 66).

Para o mesmo autor, Tocqueville percebe e estava bem ciente dos rumos e repercussões da rápida industrialização da América do Norte, sobretudo no que diz respeito às relações de trabalho e aos seus profundos efeitos no operariado, resultantes do emprego intensivo da divisão do trabalho, da economia em escala e da produção em massa. Contudo, preferiu deixar o assunto a ser aprofundado em uma eventual obra específica. Além disso, na década de 1830, o capitalismo industrial estava ainda em seu início nos Estados Unidos. (SEWDBERG, 2009, p. 66).

Tocqueville vai modificando as suas concepções de igualdade e liberdade do “homem democrático” a partir do que experiencia o “cidadão operário”, livre formalmente, mas que está longe de ser verdadeiramente dono de si. Esse último, aos poucos, vai perdendo sua liberdade e capacidade de pensamento, e mesmo sua condição humana, frente ao extenuante e repetitivo trabalho nas linhas de produção industrial. Citando *A democracia na América*, na segunda parte do capítulo XX do Tomo II, lê-se:

Que devemos esperar de um homem que passou vinte anos da sua vida fazendo cabeças de alfinetes? A que pode se aplicar, agora, essa poderosa

³⁵ Nesse sentido, destaca Richard Swedberg (2009, p. 66): “*In his notes Tocqueville sometimes refers to ‘capitalists’ and ‘proletarians’ rather than to ‘masters’ and ‘workers,’ which is his preferred terminology in the book. He also expresses discontent with his analysis in Democracy in America and says that it would take a full ‘book’ to do justice to the modern industrial economy. The reader is led to believe that Tocqueville was well aware of the industrial development in the United States but that he deliberately chose to focus on the development toward equality. The reason for this was that he wanted his book to be informed by one, and only one, major thesis. The fact that industrial capitalism was still in its early stages by 1830 no doubt also played a role in Tocqueville’s decision to center his work around the transition from aristocracy to democracy. In any case, in his attempt to deal with the modern industrial economy in Democracy in America, Tocqueville takes his point of departure in what he calls the “two new axioms of industrial science.” These are the division of labor and the economy of scale, and together they made mass production possible. They also deeply influenced the ways in which workers and capitalists thought about work and life in general.*”

inteligência humana que existe nele e que tantas vezes revolveu o mundo, a não ser para procurar o melhor meio de fazer cabeças de alfinete? Quando um operário consumiu dessa maneira uma porção considerável de sua existência, seu pensamento deteve-se para sempre perto do objeto cotidiano de seus labores; seu corpo contraiu certos hábitos fixos de que não lhe é mais permitido desfazer-se. Numa palavra, ele não pertence mais a si mesmo, mas sim à profissão que escolheu. Foi em vão que as leis e os costumes quebraram em tomo desse homem todas as barreiras e lhe abriram de todos os lados mil caminhos diferentes para a fortuna; uma teoria industrial mais poderosa do que os costumes e as leis prendeu-o a um ofício, e não raro a um lugar que não pode mais deixar. Ela lhe atribuiu na sociedade certa posição de que não pode mais sair. No meio do movimento universal, tomou-o imóvel. (TOCQUEVILLE, 2004, p. 196).

Tocqueville concluiu que, em tais circunstâncias, desaparece a igualdade democrática e se recupera relações que se assemelham àquelas da aristocracia, em que o desfrute da liberdade era reservado a uma classe, no caso em que analisava, à classe dos industriais.

Na análise econômica de Tocqueville, está presente uma percepção de economia política entre sistemas que se sucedem: aquele do Antigo Regime, pautado na desigualdade aristocrática; depois, aquele cuja base se sustenta na igualdade e na liberdade, que é o modelo que encontra na América Jacksoniana; e ainda uma terceira forma futura, distópica, que seria um retrocesso a uma sociedade marcada por novas formas de desigualdade, ainda mais brutais, e sobre a qual tece premonições e lança advertências aos seus pares – a qual ele próprio testemunhará quando da eclosão dos movimentos de 1848.

Tocqueville não demonstrou a intenção de tornar a economia o centro dos seus estudos, porém, os elementos de análise econômica presentes em suas obras figuraram como importantes fundamentos para os argumentos encampados.

Retraçar as influências de economistas sobre o autor auxilia a percepção da sua obra e de seu pensamento como um todo. Nesse sentido, figuram referências como Jean-Baptiste Say, Alban de Villeneuve-Bargemont, Nassau Senior e John Stuart Mill. E, algumas vezes, o autor menciona Adam Smith e Thomas Malthus. É de se destacar ainda que, em seus estudos para a publicação de *O Antigo Regime e a Revolução*, Tocqueville fez também uma leitura cuidadosa dos fisiocratas franceses. (SWEDBERG, 2009, p. 80).

As origens aristocráticas de Tocqueville seriam suficientes para explicar o interesse do nobre intelectual pelos fisiocratas, que figuravam como um movimento econômico e político surgido na França de Luís XV, que, valorizando a terra e a produção agrícola como forma de produção de riquezas para a sociedade, indicavam o modo de produção que se adequava perfeitamente ao Antigo Regime. Aos fisiocratas se atribui a expressão que resumia seu pensamento: “*laissez-faire, laissez-passer, le monde va de lui-même*” ou “deixe fazer, deixe passar,

o mundo caminha por si mesmo”. Os fisiocratas eram conhecidos entre os seus contemporâneos apenas como os “*économistes*”, tidos por muitos até como uma seita, em razão do modo como defendiam a sua doutrina de pretensões universais. Destacou-se entre eles François Quesnay (1694-1774), que produziu os seus escritos de interesse econômico, político e social colaborando com a edição de a “*Encyclopédie*”, de Diderot, com o artigo “*Fermiers*”. A influência dos fisiocratas chegou ao governo francês pelas mãos e por influência de Anne Robert Jacques Turgot (1727-1781), e isso mesmo antes de sua nomeação como ministro das finanças em 1774, durante o reinado de Luís XVI. (BOBBIO, 1998, p. 501).

Esse movimento precedeu imediatamente ao surgimento do que teria sido a primeira escola moderna de Economia, iniciada na publicação do livro de Adam Smith, *A Riqueza das Nações*, em 1776. Assim, ainda que na juventude Alexis de Tocqueville tenha tido influência dos fisiocratas franceses, o seu trabalho em *A democracia na América* demonstrou que o autor acompanhou a transição em direção às formulações da “economia política clássica”, então em desenvolvimento por Adam Smith. E isso ficou ainda mais evidente quando Tocqueville tratou do surgimento da indústria, da divisão do trabalho e da formação de valor e da produção de riqueza na sociedade.

Outro pensador que teve particular impacto na formação econômica de Tocqueville foi Jean-Baptiste Say (1767-1832). Esse economista francês adotara as ideias de Adam Smith e se alinhara ao pensamento liberal clássico do autor escocês. Ele defendia os seus corolários mais caros, tais como: a seminal importância da propriedade privada; a intransigente defesa da livre-concorrência; e, sobretudo, a máxima limitação da atuação do Estado frente aos direitos e às liberdades individuais.

Antes de partir para os Estados Unidos, Tocqueville leu duas vezes o trabalho de Say *Cours complet d'économie politique pratique*, a primeira em 1820, e a segunda já no navio para a América, em 1831. O autor preferia utilizar a expressão “economia social” ao invés do termo “economia política”. Professava que a economia era parte integrante da sociedade e, portanto, que a Economia deveria ser sobretudo uma Ciência Social (SWEDBERG, 2009, p. 82). Say foi talvez o maior interlocutor de Adam Smith na França de seu tempo³⁶.

As notas de viagem aos Estados Unidos de Tocqueville apontam o destaque que ele deu

³⁶ Quanto a este ponto, Swedberg (2008, p. 82) destaca: “Say presents Adam Smith as the Newton of social science because of Smith’s view that the task of science is to generate laws by generalizing from empirical observations. Say also looked favorably on statistics, and his work contains a long discussion of their proper use by economists”.

ao trabalho de Say. O autor francês retira da obra de Say conceitos acerca de produção, trabalho, valor, riqueza e indústria. A visão de Tocqueville acerca da divisão do trabalho, por exemplo, pôde evidenciar que, possivelmente, foi por meio de Say que se deu seu contato com os conceitos e com o trabalho de Adam Smith.

Contudo, vale observar que se, por um lado, Tocqueville se prevaleceu de conceitos da cartilha liberal de Say e, por consequência, de Adam Smith, por outro, foi capaz de acrescentar, com absoluto pragmatismo, a essa base teórica as observações e as aplicações práticas que pôde abstrair da vigorosa e arrojada economia norte-americana. Assim, longe de se apegar a alguma visão doutrinária, Tocqueville mostrou que utilizava os autores liberais como um instrumentário para decorticar a sociedade americana e chegar às suas próprias conclusões, revelando mais uma vez seu pragmatismo e marcando a liberdade de seu pensamento.

Swedberg destaca ainda outra corrente econômica menos conhecida na atualidade, mas que merece destaque entre as influências que Tocqueville leva em sua bagagem para a América. Trata-se de Alban de Villeneuve-Bargemont (1784–1850), autor relacionado com a “Economia Política Cristã”. Seu trabalho *Économie politique chrétienne, ou Recherche sur la nature et les causes du paupérisme en France et en Europe*, publicado em 1834, impactou os estudos de Tocqueville sobre o pauperismo e influenciou suas análises nas viagens de 1835 à Inglaterra e à Irlanda. (SWEDBERG, 2009, p. 84).

Em seu trabalho, Villeneuve-Bargemont menciona questões retomadas por Tocqueville, como a “aristocracia manufatureira” enquanto resultado de um “novo feudalismo”, relacionado à indústria, cuja imagem destaca que as fábricas seriam como os novos “castelos” e “palácios”, tal qual relatado por Tocqueville quando descreveu as cidades industriais inglesas.

Já quanto ao diálogo de Tocqueville com o pensamento de Henri-Benjamin Constant de Rebecque (1767-1830), este reside na concepção traçada pelo autor acerca da “liberdade”. Entre as obras do autor, a mais conhecida é a de título *Da liberdade dos antigos comparada à dos modernos*, de 1819. Nesta, o autor partia do princípio que havia uma “Liberdade dos Antigos” diversa da “Liberdade dos Modernos”. Para Constant, a liberdade dos antigos estava restrita às sociedades relativamente pequenas e homogêneas. Nestas, os homens livres, cidadãos da pólis, poderiam participar das questões públicas, reunindo-se, como na ágora grega, para debater as questões de interesse comum. Já a liberdade dos modernos está fundamentada na concessão de liberdades civis, promovidas pelo Estado de Direto, sob a regência da Lei, que, por sua vez, garantiria ao cidadão a proteção contra a excessiva interferência estatal na esfera individual. Contudo, para os modernos, em consequência do tamanho de suas sociedades e dos seus Estados, a participação política seria mais restrita, praticada de forma indireta, por meio de um

parlamento, constituído como resultado da vontade popular. Tendo em vista a participação popular na política por intermédio de representantes, o cidadão não ficaria conscrito à participação direta e ficaria “livre” para trabalhar.

Tocqueville pode se inscrever, portanto, na tradição constitucionalista francesa. Para ele, a liberdade estaria sempre relacionada com o exercício da política e do autogoverno, o que ele compreendia ser a mais alta realização do ser humano. Diferente de John Stuart Mill e de Constant, Tocqueville considerava associações e instâncias comunitárias como instituições políticas nas quais se praticaria o exercício da liberdade.

Na América, Tocqueville identificou a síntese dessas duas liberdades que Constant descreve e contrapõe. Por um lado, o Estado americano oferecia todas as garantias e liberdades típicas de um Estado liberal moderno, por outro, a atuação irrestrita do cidadão democrático nas instâncias comunais e associações marcava a conciliação moderna de ambas as liberdades.

2.3.2 Guizot e Tocqueville: duas faces do Estado francês

Alexis de Tocqueville e François Pierre Guillaume Guizot (1787-1874) foram dois dos mais renomados pensadores políticos da França do século XIX. Ambos compartilhavam de uma visão liberal da sociedade, mas suas divergências em relação à política e à sociedade francesa eram profundas.

O encontro entre os dois ocorreu ao tempo da formação do jovem Tocqueville em Paris, na Universidade de Sorbonne, quando foi aluno de Guizot, em 1828, no curso por ele ministrado de *História da civilização na França*, no qual enfatizava a importância das liberdades individual e política.

Guizot era de uma família de classe média. Ele estudou Direito e História, e se tornou um dos principais líderes políticos da França durante a Restauração Bourbon. Destarte, além de historiador, foi um político francês e liberal-conservador. E ocupou o cargo de primeiro-ministro da França, entre 19 de setembro de 1847 e 23 de fevereiro de 1848.

As divergências entre Tocqueville e Guizot, ao longo do tempo, tornaram-se profundas. Tocqueville via a democracia como uma oportunidade para o exercício da liberdade pelos indivíduos e para a igualdade social, enquanto Guizot via a democracia como uma ameaça à ordem social e à estabilidade política.

Tocqueville acreditava que a democracia era inevitável e que a igualdade era um valor fundamental da sociedade moderna. Ele argumentava que a democracia não era apenas uma questão de direitos políticos, mas também de uma nova forma de pensar e agir.

Por outro lado, François Guizot, sobretudo no exercício de homem de Estado, acreditava que a democracia era perigosa e que a ordem social deveria ser mantida por meio do Estado. O argumento de Guizot, reforçado pelas políticas proselitistas que o mesmo praticou no governo de Napoleão, fundava-se no preceito de que a sociedade deveria ser organizada em torno de elites culturais e econômicas, que seriam responsáveis por governar o país. De certo modo, ele acreditava que a democracia era uma ameaça à estabilidade social e que a igualdade era uma ilusão perigosa.

No entanto, apesar de suas divergências, Tocqueville e Guizot compartilhavam uma visão liberal da sociedade. Ambos acreditavam na liberdade individual, na propriedade privada e na responsabilidade individual.

Guizot, conhecido pela célebre frase “enriqueça-se pelo trabalho, pela poupança e pela propriedade”, cultivava um posicionamento muito mais próximo ao do liberalismo inglês. Ele favorecia o surgimento da nova aristocracia industrial que emergia (como previa Tocqueville) e que se tornava uma nova casta de “nobreza” dentro da sociedade francesa, dominando os seus recursos econômicos, políticos e sociais.

Jaume (2008, p. 251-252) destaca que, quanto à formulação e à estruturação política do Estado, Guizot e Tocqueville figuravam em lados opostos³⁷.

Alexis de Tocqueville, enquanto parlamentar e para fazer face ao aumento da miséria e da desigualdade que observava na sociedade francesa, então resultantes das políticas de Guizot à frente do ministério, trabalhava e aglutinava esforços no plenário para a adoção de programas sociais relacionados à implementação de leis trabalhistas e de uma legislação que permitisse e fomentasse a organização de cooperativas de crédito para trabalhadores, além de mecanismos que pudessem servir de auxílio no combate à crescente miséria nas regiões metropolitanas e áreas industriais da França. Essas iniciativas de que participava eram conduzidas em um grupo que veio a ser chamado de “Jovem Esquerda” (REIS, 2020).

Para o intelectual e parlamentar, a Revolução de 1848 foi resultado direto das políticas adotadas pelo governo de Louis-Phillipe e Guizot. Assim, para Tocqueville, a derrocada da

³⁷ “What type of authority was possible in the society to which Guizot often referred as “the new France”? The young Guizot in fact targeted this very question in the years 1816-22, when he was beginning to formulate his political philosophy. Tocqueville addressed the same issue in *Democracy in America* but from a diametrically opposite direction. To simplify, Guizot favored the English model (and therefore looked for the ‘new aristocracy’ that he believed was destined to govern France), while Tocqueville favored the American model, which he believed represented a ‘dispersion of power.’ Should distinguished individuals be concentrated at the summit, or should the means of governing all the people be dispersed among the people? Both options involved a sociology of power, and it was certainly Guizot who led the way in this regard.” (JAUME, 2008, p. 251-252).

“*Monarchie de Juillet*” resultou em um dramático retorno a uma sociedade controlada por uma única casta que desfrutava de todos os benefícios da sociedade (BENOÎT, 2020, p. 32).

Neste cenário, ocorreu verdadeira luta entre os dois homens de Estado, antigos professor e aluno, que vieram a propor dois modelos diferentes de Estado, evidentemente, mas também de diferentes “liberalismos”. De um lado, tem-se Tocqueville – cioso em evitar as desigualdades brutais que poderiam dividir mais uma vez a sociedade, trazendo de volta as suas consequências violentas, que ele conhecia muito bem, e que, no passado, culminaram na Revolução Francesa –, com a apresentação de propostas de programas que atendessem à população, cada vez mais numerosa e em sofrimento econômico. E, de outro lado, tem-se Guizot, um dos herdeiros do Estado “*laissez-faire*”, nos moldes do liberalismo clássico, cujas políticas encrudesciam as desigualdades e aprofundavam a clivagem entre trabalhadores, cada vez mais empobrecidos, e capitalistas industriais, concentrando cada vez mais toda a riqueza.

Apesar de Guizot ter ganhado apoio no seio do governo à época, o resultado, previsto por Tocqueville, foi a “Revolução de 1848”, em razão do retorno das desigualdades extremas, replicando as condições do Antigo Regime, desta vez não mais entre os camponeses, mas entre as populações urbanas e operárias, mais numerosas e também mais desassistidas.

Esse embate deixou claro que o percurso de Tocqueville, e o seu posicionamento quanto à teoria liberal, sobretudo do ponto de vista econômico, não foi homogêneo, tampouco dogmático. Ao final de sua carreira, como político e intelectual, ficou evidente o distanciamento do autor dos corolários do liberalismo econômico clássico. Contudo, quando, em 1829, ele partiu para América, foi o instrumental teórico liberal que levava em sua bagagem para fazer a leitura da sociedade, do Estado e das instituições norte-americanas.

Com isso, podemos argumentar que as teorias liberais, para o pensador francês, não são mais do que meios, um instrumental do qual se serve para poder compreender e traduzir, sempre com liberdade intelectual e sem estar preso a dogmas ou a doutrinas, a sociedade norte-americana, e desvendar o seu sistema democrático – e com isso “educar” ou preparar a França para a chegada da democracia, da igualdade e para o exercício da liberdade por seus concidadãos.

Posteriormente, a atuação política do nobre francês esteve alinhada com a sua concepção de igualdade para o exercício da liberdade. Ele desenvolve e formula políticas de Estado para expandir a igualdade de condições na França, impregnada pelo liberalismo “*laissez-faire*”.

Alguns dos programas e debates nos quais Tocqueville se engajou, na condição de sua atuação como político, coincidiam com os seus estudos e buscavam formas de resgatar o cidadão em estresse econômico e de aplacar o crescimento acelerado da miséria. Por exemplo: a promoção da educação universal, da previdência social, das associações de trabalhadores, dos

incentivos à criação de cooperativas de crédito para trabalhadores, dos programas para órfãos, entre outras providências que distanciam o parlamentar e intelectual da verve liberal ortodoxa da época. Era um estranho liberal, que buscava a igualdade para a prática da liberdade.

Em última análise, as divergências entre Tocqueville e Guizot refletiam as tensões políticas e sociais da França do século XIX. A democracia estava em ascensão, mas muitos franceses ainda temiam a instabilidade social e a ameaça à ordem estabelecida.

Hoje ainda, as ideias de Tocqueville e de Guizot continuam a influenciar o pensamento político e social em todo o mundo. Suas divergências são um lembrete de que a democracia é um processo complexo e em constante evolução, e que as tensões políticas e sociais continuarão a moldar o futuro da sociedade.

3 A ECONOMIA DOS NOVOS TEMPOS

No capítulo anterior, tratou-se das várias correntes do liberalismo político e econômico que pululavam em discussões de autoridades, homens de Estado e no meio acadêmico à época de Tocqueville. No mesmo sentido, com o intuito de entender melhor a bagagem intelectual que ele carregava ao embarcar para a sua jornada para América, buscou-se expor algumas das mais influentes fontes, mestres e pensadores que estiveram presentes na formação acadêmica do autor, sobretudo no que diz respeito ao conteúdo e às influências a que foi exposto em sua passagem pelo curso de Direito na Universidade de Sorbonne em Paris.

Deste modo, avaliou-se suas possíveis influências filosóficas, em particular, das várias correntes do liberalismo que podem ter sido importantes na formação do autor, bem como no desenvolvimento posterior de seu pensamento.

Ainda no esforço de compreender o encontro de Tocqueville com a América dos anos 1830, analisar-se-á as influências e conjunturas históricas que participaram da formação social, intelectual e política da sociedade americana, que, mesmo antes de ser colônia, já era fruto de um processo que se desfraldava na Inglaterra, pelo menos desde o Período Elisabetano.

A economia americana, no século XIX, teve um salto sem precedentes na história. A ocupação das terras nos grandes “vazios” demográficos, dos Apalaches ao Vale do Mississipi (até os anos de 1830 e 1840) – período testemunhado por Tocqueville em sua viagem –, e, na segunda metade do século XIX, com a ocupação de todo o Meio-Oeste Americano até encontrar o Oceano Pacífico, foi um feito histórico e econômico de proporções épicas, que envolveu a perseguição e o genocídio dos nativos americanos, o mais intenso fluxo migratório europeu em um espaço de tempo tão curto de que se tem notícia, além da tragédia humana da escravidão, com um tráfico e comércio de seres humanos também sem precedentes.

O progressivo avanço nas vastas áreas agricultáveis dos Estados Unidos foi revestido de características próprias, também sem análogo na Europa. Pequenas e médias propriedades, o uso cada vez mais intenso de implementos agrícolas, as novas técnicas e novas tecnologias, o extraordinário ganho de produtividade, a criação de um grande mercado interno consumidor e o uso, também intensivo, de financiamentos, consolidando um sistema bancário cada vez mais amplo e pulverizado, irrigaram a economia com os capitais necessários para fazer a ponte entre o campo, as cidades e ainda fomentaram o nascimento e o crescimento acelerado da indústria.

Livres das hierarquias, títulos de nobreza e direitos nobiliários, com terras acessíveis a grande parte dos recém-chegados, Tocqueville conheceu uma América com ampla igualdade de direitos desfrutada por seus cidadãos. E, do mesmo modo, por razões a serem analisadas

neste capítulo, os cidadãos americanos (quase que, invariavelmente, colonos e imigrantes livres e brancos e, em boa parte, protestantes) gozavam também de igualdade material e equânime distribuição de riquezas e renda – algo também sem paralelo na Europa.

O método usado por Tocqueville para chegar às conclusões e aos conceitos que formulou parte desses dados, colhidos empiricamente em suas viagens pelos Estados Unidos da América, e abrangia a História, a Geografia e a Economia, além da Filosofia Política. Por isso, neste capítulo, para contextualizar e melhor entender a concepção de “igualdade” no pensamento de Tocqueville, tentaremos, na medida do possível, submergir na América Jacksoniana.

3.1 Tocqueville e seu método

Um dos pontos mais originais na construção do pensamento de Tocqueville acerca da democracia reside no fato de não se tratar apenas de avaliar ou buscar categorizar a experiência democrática norte-americana tendo como ponto de referência tão somente as correntes teóricas do liberalismo ou mesmo da filosofia política e da econômica política.

Não seria exagero enquadrar as análises do pensador francês como “sociológicas *avant la lettre*”, uma vez que suas observações dos fenômenos sociais são uma parte fundamental na construção do seu pensamento. Por isso, é essencial se ter uma noção da emblemática América ao tempo do presidente Andrew Jackson – ou “Período Jacksoniano”.

Em sua viagem pela América, Tocqueville vai até as profundezas da sociedade norte-americana em busca de respostas para as tantas perguntas que esta lhe suscitava, especialmente sobre o seu sistema político, que ele vê emergir desde as suas “entranhas”. Essa é a sua base concreta, a fonte de que se serviu o intelectual francês, donde realmente culminou a síntese do pensamento tocquevilleano, ou seja, das suas argutas e atentas observações sobre os aspectos políticos e econômicos, bem como civilizacionais e sociológicos. Assim, ele busca identificar, catalogar e compreender desde a estrutura institucional macropolítica da organização do Estado norte-americano até as mais mezinhas relações sociais que testemunhara em sua jornada. Visões e percepções dos americanos sobre as mais diversas questões lhe chamaram a atenção, tais como: educação, imprensa, judiciário, participação cidadã no júri, instituições comunitárias, associativismo e outras organizações da sociedade civil e indústria, entre tantos aspectos que observou e descreveu.

Em *A democracia na América*, Tocqueville chegou a empregar técnicas e conhecimentos próprios da Geografia, particularmente nos capítulos segundo e terceiro da Primeira Parte do livro, publicado em 1835. Nesse sentido, conforme destaca Hess (2018, p. 6), a metodologia

aplicada por Tocqueville para o estudo da democracia na América, no qual produz uma espécie de taxionomia com base em conhecimentos de Geografia e História, visando contextualizar e explicar os fenômenos sociológicos, remete aos seus estudos de vários pensadores da Filosofia Política (como, por exemplo, Montesquieu), que também se serviram dessas mesmas áreas de estudo para embasar as suas investigações e compreensões dos fenômenos políticos.

Hess (2018) aponta em Tocqueville as influências de obras como: *Reseignemens sur l'Amérique*, de Thomas Cooper; *Géographie universelle*, de Conrad Malte-Brun, e também a obra de Constantin-François Volney *Tableau du climat et du sol des États-Unis d'Amérique*. Esse último tem particular importância, uma vez que foi a fonte bibliográfica que colocava em evidência a importância do posicionamento geográfico dos Estados Unidos, da abundância em solo rico e virgem, e que validava a economia agrícola, cujo efeito econômico benéfico era a base que asseguraria um robusto governo democrático. (HESS, 2018, p. 20).

Observa-se, portanto, a importância de uma base econômica próspera e pulverizada para a democracia, como evidente sinal de divisão das riquezas, e com relativa igualdade, em uma sociedade agrícola de ocupação territorial, em grande parte por meio de minifúndios (pequenas propriedades com base em mão de obra livre e familiar).

O autor, além disso, para consolidar o seu método, desta vez se servindo de elementos históricos, foi influenciado por sua formação e estudos na Universidade de Sorbonne, em Paris. O método histórico utilizado por Guizot em seu curso intitulado *História Filosófica* teve grande influência na abordagem de Tocqueville, e também filósofos como Condorcet, os princípios de economia política refinados por Jean-Baptist Say, e mesmo as aplicações práticas da “grande política francesa” nas instituições de Estado, nesse caso, postas em prática por ninguém menos que o ex-padre, posteriormente conhecido como o grande chanceler da França do século XVIII, Prince Charles-Maurice de Talleyrand-Périgord.

Para esses homens, a prova absoluta para a constatação do progresso das sociedades residia nos “fatos”, que se tornam centrais para a História e chave para as Ciências Humanas em formação, enfim, como fontes para a criação de um sistema político ideal. Segundo Hess (2018, p. 20), embora pudéssemos encontrar um consenso entre Guizot e Condorcet, no sentido de que à medida que os fatos se acumulam os homens aprendiam a classificá-los e, por isso, a obter ganhos, como um conhecimento mais exato de sua história e de si mesmos, Guizot, divergindo ligeiramente de Condorcet, mantinha um certo ceticismo e um menor otimismo acerca da ideia de progresso.

Quanto a Tocqueville, que certamente abraçara o método que busca a contextualização histórica e geográfica, este acrescentara à fórmula política as relações sociais mais mundanas e

prosaicas, dando a sua abordagem um sentido original – o que, mais tarde, levá-lo-ia a ser acolhido entre os fundadores da Sociologia moderna.

O nobre francês era muito mais pragmático do que otimista, mais cético do que crente na democracia, e trazia consigo um requinte *blasé*, por vezes, demonstrando uma particular condescendência com a qual julgava o “cidadão democrático”, como investido de um senso de igualdade e imerso numa mediocridade coletiva, as quais, enfim, resultavam num confortável bem-viver, baseado no impulso individualista, sem qualquer aspiração de vulto ou desejo de grandeza. Tocqueville assistia com grande melancolia o vazio e a frivolidade da massa dos “homens democráticos”, para quem o sucesso material não somente bastava, mas se tornava a verdadeira régua que media a todos e às suas relações.

Porém, o ponto fundamental e mais determinante para o pensador francês residia no fato de que os “homens democráticos”, gozando de igualdade e liberdade, estavam menos propensos a sucumbir ante os solavancos violentos ou à adesão às hordas revolucionárias, tais como as que testemunhou na França, com a queda do Antigo Regime.

3.2 Tocqueville e a América Jacksoniana

A viagem de Tocqueville e Gustave de Beaumont foi a realização de um projeto que, convenientemente, afastou os dois do governo francês que assumiu após a Revolução de 1830 – movimento que derrubou, mais uma vez, os Bourbon do poder –, ao mesmo tempo que possibilitou a ambos matarem sua curiosidade acerca da América, que era muito comum entre seus contemporâneos, e investigar o que ocorria do outro lado do Atlântico.

Mas a viagem, conforme destaca Drolet (2003)³⁸, foi também motivo de comoção nos Estados Unidos, inclusive junto a figuras de destaque na política do país. Os viajantes, que

³⁸ “Tocqueville and Beaumont left France on 2 April 1831 and landed in New York on 11 May. Their arrival was announced in the American papers, and to their astonishment Americans seemed to attach considerable importance to their mission.7 Americans of ‘every class’ competed with each other in their attempts to assist their investigations. Every courtesy was given them, and every useful document that could be obtained was procured for them. America’s leading prison reformers were, to a man, anxious to meet Tocqueville and Beaumont; the interviews the young magistrates conducted produced a wealth of information. It was not just America’s prison reformers who were eager to meet Tocqueville and Beaumont; social reformers, legal and political thinkers, and important politicians were also keen to meet them. A former President, John Quincy Adams, welcomed the opportunity to discuss with them the nature of the American federation and President Andrew Jackson himself was happy to give them a private audience. As a way to gain access to important individuals and acquire knowledge and insights into America, the study of that country’s penitentiary system was an inspired choice”. (DROLET, 2003, p. 20).

foram anunciados e aguardados pela imprensa americana, tiveram uma calorosa recepção por políticos e autoridades locais por onde passaram, e também por personagens de importância nacional, como o ex-presidente John Quincy Adams, que, entusiasmado, entabulou conversas com os jovens magistrados. Mesmo o então presidente Andrew Jackson se encantou em conceder uma audiência privada aos dois. Assim, portas foram abertas e documentos foram disponibilizados para os nobres pesquisadores.

Sua viagem foi muito abrangente e englobou todas as principais cidades americanas da época. O desembarque se deu em Nova Iorque, passando pelas cidades de Boston, Filadélfia, Baltimore e Washington, e também cidades do nordeste do Canadá, alcançando o Mississipi na sua foz, junto à cidade de Nova Orleans, até então, o limite oeste dos Estados Unidos. (HESS, 2018, p. 20).

Quando chegaram aos Estados Unidos da América, a cadeira da presidência da república era ocupada por Andrew Jackson, polêmico, polarizador e classificado de populista, foi o sétimo presidente do país, tendo ocupado o cargo entre 1829 e 1837. E esteve entre os responsáveis por moldar o moderno Partido Democrata, resultante de sua política de incentivar a ampliação da participação política popular. Famoso pela sua “dureza”, ele foi apelidado de “Old Hickory” (Velha Nogueira).

Naquele período, os partidos políticos ainda estavam num processo de transformação profunda. A participação popular na política se tornava cada vez mais intensa. As comissões eleitorais deixavam de ser organizações seletas, dominadas por elites locais, para se tornarem movimentos populares volumosos, que se organizavam no intuito de ocupar a administração, elegendo seus membros para ocuparem cargos públicos nos níveis local, regional e nacional.

A ascensão de Jackson resultou do apoio do então vice-presidente John C. Calhoun, de Martin Van Buren e de Thomas Ritchie, com suporte de apoiadores da Filadélfia e Richmond, e reviveu o antigo Partido Republicano, então com um novo nome: Partido Democrata. Esse movimento reacendeu antigas rivalidades, contudo, resultou também na criação de uma estrutura e uma dinâmica política que permitiram uma maior durabilidade e consolidação das relações partidárias. A coligação encabeçada por Andrew Jackson derrotou o então candidato da oposição John Quincy Adams.

Jackson foi o primeiro presidente a convidar o público a assistir ao baile na Casa Branca homenageando sua posse como presidente. Muitas pessoas pobres vieram para o baile inaugural usando suas roupas rústicas. A multidão se tornou tão grande que os seguranças de Jackson não a puderam manter fora da Casa Branca. A Casa Branca ficou lotada e a demagogia populista de Jackson lhe rendeu o apelido de “King Mob” (Rei das Multidões).

3.2.1 Economia agrária da América Jacksoniana: da igualdade ao individualismo

Após a independência dos Estados Unidos da América, consolidou-se uma visão de sociedade fundada na propriedade privada e na liberdade individual, sobretudo em se tratando dos assuntos econômicos. Mas esta era resultado também de uma longa caminhada, originada na Inglaterra, de construção de um sistema político que se apoiava na descentralização.

Nesse sentido, podemos observar que a Inglaterra e seu povo já experimentavam uma dinâmica social que resultara em uma estrutura de sociedade que destoava do restante da Europa continental – que caminhava ainda para a consolidação de regimes absolutistas cada vez mais centralizadores

Como observa o próprio Tocqueville, os britânicos tendiam a adotar estratégias e uma estrutura de gestão administrativa descentralizadas, e, nos Estados Unidos, essa tendência se consolidava, em ritmo sem precedentes. Destaca ele, no capítulo *Dos efeitos políticos da descentralização administrativa nos Estados Unidos* do Tomo I de *A democracia na América*:

Vimos que nos Estados Unidos **não existia centralização administrativa**. Lá, mal encontramos o indício de uma hierarquia. **A descentralização foi levada a um grau que nenhuma nação europeia seria capaz de suportar**, penso eu, sem profundo mal-estar, e que inclusive produz efeitos importunos na América. Mas, nos Estados Unidos, a centralização governamental existe no mais alto grau. Seria fácil provar que a potência nacional está mais concentrada aí do que foi em qualquer das antigas monarquias da Europa. Não apenas não há em cada Estado mais que um só corpo que elabora as leis; não apenas não existe neles mais que um poder capaz de criar a vida política em torno de si; mas, em geral, evitou-se reunir numerosas assembleias de distritos ou de condados, com medo de que essas assembleias caíssem na tentação de exorbitar de suas atribuições administrativas e de obstruir a marcha do governo. Na América, a legislatura de cada Estado não tem diante de si nenhum poder capaz de resistir a ela. Nada poderia detê-la em seu caminho, nem privilégios, nem imunidade local, nem influência pessoal, nem mesmo a autoridade da razão, pois ela representa a maioria, que se pretende único órgão da razão. Logo, ela não tem outros limites, em sua ação, além de sua própria vontade. Ao lado dela e sob sua mão, encontra-se o representante do poder executivo, que, com a ajuda da força material, deve forçar os descontentes à obediência. (TOCQUEVILLE, 2005, p. 100, grifo nosso).

A política norte-americana se baseava na sua estrutura representativa e na força do seu legislativo, que exerce um poder irresistível de regulador social, como menciona Tocqueville. Assim, o poder emergia do seio da cidadania, pelo exercício do cidadão no papel de legislador em nome da democracia.

Contraditoriamente, apesar de criar regras que eram irresistíveis, por interesse próprio

dos cidadãos que participavam da criação do consenso político, o legislativo era também o maior garantidor da manutenção de leis que asseguravam direitos e as liberdades individuais – dentre os quais os mais sagrados eram: os direitos de propriedade, de livre iniciativa e de liberdade de empreender o que quer que quisessem os cidadãos, sem limites impostos pelo Estado.

Em regra, o exercício das atividades econômicas pelos cidadãos norte-americanos – bem entendido, aqueles livres, geralmente colonos europeus brancos e protestantes – corria livre, restrito apenas à vontade, ao empenho e à capacidade de produção de cada empreendedor, sem a imposição de reservas de mercado ou necessidade de licenças ou autorizações governamentais para tanto, bem ao contrário do que era praticado na velha Europa. Tocqueville aponta ainda o desejo inigualável dos norte-americanos pelo bem-estar e aumento de suas fortunas pessoais. Nesse sentido, assim comenta no Tomo II:

Nas sociedades democráticas, essas duas idéias sempre estão, ao contrário, visivelmente unidas. **Como o desejo de bem-estar é universal, como as fortunas são medíocres e passageiras, como cada um tem necessidade de aumentar seus recursos ou de preparar novos recursos para seus filhos, todos veem muito claramente que é o ganho que, senão em tudo pelo menos em parte, os leva ao trabalho.** Os mesmos que agem principalmente tendo em vista a glória se deixam necessariamente imbuir do pensamento de que não agem apenas com esse fim, e descobrem, não obstante o que tenham, que o desejo de viver se mescla, neles, ao desejo de ilustrar sua vida. (TOCQUEVILLE, 2004, p. 188, grifo nosso).

Assim, rapidamente a América encantava e embalava sonhos do outro lado do Atlântico, atraindo empreendedores de todo tamanho e posses para desenvolver e criar atividades de toda natureza. Ainda, a expansão para o oeste e a progressiva ocupação de novas terras, alcançando os limites do Mississippi, consolidavam a propulsão de um motor econômico poucas vezes visto na história até então.

Toda a produção fomentada no interior dos Estados Unidos escoava facilmente pela artéria econômica do Mississippi, que cruzava o país de norte a sul, ligando o sul do Canadá ao Golfo do México, porta de acesso fácil para o comércio Atlântico.

Em uma análise econômica mais técnica, destaca Johnson (1997)³⁹ que, muito embora tenham os Estados Unidos sofrido crises financeiras cíclicas, assim como todas as economias desenvolvidas no século XIX, a ausência de um banco central, nos moldes clássicos, parecia

³⁹ “*Did having a central bank, or not having one, make much difference to America as a whole? It is hard to say. America had financial crises and recessions – all expanding countries do – but it always quickly recovered and went on remorselessly, pushing west, building up industries, creating farms.*” (JOHNSON, 1997, p. 359).

não fazer muita diferença para a expansão da economia americana. A prosperidade econômica dos Estados Unidos no século XIX encontrava na expansão agrícola de suas fronteiras abertas, e, em quaisquer parâmetros de comparação, praticamente ilimitadas, uma fonte inesgotável de riquezas.

Foi espantoso o crescimento do número de propriedades agrícolas ao longo do século XIX. Segundo destaca Johnson (1997)⁴⁰, em 1800, havia 450.000 propriedades agrícolas, e esse número saltou para 1,5 milhões de unidades rurais em 1850, continuando numa escala crescente ao longo de todo século e somente chegando ao seu ápice já no século XX, em 1935, quando foi atingida a marca de 6,5 milhões de propriedades rurais nos Estados Unidos.

Esse crescimento exponencial de propriedades rurais também desencadeou o maior movimento migratório de agricultores europeus do século XIX. O ganho de produtividade do mercado norte-americano foi quase que imediato. Os agricultores europeus rapidamente se habituaram ao clima, solo e culturas agrícolas, muito semelhantes às condições que deixavam para trás na Europa. Assim, as técnicas e rotinas aplicadas à terra podiam ser as mesmas.

Além disso, os recém-chegados encontravam terras muito baratas e mesmo gratuitas, e condições de financiamento inexistentes na Europa, o que motivava os novos proprietários a atingirem níveis de produtividade muito acima daqueles obtidos na Europa.⁴¹

Por fim, era grande o esforço e a destinação de investimentos e de pesquisas financiadas por inúmeros empreendedores, para inovação, criação de técnicas e novos equipamentos para uso no campo, que vivia uma verdadeira revolução técnica.

O esforço dos norte-americanos para financiamento, pesquisa e produção de ciências aplicadas foi notado por Tocqueville. No Capítulo X do Tomo II de *A democracia na América*, quando analisa *Por que os americanos se aplicam mais à prática das ciências do que à teoria*,

⁴⁰ “In 1800 there had been 450,000 American farms. By 1850 there were 1.5 million, a number which would grow steadily until it reached 6.4 million and a peak of 6.95 million in 1935.” (JOHNSON, 1997, p. 359).

⁴¹ “The Americans, recruited from all the people of Europe, were magnificent rough—and—ready farmers. The great epic of 19th—century America is the internal migration, the occupation and exploitation of the Middle and West. The biggest single factor was that the country was empty, land was cheap or free, credit was easy, the law left them virtually alone, and all was governed by a virtually unrestrained market and by their own ingenuity and energy. Nearly all these internal immigrants had already farmed in the East and they faced conditions they knew they could handle—this was a key point. Soils, shrubs, trees, and grasses were known to them, they were familiar with the weather, there was nearly always plenty of wood close at hand, and the water was there, in lakes and streams or in the table below the surface. They knew that all the old tricks of the farming trade they or their fathers had worked in the East, would work in the West, often better. That was the grand psychological certainty which made them pioneer. They had over two centuries of collective wisdom behind them, and science and machinery were coming along fast.” (JOHNSON, 1997, p. 359-360).

o autor trata a questão com um indisfarçável desdém e questiona a capacidade dos americanos de desenvolver ciência com conteúdo mais abstrato. Nesse sentido, em um tom condescendente, ressalta:

As tradições científicas têm sobre eles pouco império; eles nunca se detêm por muito tempo nas sutilezas de uma escola e se contentam dificilmente com grandes palavrórios; penetram, na medida do possível, nas partes principais do tema que os ocupa e gostam de expô-los em língua vulgar. As ciências possuem então uma aparência mais livre e mais segura, porém menos elevada. (TOCQUEVILLE, 2004, p.48).

O nobre francês atribui o pendor e o talento para a “cultura das altas ciências” aos povos aristocráticos, que, em razão de uma maior capacidade para meditação, diferentemente dos povos democráticos, que se encontravam sempre em movimento e não possuíam, portanto, a necessária e consistente estabilidade de uma “classe” que repousa em sua condição, sem os atabalhoamentos e atropelos daqueles que viviam a correr atrás da fortuna e do poder, poderiam se dedicar a questões elevadas e abstratas. Assim, destaca o autor:

Nada é mais necessário à cultura das altas ciências, ou da porção elevada das ciências, do que a meditação, e não há nada menos propício à meditação do que o interior de uma sociedade democrática. Não encontramos aí, como nos povos aristocráticos, uma classe numerosa que se mantém em repouso por se achar bem, e outra que não se move por não ter esperança de melhorar. Todos se agitam: uns querem alcançar o poder; outros, apropriar-se da riqueza. No meio desse tumulto universal, desse choque repetido de interesses contrários, dessa marcha contínua dos homens rumo à fortuna, onde encontrar a calma necessária às profundas combinações da inteligência? Como deter o pensamento em determinado ponto, quando ao redor tudo se mexe e nós mesmos somos arrastados e balançados todos os dias na corrente impetuosa que rola todas as coisas? (TOCQUEVILLE, 2004, p. 48).

Contudo, reconhece Tocqueville os avanços das técnicas e processos alcançados pelos esforços empreendidos pelos americanos no autoaperfeiçoamento da ciência prática e aplicável. Nesse sentido, o nobre francês observa:

Na América, a parte puramente prática das ciências é admiravelmente cultivada e ocupam-se lá com cuidado da porção teórica imediatamente necessária à aplicação; os americanos revelam desse lado um espírito sempre claro, livre, original e fecundo; mas não há quase ninguém, nos Estados Unidos, que se dedique à porção essencialmente teórica e abstrata dos conhecimentos humanos. Os americanos revelam, nisso, o excesso de uma

tendência que será encontrada, penso eu, embora em menor grau, em todos os povos democráticos. (TOCQUEVILLE, 2004, p. 48, grifo nosso).

Muito embora esse cenário descrito por Tocqueville fosse mudar ao longo do século XIX, a sua fina percepção pôde encontrar em fatos concretos os subsídios que apontaram um apego dos norte-americanos pelo desenvolvimento das ciências aplicadas. Um exemplo que podemos ressaltar é mencionado por Johnson (1997), que aponta a dedicação de pesquisadores americanos à ciência da Meteorologia. O hoje prestigioso Instituto Smithsonian em Washington – que foi o primeiro instituto de pesquisa científica dos Estados Unidos – foi responsável pelas pesquisas que resultaram na capacidade de previsão climática no curto prazo e, posteriormente, em previsões de longo prazo no país. Foram capacidades técnicas e conhecimentos de ciência aplicada como esses que rapidamente elevaram a produtividade dos pequenos produtores americanos, gerando um círculo virtuoso de produtividade, produção de riqueza e incentivo e financiamento de pesquisas aplicadas⁴².

A busca de ganho de produtividade através do aprimoramento das técnicas agrícolas é uma tendência que domina a sociedade americana e que remonta aos “pais fundadores”. Desde o princípio, Thomas Jefferson observou nos Estados Unidos a necessidade de disseminação de uma agricultura fundada no trabalho intensivo, de modo a obter ganhos de produtividade por área trabalhada. Houve, então, uma rápida disseminação de implementos agrícolas tradicionais e um crescimento no número de novas invenções e inovações relacionadas ao campo, que se tornaram acessíveis em razão da sua produção em massa, por uma quantidade cada vez maior de manufaturas.

⁴² “In 1842 Samuel Forry published the first scientific work on the American climate. It was replaced by Lorin Blodget’s hook on climatology in 1857, and by then the Smithsonian was systematically collecting data on climate. The Smithsonian, in Washington, was the first institution for scientific research in America, made possible by an enormous gift of about \$500,000—more than any university endowment in the US then—by a British chemist, James Smithson. Despite the efforts of the strict constructionists like Calhoun to stop the federal government thus getting involved in research, John Quincy Adams and his friends managed to “get the gift accepted, the institute organized, and America’s first ‘pure’ scientist, Joseph Henry (1797-1878), made its founding director in 1846. Thanks to him, Americans began to get short – and long – term weather forecasts, and projections based on historical averages, carefully compiled by the Smithsonian. Farmers were greatly assisted by the thoroughness with which the surveyor-general (originally called the geographer) and his teams worked. The surveyors were not merely geodetic workmen but good field-geographers, and each was obliged to put into his field-books, ‘at their proper distances, all mines, salt springs, salt-licks and mill-seats that shall come to his knowledge; and all water-courses, mountains and other remarkable and permanent things, over and near which such lines shall pass, and also the quality of the lands.’ From a surprisingly early stage, considering the sheer size of the Midwest and West, American farmers – and prospectors – got detailed, high-quality maps.” (JOHNSON, 1997, p. 360-361).

O resultado desse círculo virtuoso foi o substancial barateamento de grãos, alimentos e matérias-primas produzidas no campo, impactando também nos centros urbanos, que tiveram o custo de vida reduzido. Com a utilização de implementos agrícolas de maior qualidade, que pela produção em massa por manufaturas e pelas novas indústrias também tiveram seus preços substancialmente reduzidos, a mecanização da agricultura no país se tornou uma tendência e se expandiu, destacando os Estados Unidos em todo mundo industrializado – então, superando e impressionando os europeus já na metade do século XIX, com o desenvolvimento e emprego das primeiras colheitadeiras produzidas em escala⁴³.

Dessa revolução econômica e social que ocorria a olhos vistos na América, Tocqueville foi um observador precoce e, em vários aspectos, foi capaz de antecipar e prever o processo intenso do que viria a ser o grande salto industrial norte-americano. Por exemplo, ele foi capaz de perceber que residia nas crenças mais profundas dos anglo-saxões a razão que impulsionava todos nessa direção, sobretudo, aquela relacionada com a permanente inquietação que afligia pobres ou ricos, sempre se movimentando para amealhar cada vez mais riquezas.

⁴³ Johnson (1997, p. 361-362, grifo nosso) observa a relevância de Thomas Jefferson e destaca: ***“Jefferson had spotted the central principle of American agriculture, that it had to be labor intensive: ‘In Europe the object is to make the most of their land; here it is to make the most of our labor, land being abundant.’ Until about 1800, all that most farmers had were a low-quality, often hand-made, plow, harrow, hoe, shovel, fork, and rake. Charles Newbould of New Jersey patented the first American cast-iron plow in 1797. But this was a solid piece, and it was improved on by Jethro Wood of New York, who patented a metal plow with separate interlocking parts each of which could be replaced if broken. These advanced metal plows came into general use in the second half of the 1820s and their impact on productivity was immediate. They were combined, on virgin land, with steel mold-boards, needed to break up the matted grasses of the prairies, made from 1833 by John Lane of Chicago. All farmers had got metal plows by the 1830s. In Pittsburgh two factories were making 34,000 metal plows a year even in the 1830s and mass manufacturing brought prices down. In 1845 in Massachusetts alone there were seventy-three plow-making firms producing 61,334 plows plus other implements. Competition was intense and by 1855 they had merged into twenty-two firms while production had risen to 152,688 and prices had fallen sharply. In 1833 Obed Hussey produced the first practical reaper, which could do 15 acres a day. But he was a poor businessman and it was the genius of Cyrus McCormick (1809-84) which led to the marketing of the first mass-produced reaper. He was of Ulster origin, who came from Pennsylvania into the Shenandoah Valley, then to Brockport, New York, on the Erie Canal, to be nearer the markets, and finally to Chicago in 1848. He was not merely a great inventor but a remarkable businessman. He sold his first reaper in 1834 and by 1860 was turning out 4,000 machines a year. At the International Exposition in Paris in 1855, to the astonishment of the Europeans, an American reaper cut an acre of oats in twenty-one minutes, a third of the time taken by Continental makes. By then there were already 10,000 machines in use on American farms. Two years later, the United States Agricultural Society held a national trial at the New York State Fair, entered by forty mowers and reapers. This display showed how far and quickly American manufacturers had gone in eliminating the bad features, such as side-draft, clogging, and the inability to get started in standing grain. The quantity of these giant, reliable machines, made possible by intense competition, explains why American grain was so cheap, outselling all European products whenever it could get under the tariff and quota barrier, and why production of large acreages was kept up during the Civil War when the armies took all the young men.”***

Os norte-americanos se mostravam obcecados pelo desenvolvimento da indústria, como observa Tocqueville. Para ele, o senso comum entre os empreendedores indicava que, mais do que em qualquer outra atividade econômica, era a indústria o caminho natural para alcançar os mais elevados níveis de prosperidade e sucesso financeiro. Ele estava convencido da inexorável transformação para a qual caminhava a América, mesmo que à época de sua visita os Estados Unidos fossem predominantemente agrários. O país estava em curso acelerado para se tornar uma potência extraordinariamente industrial no final daquele mesmo século. No Capítulo XIX do Tomo II de *A democracia na América – O que faz quase todos os americanos se inclinarem para as profissões industriais* –, o autor faz uma arguta observação, abstraída dos espíritos que tendiam a partir para as atividades comerciais e industriais:

Imaginemos um homem ativo, esclarecido, livre, bem de vida, cheio de desejos. Ele é pobre demais para poder viver no ócio; é rico o bastante para sentir-se acima do medo imediato da necessidade e sonha melhorar sua sorte. **Esse homem nutriu o gosto pelas fruições materiais; mil outros se entregam a esse gosto diante de seus olhos; ele próprio começou a se entregar e arde de vontade de aumentar os meios de satisfazê-lo ainda mais. No entanto, a vida passa, o tempo urge. Que vai fazer?**

O cultivo da terra promete resultados quase certos a seus esforços, mas lentos. Com ele, só se enriquece pouco a pouco e com dificuldade. A agricultura só convém a ricos que já possuem um considerável supérfluo, ou a pobres que não anseiam nada mais que viver. Sua opção está feita: ele vende suas terras, deixa sua casa e vai se consagrar a alguma profissão aventureira, mas lucrativa. Ora, as sociedades democráticas abundam em gente dessa espécie; e, à medida que a igualdade das condições se torna maior, tal multidão aumenta.

Portanto, a democracia não multiplica apenas o número de trabalhadores; ela leva os homens mais a um trabalho do que a outro: e, ao passo que os desinteressa da agricultura, dirige-os para o comércio e para a indústria. (TOCQUEVILLE, 2004, p. 189-190, grifo nosso).

Nesse sentido, é coincidente, mas não por acaso, que a busca de novas tecnologias para incrementar a produtividade foi um pilar para o desenvolvimento de uma nova agricultura – fruto do esforço de centros de pesquisa técnico-científicos e Universidades que estavam sendo criados em diversos Estados da Federação para desenvolver as Ciências Agrárias – que, ao mesmo tempo que aumentava a produção no campo, também criava uma intensa demanda para o consumo de novos equipamentos e implementos agrícolas vinda do campo, viabilizando a

industrialização⁴⁴ destes e outros insumos necessários para expansão da fronteira agrícola. E muito embora os Estados Unidos se mantivessem como um país essencialmente agrícola até a década de 1850, o salto industrial que viria a seguir foi também causado pela expansão agrícola e a consolidação de um vigoroso e crescente mercado interno.

Além desse, há diversos outros fatores apontados como elementos impulsionadores da industrialização. Um deles, a Guerra com a Inglaterra em 1812, justificou a adoção de uma série de barreiras alfandegárias protecionistas, que deram espaço e impulsionaram a indústria norte-americana. Outro desses foi uma característica marcante do desenvolvimento da agricultura e da ocupação das terras norte-americanas: o uso intensivo de capital⁴⁵. Por fim, o ingresso cada vez mais intenso de mão de obra europeia qualificada colaborou para converter as manufaturas nas nascentes indústrias, bem mais robustas.

As indústrias se aproveitavam também do salto no registro de patentes nos Estados Unidos, que, entre 1790 e 1810, detinha uma média anual de setenta e sete patentes por ano, indo

⁴⁴ “*This mechanical impulse to labor-saving and scientific farming was backed by an intellectual thrust by no means confined to the Smithsonian. Washington had set the pattern of experimental farming, founding America’s mule-raising industry with the help of high-quality asses sent him by Lafayette and the King of Spain. While he was still president, New York’s Columbia College, a go-ahead place which had set up a medical school as early as 1767, created a professorial chair of Agriculture, Natural History, and Chemistry (1792). The first true agricultural college, the Dariner Lyceum, was established in Gardfiner, Maine, in 1822, and in 1857 Michigan opened the earliest State College of Agriculture, the first of many. These in turn were backed up by New York’s Society for Promoting Agriculture, Commerce, and the Arts (1781), and by the country fairs movement of Elkanah Watson (1758-1842), started in 1807 and inspiring the Berkshire Agricultural Society, the first of hundreds. New York was underwriting fairs with state money (\$20,000) as early as 1819. And finally there were the specialist publications of which the most important were the Baltimore weekly, the American Farmer (1819), the Albany Cultivator (1834), and, for the West, the Prairie Farmer of 1840. By mid-century, American farming was, next to Britain’s, the most advanced technically in the world, and already overtaking Britain in mechanization.*” (JOHNSON, 1997, p. 362-363, grifo nosso).

⁴⁵ “*It is important to realize that, with this successful introduction of capital-intensive farming in the United States, and with the gigantic annual additions of land under cultivation – unprecedented in world history – America remained primarily an agricultural country almost till the end of the 1850s. A number of factors were against industrialization: poor banking facilities, hampered (as we have seen) by political problems; a federal government which, between 1830 and 1860, was heavily influenced by Southern plantation owners who opposed further protection, a central bank, any idea of transcontinental transit systems – roads or rail – built for the North, and free land. After Marshall’s death, the Supreme Court was also dominated by Southern interests who tended to be anti-capitalist. On the other hand, a number of factors pushed industrialization. The quarrel with Britain and the War of 1812 in the first two decades of the century gave native manufactures a start, reinforced by the early tariffs. Those of 1816, 1828, 1832-3, and 1842 were in varying degrees strongly protectionist, and undoubtedly benefited US manufactures greatly. Tariffs were scaled down in 1846 and still more in 1857, which put America in the front rank of the free-trading nations. But by then home manufactures were firmly established and an increasingly sophisticated and resourceful capital market had come into being. However, the main forces which industrialized America were the arrival of skilled labor from Europe and, above all, the rapid expansion of a huge domestic market.*” (JOHNSON, 1997, p. 362-363, grifo nosso).

para cerca de 544 anuais na década de 1830 e a 6.480 registros anuais na década de 1840, para chegar a mais de 28.000 registros todos os anos na década de 1850. E mesmo as indústrias mais sofisticadas de produção e desenvolvimento de maquinário a vapor chegaram ao seu pleno desenvolvimento já nos anos de 1850, em cidades como Pittsburgh, Louisville e Cincinnati, já que contavam com natureza privilegiada e abundância de matérias-primas como água, carvão e minerais.

A inexorável e continua expansão para o oeste, desde a década de 1830, já figurava no imaginário norte-americano como certa e dava origem à ideia de “destino manifesto”. Trata-se de uma crença nacionalista, ideológica e com fervoroso ingrediente de religiosidade “puritana”, que crê que a evolução e o avanço perpétuo dos Estados Unidos estaria relacionado ao “desígnio divino” no qual os norte-americanos seriam um “povo abençoado” e “escolhido por Deus” para cumprir um papel de liderança na disseminação e consolidação da civilização, da república e da democracia até as franjas do Oceano Pacífico⁴⁶.

Essa foi a América Jacksoniana que acolheu Tocqueville e Gustave de Beaumont em sua turnê pela América. A sociedade que eles testemunharam era próspera, cheia de pequenos proprietários de terras, pequenos comerciantes e empreendedores de toda natureza. A abundante riqueza e renda produzida no país de maneira extremamente pulverizada estava ao alcance de grande parte da população de homens livres e empreendedores, que se arriscavam, inquietos, em todos os tipos de atividades econômicas.

O desejo de prosperidade econômica era a base que guiava os americanos de todos os extratos sociais, do mais rico ao mais pobre. E a razão disso podia facilmente ser vista na galopante expansão da economia americana, acompanhada de uma característica mobilidade social que não possuía amarras de nenhum tipo. Relata o autor:

Nos povos democráticos, um homem, por mais opulento que o suponhamos, estão quase sempre descontente com sua fortuna, porque se acha menos rico do que seu pai e teme que seus filhos o sejam menos que ele. **A maioria dos ricos das democracias sonham, pois, sem cessar, com os meios de adquirir riquezas e voltam naturalmente seus olhos para o comércio e a indústria,**

⁴⁶ Destaca Johnson (1997, p. 370-371, grifo nosso): *“This transportation capacity, and the extraordinary powers of land—digestion shown by American settlers and farmers, combined to make the United States ever greedy for more territory. The vast tracts of the Louisiana Purchase, the conquest of Florida by Jackson – all these were not enough. By the 1830s the notion that America was destined to absorb the whole of the West of the continent, as well as its core, was taking hold. This was a religious impulse as well as a nationalist and ideological one – a feeling that God, the republic, and democracy alike demanded that Americans press on west, to settle and civilize, republicanize and democratize.”*

que lhes parecem os meios mais prontos e mais poderosos para alcançá-las. Compartilham nesse ponto dos instintos do pobre, sem ter suas necessidades, ou antes, são movidos pela mais imperiosa de todas as necessidades: a de não decair.

[...]

Nos povos democráticos, onde o dinheiro não leva ao poder quem o possui, mas com freqüência o afasta deste, os ricos não sabem o que fazer de seus momentos livres. **A inquietude e a grandeza de seus desejos, a extensão de seus recursos, o gosto pelo extraordinário, que experimentam quase todos os que se elevam, como quer que seja, acima da multidão, impele-os a agir. Somente a via do comércio está aberta para eles. Nas democracias, não há nada maior nem mais brilhante do que o comércio;** é ele que atrai os olhares do público e enche a imaginação da multidão; é para ele que todas as paixões enérgicas se dirigem. Nada poderia impedir os ricos de se dedicarem a ele, nem seus preconceitos, nem os de nenhum outro. Os ricos das democracias nunca constituem um corpo provido de costumes e de órgãos de controle próprios; as idéias particulares de sua classe não os detêm, e as idéias gerais de seu país os impulsionam. **Aliás, como as grandes fortunas que vemos no seio de um povo democrático quase sempre tiveram uma origem comercial,** é necessário que várias gerações se sucedam antes que seus possuidores tenham perdido inteiramente o hábito do negócio.

Assim, comprimidos no estreito espaço que a política lhes deixa, **os ricos das democracias se lançam no comércio, vindos de todos os horizontes; aí podem se expandir e fazer uso de suas vantagens naturais; e, de certa forma, é pela própria audácia e pela grandeza de seus empreendimentos industriais que devemos julgar o pouco-caso que teriam feito da indústria se tivessem nascido no seio de uma aristocracia.**

Análoga observação é mais aplicável a todos os homens das democracias, sejam eles pobres ou ricos.

Os que vivem no meio da instabilidade democrática têm sem cessar diante dos olhos a imagem do acaso, e terminam por apreciar todas as empresas em que o acaso desempenha um papel.

São, portanto, todos inclinados ao comércio, não apenas por causa do ganho que este lhes promete, mas também pelo amor às emoções que ele lhes proporciona.

Os Estados Unidos da América só saíram faz meio século da dependência colonial em que a Inglaterra os mantinha; a quantidade de grandes fortunas é muito pequena lá, e os capitais ainda são raros. **No entanto, não há povo na terra que tenha feito progressos tão rápidos quanto os americanos no comércio e na indústria. Eles constituem hoje a segunda nação marítima do mundo; e, muito embora suas manufaturas tenham de lutar contra obstáculos naturais quase intransponíveis, não deixam de apresentar cada dia que passa novos desenvolvimentos.**

Nos Estados Unidos, os **maiores empreendimentos industriais são levados a cabo sem dificuldade,** porque a população inteira se envolve e porque o mais pobre, como o mais opulento cidadão, somam de bom grado seus esforços com esse fim. Por isso espanta-nos ver cada dia os imensos trabalhos executados sem dificuldade por uma nação que não compreende, por assim

dizer, gente rica. Os americanos chegaram apenas ontem ao solo que habitam e já subverteram toda a ordem da natureza em seu proveito. Uniram o Hudson ao Mississippi e fizeram o Atlântico comunicar-se com o golfo do México, através de mais de quinhentas léguas de continente que separam esses dois mares. As mais longas estradas de ferro feitas até nossos dias estão na América. (TOCQUEVILLE, 2004, p. 191-192, grifo nosso).

Assim, a visão que Tocqueville tinha acerca da igualdade casava perfeitamente com essa América, cujos espantoso crescimento e estupefaciente prosperidade pareciam não ter fim e nem limites, sem estarem concentrados exclusivamente na mão de uma elite. Ao contrário, a riqueza estava ao alcance de qualquer cidadão que “esticasse a mão” e com a sua liberdade e o seu trabalho estivesse em busca de prosperar e enriquecer, fossem já ricos ou pobres.

Na conjuntura da América que Tocqueville conheceu, a igualdade material entre os anglo-saxões parecia um dado evidente em si, dada a grande pungência econômica que se espalhava pela sociedade. A América, notava ele, crescia sob a igualdade de condições, do mesmo modo que reservava àqueles que empreendiam o acesso às “infinitas” riquezas da terra e da natureza, abundantes por ali.

Contudo, como se verá adiante, apesar de todo crescimento e convergência econômicos e sociais dos anglo-americanos, a “desigualdade na América” também ficou evidente aos olhos de Tocqueville, por destacar do corpo social os nativos americanos (pelas discrepâncias entre seus hábitos e costumes em relação aos colonizadores) e a população de escravizados (esses últimos, por sequer constarem entre seres humanos, mas antes, enquanto coisas ou bens a serem computados nos estoques e rebanhos a serem registrados nas fazendas de seus donos).

Em ambos os casos, há certo grau de indignação do autor, mas, sobretudo, observa-se o atento e desapassionado relatório descritivo no qual avalia as circunstâncias e implicações dessas desigualdades intrínsecas e viscerais da gênese da sociedade americana, envolvendo esses dois grupos dela excluídos.

3.3 A escravidão e a questão dos indígenas

A construção teórica tocquevilleana acerca da democracia e do desenvolvimento da sociedade parte de uma visão evidentemente eurocêntrica, que pensa a América (como um todo, e a América do Norte, anglo-saxã, em particular) como um espaço cujo desenvolvimento e a civilização estavam sendo construídos a partir da chegada de europeus, contudo, diferentemente de outros autores, ele procurava fazer uma avaliação de maneira pragmática, sem ilusões que ressaltassem os benefícios da civilização europeia por si. Sobre a convivência e posição das três

“raças” que compartilhavam a América, o autor comenta em *A democracia na América*, Tomo I, Capítulo X:

Entre esses homens tão diferentes, o primeiro a atrair os olhares, o primeiro em luz, em força, em felicidade é o homem branco, o europeu, o homem por excelência; abaixo dele aparecem o negro e o índio. Essas duas raças infelizes não têm em comum nem o nascimento, nem a aparência, nem a língua, nem os costumes; somente suas desgraças se parecem. Todas as duas ocupam uma posição igualmente inferior no país que habitam; todas as duas sentem os efeitos da tirania; e, se suas misérias são diferentes, podem lhes ser atribuídos os mesmos autores. (TOCQUEVILLE, 2005, p. 374).

Nesse contexto, há evidentemente uma hierarquia para o autor: o homem branco, anglo-saxão, é o encarregado do processo civilizatório, e as duas outras “raças” seguem a reboque da expansão da América, fadadas ao infortúnio. Como ele próprio descreve: *“O negro está situado nos derradeiros confins da servidão; o índio, nos limites extremos da liberdade. A escravidão não produz no primeiro efeitos mais funestos do que a independência no segundo”*.

Tocqueville abre, no que se refere à questão racial, um hiato quanto aos princípios que regem a sua teoria sobre a democracia. Nesse ponto, a sua teoria encontrava ressalvas: a igualdade e a liberdade não se estendiam a todos da mesma maneira, os povos nativos não eram considerados iguais ou sequer almejavam essa igualdade; enquanto que africanos escravizados não dispunham de liberdade e sequer tinha a propriedade de si. Ambos grupos não faziam parte da equação social democrática americana. Ao final do Tomo I de *A democracia na América*, Tocqueville faz um sombrio diagnóstico:

Os índios morrerão no isolamento, como viveram; mas o destino dos negros está, de certa forma, enlaçado ao dos europeus. As duas raças são ligadas uma à outra, sem com isso se confundirem; é-lhes tão difícil separarem-se completamente quanto unirem-se. **O mais temível de todos os males que ameaçam o futuro dos Estados Unidos vem da presença dos negros em seu solo.** Quando se busca a causa dos embaraços presentes e dos perigos futuros da União, chega-se quase sempre a esse primeiro fato, qualquer que seja o ponto de partida. (TOCQUEVILLE, 2005, p. 191-192, grifo nosso).

De certo modo, Tocqueville encarava com alguma melancolia a situação dos nativos americanos. Tocqueville via na população originária um povo orgulhoso, possuidores de uma nobreza inata, que ele relacionava a valores nobres típicos da aristocracia, mas se encontravam definitivamente desfavorecidos pelas condições objetivas e materiais, fadados a desaparecer ou serem incorporados à América que estavam construindo os colonos europeus. Comenta o autor:

Já o índio tem a imaginação cheia da pretensa nobreza de sua origem. Ele vive e morre no meio desses sonhos de seu orgulho. Longe de querer submeter seus costumes aos nossos, apega-se à barbárie como a um signo distintivo de sua raça e repele a civilização, menos talvez por ódio a ela do que por medo de se parecer com os europeus. (TOCQUEVILLE, 2005, p. 377).

Para ele, a característica marcante dos povos nativos (que era a qualidade de nômades, caçadores e tribalistas) os coloca em absoluta desigualdade para enfrentar a sociedade colonial inglesa – herdada pelos norte-americanos –, bem estruturada, hierarquizada e tecnologicamente muito mais avançada, em um embate direto, sendo o seu sistema de crenças e costumes fadados a desaparecer (para todos efeitos, seguindo a regra do que ocorreu no restante da América no choque entre indígenas e colonizadores). Sobre o destino dos indígenas, escreveu ele no Capítulo X da segunda parte do Tomo I de *A democracia na América*:

Algumas considerações sobre o estado atual e o futuro provável das três raças que habitam o território dos Estados Unidos” - “Estado atual e futuro provável das tribos indígenas que habitam o território possuído pela União” - “Todas as tribos indígenas que habitavam outrora o território da Nova Inglaterra, os narragansetts, os moicanos, os pecots, ora vivem apenas na lembrança dos homens; os lenapes, que receberam Penn há cento e cinquenta anos às margens do Delaware, desapareceram. Encontrei os últimos iroqueses: pediam esmola. Todas as nações que acabo de citar estendiam-se outrora até a beira do mar; agora é preciso fazer mais de cem léguas no interior do continente para encontrar um índio. Esses selvagens apenas recuaram, estão destruídos. À medida que os indígenas se afastam e morrem, toma seu lugar e cresce sem cessar um povo imenso. Nunca se vira antes entre as nações desenvolvimento tão prodigioso, nem destruição tão rápida. (TOCQUEVILLE, 2005, p. 379).

3.3.1 Remoção dos nativos

A política adotada em relação aos índios americanos, na presidência de Jackson⁴⁷, foi

⁴⁷ Destacam-se, a esse respeito, as observações de Johnson (1997, p. 348-349, grifo nosso): “*If Jackson’s democratic America was implacable with Southern separatism, it was even more relentless in destroying the last remnants of Indian power and property east of the Mississippi. Of course Jackson was not alone. White opinion – and black for that matter: the blacks found the Indians harsher masters than anyone – were virtually united in wanting to integrate the Indians or kick them west, preferably far west. Jackson had destroyed Indian power in the Southeast even before he became president. And, under Monroe, Indian power south of the Great Lakes was likewise annihilated by General Lewis Cass (1782-1866), hero of the 1812 War and governor of Michigan Territory 1813-21. In August 1825 Cass called a conference of 1,000 leaders of all the Northwest tribes at Prairie du Chien and told them to settle their tribal boundaries. Once this was done, he made compulsory deals with each tribe separately. In 1826 he forced the Potawatomi to hand over an enormous tract in Indiana. The Miami handed over their lands in Indiana for \$55,000 and an annuity of \$25,000. Other separate tribal deals were similar. In the years 1826 the Indians were forced to surrender not only their old land but*

talvez o aspecto mais controverso de sua gestão. A lei que regeu o assunto foi a *Indian Removal Act* (a Lei de Remoção Indígena).

Essa política não nasceu no governo de Jackson, já estava sendo praticada pelo governo americano em disputas anteriores por terras indígenas desde o final do século XVIII. Exemplo notório foi a perseguição de tribos nos grandes lagos pelo General Lewis Cass no início do século XIX. Jackson, por sua vez, ainda no exército americano, envolveu-se com a questão da remoção indígena. Seu projeto de deslocamento das populações indígenas para o oeste do Rio Mississippi constituiu uma parte significativa de sua agenda política no curso das eleições presidenciais, e, a propósito, com grande aprovação popular.

Vitorioso, e uma vez empossado, assinou a Lei de Remoção Indígena em 1830. A Lei consistia na autorização para o presidente negociar tratados para adquirir terras tribais no leste em troca de novas terras a oeste, para além do Mississippi, fora das fronteiras até então existentes. Esse assunto se tornou uma pauta política em razão de uma demanda de estados do norte, mas ganhou grande popularidade no sul, em razão do crescimento demográfico e da descoberta de ouro no território Cherokee, aumentando a pressão sobre as terras tribais.

Conforme destaca Johnson (1997)⁴⁸, o exemplo dos Cherokee foi emblemático, pois a

their new reservations, as the settlers poured in to take over. There was a substantial Indian uprising in 1829, but it was put down by overwhelming force, Washington for the first-time using steam gunboats on the Great Lake! just as the British were using them to build up their empire all over the world. As a result of this ‘Gunboat Diplomacy’, the Indians were pushed across the Mississippi, or left in small pockets, a 190, 879, 370 acres of their lands passed into white hands at a cost of a little over \$70 million in gifts and annuities.’.

⁴⁸ “*The Cherokees were advancing and adopting white forms of social and political organization. Their national council went back to 1792, **their written legal code to 1808. In 1817 they formed a republic**, with a senate of thirteen elected for two-year terms, the rest of the council forming the lower house. **In 1820 they divided their territory into eight congressional districts, each mapped and provided with police, courts, and powers to raise taxes, pay salaries, and collect debts. In 1826 a Cherokee spokesman gave a public lecture in Philadelphia, describing the system.** The next year a national convention drew up a written constitution, based on America’s, giving the vote to all free male citizens over eighteen, except those of African descent. The first elections were held in summer 1828. A Supreme Court had been functioning five years. The first issue of the republic’s own paper, the Cherokee Phoenix, appeared February 28, 1828. Its capital, New Echota, was quite an elaborate place, with a fine Supreme Court building, a few two – story red – brick homes, including one owned by Joseph (‘Rich Joe’) Van, which is still to be found near what is now Chatsworth, Georgia, and neat rows of log cabins. The trouble with this little utopia – as the whites saw it – was that it was built as a homogeneous Indian unit. It mattered not to the whites that this self-contained community virtually eliminated all the evils whites associated with Indians. The Phoenix campaigned strongly against alcohol and there was a plan to enforce prohibition. The courts were severe on horse thieves. The authorities urged all Indians to work and provided the means. There were 2,000 spinning- wheels, 700 looms, thirty-one grist-mills, eight cotton gins, eighteen schools – using English and a new written version of Cherokee. The 15,000 Indians of this settled community owned 20,000 cattle and 1,500 slaves, like any other ‘civilized’ Georgians. **But its very existence, and still more its constitution, violated both state and federal law, and in 1827 Georgia petitioned the federal government to ‘remove’ the Indians forthwith. The discovery of gold brought in a rush of white prospectors and provided a***

comunidade e os líderes Cherokee estavam se organizando, institucionalizando as suas relações sociais e políticas na forma “republicana” e “democrática”, realizando eleições e constituindo formas representativas de autogoverno, resultando na redação de uma Constituição.

No caso, a tentativa do Estado da Geórgia de legislar em território Cherokee foi levada à Suprema Corte, que deu ganho de causa aos nativos. O Governo, com o apoio de Jackson, passou então a pressionar líderes Cherokee a assinarem um tratado de remoção. Uma pequena facção entre os Cherokee, liderada por John Ridge, negociou o Tratado de Nova Echota com representantes de Jackson. Ridge não era reconhecido como um interlocutor válido pela Nação Cherokee, de modo que o documento foi rejeitado pela maioria da tribo e considerado ilegítimo. Mais de quinze mil indígenas Cherokee assinaram uma petição em protesto, que foi ignorada pela Suprema Corte.

O controverso tratado foi executado pelo sucessor de Jackson, Van Buren, que mandou 7.000 soldados armados para eliminar os Cherokee. Isto resultou na morte de mais de quatro mil indígenas, no evento que ficou conhecido como “*Trail of Tears*” ou “*Trail of Shame*” (“Trilha das Lágrimas” ou “Trilha da Vergonha”).

Calcula-se que mais de 45.000 índios americanos foram realocados para o oeste durante a administração de Jackson. Durante este tempo, o governo comprou cerca de 100 milhões de acres (400.000 km²) de terras indígenas por cerca de US\$ 68 milhões de dólares e ofereceu um assentamento em 32 milhões de acres (130.000 km²) de terras ocidentais à oeste do Mississipi como reserva indígena. Tocqueville testemunhou esse episódio. Sobre o seu impacto nas nações nativo-americanas e a aniquilação de sua cultura, o francês fez as seguintes observações:

No fim do ano de 1831, encontrava-me à margem esquerda do Mississipi, num lugar chamado pelos europeus de Memphis. Enquanto lá estava, apareceu um numeroso grupo de choctaws (os franceses da Louisiana chamam-nos chactas). Esses selvagens deixavam sua terra e procuravam atravessar para a margem direita do Mississipi, onde acreditavam iriam encontrar o asilo que o governo americano lhes prometia. Estávamos então em pleno inverno, e o frio castigava naquele ano com uma violência incomum; a neve endurecera sobre a terra e o rio arrastava enormes blocos de gelo. Os índios traziam consigo sua família; arrastavam atrás de si feridos, doentes, crianças recém-nascidas e velhos que iam morrer. Não tinham tendas nem charretes, apenas algumas provisões e armas. Vi-os embarcar para atravessar o grande rio, e esse espetáculo solene nunca sairá da minha memória. Não se ouviam nessa multidão reunida nem prantos nem queixas; eles se calavam. Suas desgraças eram antigas e sentiam-se irremediáveis. Os índios já haviam entrado no barco

further economic motive. The election of General Jackson at the end of 1828 sealed the community's fate.” (JOHNSON, 1997, p. 350, grifo nosso).

que devia transportá-los; seus cachorros ainda estavam na margem; quando esses animais viram enfim que seus donos iam embora para sempre, soltaram juntos uivos pavorosos e, jogando-se ao mesmo tempo nas águas geladas do Mississippi, seguiram-nos a nado. (TOCQUEVILLE, 2005, p. 381-382).

Mesmo diante dessas circunstâncias brutais, impostas pelo deslocamento forçado dos nativos americanos Choctaw, Tocqueville destaca o grau de eficiência e institucionalidade com o qual o Governo americano, sob a batuta de Jackson, realizara tal feito. O nobre francês, com seu estilo crítico inconfundível, porém, ressalta:

A conduta dos americanos dos Estados Unidos em relação aos indígenas é impregnada do mais puro amor pelas formas e pela legalidade. Contanto que os índios permaneçam em estado selvagem, os americanos não se metem em absoluto em seus assuntos e os tratam como povos independentes; não se permitem ocupar as terras deles sem as ter devidamente adquirido por meio de um contrato; e se, por acaso, uma nação indígena não consegue mais viver em seu território, eles a tomam fraternamente pela mão e a levam, eles mesmos, para morrer fora do país de seus pais. Os espanhóis, por meio de monstruosidades nunca vistas, cobrindo-se de uma vergonha inapagável, não conseguiram exterminar a raça índia, nem mesmo impedir que ela compartilhasse dos direitos deles; os americanos dos Estados Unidos alcançaram esse duplo resultado com maravilhosa facilidade, tranqüilamente, legalmente, filantropicamente, sem derramar sangue, sem violar um só dos grandes princípios da moral aos olhos do mundo. Não se saberia destruir os homens respeitando melhor as leis da humanidade. (TOCQUEVILLE, 2005, p. 393).

A remoção dos indígenas para o oeste marcou o destino dos nativos americanos de maneira definitiva, pois, com Jackson, foi estabelecido um padrão que se tornou usual quando novos conflitos com nativos ocorriam. Jackson expulsou os indígenas a leste do Mississippi e, efetivamente, estabeleceu regras garantindo que eles também não sobreviveriam como unidades autônomas a oeste.

Mas, diferentemente dos europeus ao sul das Américas, o Presidente Jackson não tratou da questão dos indígenas como uma questão pessoal ou com crueldade particular direcionada, especificamente, aos nativos. Ele foi, antes de tudo, um burocrata, que cumpriu uma tarefa que lhe foi dada, democraticamente, pelo povo “(anglo-)americano”. Afinal, ele cumpriu um plano de governo, objeto da campanha política que o elegeu. Não se tratava, portanto, de um ódio aos indígenas, mas de tratar de um problema administrativo, no qual eles eram apenas anomalias (JOHNSON, 1997, p. 352).

Porém, apesar de lamentar o destino dos indígenas, cuja altivez e liberdade Tocqueville admirava, ele percebeu que esse plano se alinhava, em sua essência e de forma pragmática, ao

desenvolvimento racional da administração americana sob a presidência de Jackson. Como europeu e homem de estado, ele acreditava no dever civilizatório do homem branco, e nesse caso em particular do homem anglo-saxão, que julgava estar entre os mais adiantados no curso do desenvolvimento humano. Acreditava ele que o fim dos nativos americanos era um processo inevitável, porque seu modo de vida ancestral era incompatível com a América democrática.

3.3.2 *O atraso da escravidão*

Do mesmo modo, os africanos escravizados, embora tivessem sua origem e o seu destino intrinsecamente relacionado com os europeus, eles não estavam incluídos na constituição da cidadania, tampouco gozavam da liberdade e igualdade da democracia na América, e a eventual integração de afrodescendentes na sociedade não seria assunto fácil no horizonte do país, ainda que o trabalho escravo fosse abolido.

Tocqueville considerava o instituto da escravidão ultrapassado, relacionava a utilização de escravizados pelos estados do sul à origem do seu atraso em relação ao norte. Os estados do norte, para o autor, estavam muito à frente dos escravocratas do sul, pois o desenvolvimento desses estados se fundava na vontade e na obstinação em busca da prosperidade do homem livre (e branco). Nesses estados, o desenvolvimento da agricultura, do comércio e da indústria corria a passos largos. Nesse sentido, esclarece o autor:

Vimos que a escravidão, abolida no Norte, ainda existe no Sul, e mostrei a influência funesta que exerce sobre o bem-estar do próprio senhor de escravos. Norte, portanto, deve ser mais comerciante e mais industrioso que o Sul. É natural que a população e a riqueza se dirijam mais rapidamente para lá. (TOCQUEVILLE, 2005, p. 438).

De maneira contundente, o intelectual francês compreendia que a problemática trazida pelos escravizados para a sociedade norte-americana era duradoura e possivelmente explosiva, pois observava que dificilmente a população de origem africana seria incorporada à sociedade anglo-saxã protestante, com os seus preconceitos de raça e de cor profundamente arraigados, absolutamente avessa à miscigenação, significando que, mesmo que eventualmente houvesse a abolição da escravidão, a normalização das relações sociais e a integração do afrodescendentes poderiam ser fatores de implosão da América.

Por outro lado, achava que a questão da escravidão constituía uma questão de fundo, uma cisão, uma clivagem primordial, na concepção moral e de costumes entre o norte e o sul. Observava que no norte, onde a escravidão já podia ser considerada fato superado, em princípio,

havia a predominância da “igualdade de fortunas”, ao passo que no sul a escravidão se associava com um modo de ser característico da aristocracia, portanto, atrasado e, sobretudo, movido por desigualdades intrínsecas. Assim, muito embora ele acreditasse que o progressivo intercâmbio comercial e industrial, além da migração de populações do norte para o sul, pudesse encurtar as distâncias entre esses dois extremos, a divergência não lhe parecia sanável, pois tinha fundo nos costumes de cada uma das regiões. A esse respeito, pontua o autor:

Como a igualdade das fortunas reina no Norte e a escravidão aí não mais existe, o homem se encontra como que absorvido por esses mesmos cuidados materiais que o branco despreza no Sul. Desde sua infância, ele se ocupa de **combater a miséria e aprende a colocar o bem-estar acima de todos os prazeres do espírito e do coração.** Concentrada nos pequenos detalhes da vida, sua imaginação se apaga, suas idéias são menos numerosas e menos gerais, mas se tornam mais práticas, mais claras e mais precisas. Como ele dirige todos os esforços de sua inteligência unicamente para a preocupação com o bem-estar, não tarda a destacar-se nesse campo; **sabe admiravelmente bem tirar partido da natureza e dos homens para produzir riqueza; compreende maravilhosamente a arte de fazer a sociedade contribuir para a prosperidade de cada um de seus membros e para extrair do egoísmo individual a felicidade de todos.**

O homem do Norte não possui apenas experiência, mas também saber; no entanto **não aprecia a ciência como um prazer, estima-a como um meio, e dela só apreende com avidez as aplicações úteis.**

O americano do Sul é mais espontâneo, mais espiritual, mais aberto, mais generoso, mais intelectual e mais brilhante.

O americano do Norte é mais ativo, mais sensato, mais esclarecido e mais hábil.

Um tem os gostos, os preconceitos, as fraquezas e a grandeza de todas as aristocracias.

Os outros, as qualidades e os defeitos que **caracterizam a classe média.**

Reúna dois homens em sociedade, dê a eles os mesmos interesses e, em parte, as mesmas opiniões; se o caráter, as luzes e a civilização deles forem diferentes, **há grandes possibilidades de não se entenderem.** A mesma observação é aplicável a uma sociedade de nações.

Portanto, a escravidão não ataca diretamente a confederação americana pelos interesses, mas indiretamente pelos costumes. (TOCQUEVILLE, 2005, p. 434, grifo nosso).

Do ponto de vista econômico, o autor percebia o que era evidente: que a produtividade alcançada nas regiões onde havia utilização de mão de obra escrava era substancialmente inferior. As fazendas no nordeste americano e do sul do Canadá, onde a exploração da terra era predominantemente realizada por mão de obra livre, alcançavam índices de produtividade bem mais expressivos que no sul dos EUA. Nesse sentido, Gustave de Beaumont, companheiro de viagem de Tocqueville, discursava na “Associação pela Abolição da Escravidão” em 1935, em

Paris⁴⁹, e o tema foi revisitado por Tocqueville, insistindo que a questão da escravidão era uma das maiores falhas endêmicas da democracia americana. Hess (2018, p. 8) constrói um poderoso argumento acerca da complementaridade dos trabalhos de Beaumont e Tocqueville. Segundo a autora, para se entender a compreensão que Tocqueville teve da América, a leitura de *Marie, ou a escravidão nos Estados Unidos*, de Gustave de Beaumont, deve ser feita concomitantemente com *A democracia na América*. O posicionamento adotado por Beaumont⁵⁰ também se referia aos sentimentos compartilhados por Tocqueville nessa questão, que é considerada seminal. As obras dos dois autores foram, em grande extensão, complementares no estilo, nas opiniões e nos sentimentos que nutriram acerca dos mais variados temas decorrentes de todas as jornadas que empreenderam juntos⁵¹.

Tocqueville acreditava, com propriedade, que a mácula da escravidão estamparia e se tornaria uma clivagem social que poderia levar à ruptura da democracia oriunda das entranhas dos Estados Unidos. A sua percepção é tão válida no século XIX quanto poderia ser se dita por um pesquisador dos dias atuais. Efetivamente, a questão racial ainda aflige a sociedade norte-

⁴⁹ “*In contrast to Lower Canada or the New England States, where farmers’ fierce spirit of independence ensured the economic prosperity of their farms, in the south they were struck by how much slavery undermined enterprise and corrupted the manners of even the poorest farmer. The consequence was that agriculture was far less productive than either in Lower Canada or the non-slave states of the Union – an observation Beaumont reiterated in speeches he gave first in 1835 in Paris to the Société française pour l’abolition de l’esclavage and then to a large abolitionist assembly hosted by Lord Brougham that same year in London. But these states exposed dangerous characteristics of democracy. Society seemed almost primitive, in no way resembling ‘the high civilization of New England’. The inhabitants were coarse and driven by an almost uncontrolled desire to make their fortunes. The consequence of this was that these same individuals seemed ‘to foresee nothing’. This, Tocqueville later observed, was characteristic of the habitual inattention endemic to American democracy, one of its worst failings.*” (DROLET, 2003, p. 27, grifo nosso).

⁵⁰ Sobre a obra de Beaumont, destaca Hess (2018, p. 8, grifo nosso): “*As pointed out above, the year 1835 not only saw Tocqueville’s publication of the first volume of Democracy in America but also the publication of Beaumont’s Marie, or Slavery in the United States. While Democracy looked mainly at America’s political system, Marie was an attempt to take a closer look at the seamier side of American society. The two books must be read as companion volumes to make complete sense of America and to grasp the two men’s joint understanding of the country. Marie, like Democracy in America, was an enormous success and was reprinted numerous times in French over the following decades.*”.

⁵¹ Assim, aponta Hess (2018, p. 3): “*If this description has any validity – and I maintain throughout this book that it does – it makes little sense to celebrate Tocqueville’s Democracy in America (1835/1840) without considering Beaumont’s darker and more sceptical pendant Marie, Or, Slavery in the United States (1835) or giving his Ireland study (1839) its due. As shown in the three-volume correspondence of Tocqueville and Beaumont in the former’s Oeuvres Complètes (1967, in translation partly available in Tocqueville 1985 and 2006 and Tocqueville and Beaumont 2010), every sentence, every paragraph of any of the books Tocqueville and Beaumont ever wrote, be it as sole author or together (as was the case in the Penitentiary study), was read by the other and discussed between the two friends.*”.

americana e não raro o assunto volta ao centro do debate, acompanhado de frequentes erupções de revoltas e protestos, mostrando claramente que não se trata de uma questão solucionada no seio da democracia americana, mas ainda em ebulição.

Assim, ainda hoje, persistem muitas características observadas por Tocqueville sobre a questão racial nos estados americanos do sul, onde a herança da discriminação racial é mais presente e onde os choques sociais com motivação racial são mais intensos; e, em menor medida, nos estados americanos do norte, onde, do modo geral, a discriminação racial também está presente, mesmo que não se manifeste de maneira tão ostensiva quando nos estados do sul.

Em qualquer caso, esse continua a ser um fator de desigualdade permanente dentro da sociedade norte-americana como um todo, que sempre está a desestabilizar sua democracia, e de forma bem concreta, como havia previsto o francês. Nesse sentido, vale destacar do texto de Tocqueville o seguinte trecho:

Sou obrigado a confessar que não considero a abolição da escravatura um meio de retardar, nos Estados do Sul, o conflito das duas raças. Os negros podem permanecer escravos por muito tempo sem se queixar; mas, quando passarem a fazer parte dos homens livres, logo se indignarão por serem privados de quase todos os direitos de cidadãos e, não podendo se tornar iguais aos brancos, não tardarão a se mostrar inimigos deles.

No Norte, tinha-se todo interesse em emancipar os escravos; assim, ficar-se-ia livre da escravidão, sem nada ter a temer dos negros libertos. Estes eram muito pouco numerosos para reclamar seus direitos. O mesmo não acontece no Sul.

A questão da escravidão era, para os senhores, no Norte, uma questão comercial e manufatureira; no Sul, é uma questão de vida ou morte. Portanto, não se deve confundir a escravidão no Norte e no Sul.

Deus me livre de procurar, como certos autores americanos, uma justificação para o princípio da escravatura dos negros; digo apenas que todos os que admitiram esse pavoroso princípio outrora não têm hoje igual liberdade para renunciar a ele.

Confesso que, quando considero o Estado do Sul, não descubro, para a raça branca que habita essas paragens, mais que duas maneiras de agir: libertar os negros e fundi-los consigo; permanecer isolada deles e mantê-los o maior tempo possível na escravidão. **Os meios termos parecem-me levar num curto prazo à mais horrível de todas as guerras civis e, talvez, à ruína de uma das duas raças.** (TOCQUEVILLE, 2005, p. 416, grifo nosso).

Nesse contexto, o autor, de certo modo, reforça a importância da igualdade como pedra angular do sistema democrático, uma vez que, com a relativização do fundamento da igualdade, considerando os segmentos discriminados da população (os nativos americanos e os africanos

escravizados), instituía-se uma ameaça a esse sistema. A desigualdade, principal fragilidade da democracia na América, constituía pontos ruptura, sobretudo em relação aos afrodescendentes, que passaram a ser uma parcela substancial da sociedade americana, e até hoje estão sujeitos a constantes violações. Deve-se ressaltar, também, que, em ambos os casos, ainda que Tocqueville não tenha tocado diretamente na questão, o desequilíbrio das posses materiais agravava a fragilidade de ambos os grupos segregados (nativos e africanos escravizados) dos cidadãos livres (de origem anglo-saxã): o primeiro pela expropriação de suas terras, o segundo pela cruel expropriação de si – o que os tornava objetos e não sujeitos de direitos.

3.4 Inglaterra e Irlanda: da podridão fluem rios de ouro

3.4.1 A viagem de Tocqueville e Beaumont por Inglaterra e Irlanda

Depois de sua visita à Inglaterra profunda e industrial, de Manchester e Birmingham, Tocqueville percebeu a face da desigualdade urbana e manufatureira, que pouco tinha em comum com a democracia igualitária que idealizou quando de sua ida à América – cujo desenvolvimento industrial chegaria com mais força após a Guerra de Secessão, na década de 1860, e se consolidaria, indiscutivelmente, depois da década de 1880, em uma fase chamada de “Gilded Age”⁵².

Embora não haja menção textual em *A democracia na América*, no Tomo II, publicado em 1840, é razoável assumir que as impressões descritas por Tocqueville neste volume tenham sofrido a influência de suas viagens à Inglaterra e à Irlanda, pois, neste ínterim, o autor visitou o Reino Unido em duas ocasiões.

A primeira viagem, em 1833, ficou restrita a Londres, sempre guiada por anfitriões ilustres e políticos locais. Diferentemente de sua jornada pela América, quando teve a liberdade de explorar cada aspecto dos Estados Unidos, nessa primeira viagem à Inglaterra, o nobre francês acabou ficando confinado a uma visão mais elitista das Ilha Britânicas. Ainda assim, a viagem foi útil para que Tocqueville conhecesse melhor o sistema político e administrativo da peculiar forma de governo da Inglaterra.

Além disso, chamou-lhe a atenção o crescente problema enfrentado pela Inglaterra na

⁵² “Gilded Age” é um termo cunhado por Mark Twain e Charles Dudley Warner em 1873. O período foi marcado por uma concentração de renda sem precedente nos Estados Unidos, fruto de uma expressiva expansão da indústria e forte barateamento da mão de obra, causada pela migração em massa da Europa.

questão do “pauperismo”, e logo começou a se debruçar sobre o assunto. Na segunda viagem, em 1835, dispensou guias e seguiu acompanhado de seu amigo e companheiro dessas jornadas Gustave de Beaumont, indo para além da ilha inglesa, chegando à Irlanda.

De início, mesmo na primeira viagem, que ficou restrita à cidade de Londres, e sempre guiada e na companhia de aristocratas e figuras de destaque, sobretudo entre liberais ingleses, começou a perceber que um grave problema acometia a Inglaterra: a pobreza ou o pauperismo.

Em um primeiro momento, influenciado por seus anfitriões, não conseguiu ter muita clareza sobre o problema e tampouco sobre suas causas. Segundo Reis (2020), os seus estudos iniciais foram registrados no primeiro dos seus ensaios sobre o pauperismo. As principais fontes de pesquisa para o autor foram os relatórios do Parlamento Britânico que precederam à adoção da “Nova Lei dos Pobres”, adotada em 15 de fevereiro de 1834. No entanto, apesar de inacabado, foi somente no *Segundo Ensaio sobre o Pauperismo*, baseado nas viagens de 1835, que Tocqueville compreendeu melhor as questões de fundo e as suas consequências, e, assim, foi capaz de reavaliar seus conceitos sobre o pauperismo e os impactos da questão da pobreza e da desigualdade.

3.4.1.1 O Ensaio sobre o Pauperismo: a primeira viagem de Tocqueville à Inglaterra em 1833

No seu primeiro ensaio, Tocqueville avaliou a situação dos miseráveis ingleses comparando-a com a pobreza que afligia a população de outros países. O seu argumento era que a pobreza teria graus diferentes em diferentes países. Nesse sentido, destacava ele que a menor quantidade de indigentes em países menos desenvolvidos poderia ser atribuída a um nível mais baixo de riqueza presente nessas sociedades. Cita, como exemplo, os países da Península Ibérica. Assim, segue argumentando, haveria o nivelamento por baixo da situação de vida da comunidade como um todo.

Concluiu ele que o número de indigentes cresce proporcionalmente ao desenvolvimento daquela nação, portanto, nações mais ricas, como a Inglaterra, vão apresentar uma quantidade mais elevada de miseráveis do que nações menos abastadas. Em países como a Inglaterra, havia mais miseráveis, porque o nível de vida era mais elevado, e mesmo que houvesse efetivamente mais miseráveis, segundo ele, a “qualidade” de vida de um “pobre” inglês seria melhor do que a de um miserável ibérico. Do seu estudo, destaca-se:

Que se achessem os campos da Inglaterra, acreditar-nos-emos transportados ao Éden da civilização moderna. Estradas magnificamente conservadas,

residências frescas e limpas, gordos rebanhos errantes nas ricas pradarias, agricultores plenos de força e de riqueza mais ofuscante do que em qualquer país do mundo, a simples comodidade mais ornada e mais aprimorada que em outros lugares; e em toda parte o aspecto do cuidado, do bem-estar e de ociosidade existe um padrão de vida mais refinado e gracioso do que em qualquer outro lugar. Há uma preocupação constante com o bem-estar e com o lazer, uma impressão de prosperidade universal que acreditamos respirar na própria atmosfera que faz estremecer o coração a cada passo: assim aparece a Inglaterra aos primeiros olhares viajantes.

Que se entre agora no interior das comunas; que se examinem os registros das paróquias e descobrir-se-á, com um espanto inexprimível, que um sexto dos habitantes deste reino florescente vive às custas da caridade pública.

Ao transportarmos à Espanha e, sobretudo, a Portugal o cenário de nossas observações um espetáculo completamente oposto saltará aos nossos olhos. Encontraremos sobre o caminho uma população malnutrida, malvestida, ignorante e grosseira, vivendo em campos mal cultivados e em habitações miseráveis; em Portugal, porém, o número de indigentes é pouco considerável. O senhor de Villeneuve estima que se encontra neste reino um pobre para cada vinte e cinco habitantes. O célebre geógrafo Balbi tinha anteriormente indicado a cifra de um indigente para cada noventa e oito habitantes.

[...]

Se todas essas reflexões são justas, compreender-se-á facilmente que, quanto mais as nações são ricas, mais o número dos que recorrem à caridade pública deve se multiplicar, posto que duas causas muito poderosas tendem a esse resultado: nestas nações, a classe exposta mais naturalmente às necessidades aumentam e se diversificam elas mesmas ao infinito; a possibilidade de se encontrar exposto a alguma dessas causas torna-se mais frequente a cada dia. (TOCQUEVILLE *apud* REIS, 2020, p. 159-160, 169).

O raciocínio formulado por Tocqueville girava em torno da sua observação acerca de um acentuado “movimento de fricção” em dois eixos, que ocorria nos países que passavam pelo processo de industrialização, e as ondas de choque dessa fricção eram sentidas conforme o estágio de desenvolvimento de cada país dentro desse processo.

De um lado, a industrialização resultava na crescente população urbana de trabalhadores próxima às fábricas. Esses trabalhadores, diferentemente dos camponeses, não possuíam nenhuma forma de sustento para além da renda das horas trabalhadas nas fábricas. Nesse sentido, Tocqueville destacou: “A classe industrial que serve tão poderosamente ao bem-estar dos outros é, no entanto, bem mais exposta do que eles aos males súbitos e irremediáveis” (TOCQUEVILLE *apud* REIS, 2020, p. 167).

O autor observou que a Inglaterra da primeira metade do século XIX já era o ateliê do mundo, sendo assim muito mais sujeita às flutuações de consumo não somente do seu mercado interno, mas, sobretudo, dos consumidores internacionais, os clientes do seu poderoso comércio exterior. Assim, ressaltara o nobre francês:

A classe industrial da Inglaterra não provê somente as necessidades e os gozos da população inglesa, mas de uma grande parte da humanidade. Seu bem-estar ou suas misérias dependem, portanto, não somente do que acontece na Grã-Bretanha, mas de algum modo de tudo que se passa sob o sol! Quando um habitante das Índias reduz a sua despesa e diminui seu consumo, existe um fabricante inglês que sofre. (TOCQUEVILLE *apud* REIS, 2020, p. 171).

Evidentemente, a escala desse processo na Inglaterra, nesse período, foi brutal. Com as grandes fábricas e seus milhares de trabalhadores, a flutuação do funcionamento dessas imensas unidades de produção podia de uma hora para outra colocar na absoluta carestia centenas e, às vezes, até milhares de trabalhadores. Tocqueville não deixou de observar esse fato.

O outro eixo de fricção estava relacionado a um movimento particularmente agudo na Inglaterra, também observado por Tocqueville, como se depreende do seguinte trecho:

Ocorre há um século na Inglaterra, o que podemos considerar como um fenômeno, se prestarmos atenção ao espetáculo oferecido pelo resto do mundo. Há cem anos, a propriedade fundiária se divide sem cessar nos países conhecidos; na Inglaterra, se aglomera sem cessar. (TOCQUEVILLE *apud* REIS, 2020, p. 171).

O resultado desse cenário pintado por Tocqueville foi o acelerado êxodo rural na Inglaterra, potencializado pela expansão da indústria. Com a grande concentração de terras, também os empregos no campo despencaram. As cidades industriais ficavam cada vez mais abarrotadas e os trabalhadores se amontoavam na frente das fábricas. Ainda assim, o salário médio urbano suplantava aquele recebido no campo. Contudo, o desemprego, a instabilidade e a carestia eram maiores nas cidades. Os que ficavam no campo eram praticamente servos, mas a fome e a miséria no campo eram menores, porque sempre era possível obter alimentos mesmo de pequenas parcelas de terra a que os trabalhadores rurais tinham acesso, o que não ocorria com os trabalhadores urbanos.

Assim, Alexis de Tocqueville circundou os fatos causadores do pauperismo, contudo, não pôde se aprofundar nos detalhes durante essa primeira viagem.

Nessa sua primeira abordagem, Tocqueville também questionava o assistencialismo – a caridade pública – das paróquias, e atribuía aos desvalidos a responsabilidade de sua miséria. Até então, acreditava que o assistencialismo não somente não poderia resolver o problema como poderia ainda ampliá-lo. Acreditava que boa parte do problema da crescente miséria poderia ser decorrente de um grau crescente de indulgência e de uma tendência natural para o ócio. O filósofo francês considerava haver para o ser humano “dois motivos que o levam a trabalhar: a necessidade de viver e o desejo de melhorar as condições de existência” (TOCQUEVILLE *apud*

REIS, 2020, p. 172). E argumentava ainda que a caridade legal afetaria também a liberdade e a moralidade do indigente, uma vez que os beneficiários se vinculavam à obrigatoriedade de residência junto à comuna. sob a jurisdição da paróquia responsável pela distribuição da ajuda, imobilizando assim os infelizes, tal qual camponeses ligados ao feudo medieval.

3.4.1.2 O Segundo Ensaio sobre o Pauperismo – a segunda viagem de Tocqueville à Inglaterra e à Irlanda em 1835

Entretanto, uma reversão ocorre, quando de sua segunda viagem à Inglaterra e à Irlanda. Desta vez, o autor fez um roteiro próprio (sem o guiamento dos nobres e burgueses da primeira viagem) e se fez acompanhar de seu velho amigo de viagem, Gustave de Beaumont, com quem havia partilhado a jornada aos Estados Unidos da América anos antes. Juntos se embrenharam na Inglaterra industrial profunda, e o que viram foi chocante.

Tocqueville inicia o seu *Segundo Ensaio sobre o Pauperismo* destacando a necessidade de apreciar de modo diferenciado a miséria do trabalhador urbano e a do homem do campo. No campo, percebeu ele que, nos latifúndios onde se intensificou a produção de *commodities* e a criação de animais, a demanda por mão de obra despencou. Além disso, os grandes proprietários simplesmente expulsavam de suas terras os camponeses e a mão de obra excedente. Esses trabalhadores desterrados foram buscar refúgio nas cidades e empregos nas grandes fábricas. Nominalmente, Tocqueville descreveu a sorte daqueles trabalhadores que possuíam somente a propriedade da força de seus braços, chamando-os de “proletários” (REIS, 2020, p. 188-189). No campo, advertiu, o que levava esses trabalhadores à absoluta dependência e fragilidade era a ausência de acesso à terra. O nobre então pregava, muito claramente e de modo assertivo, qual seria a solução para o miserável trabalhador rural: “o meio mais eficaz para prevenir o pauperismo entre as classes agrícolas é, seguramente, a divisão da propriedade da terra.” (TOCQUEVILLE *apud* REIS, 2020, p. 190).

Já a respeito do trabalhador industrial, Tocqueville resgatou seu foco nas desigualdades, que remetem a seus estudos sobre a América, destacando com a habitual sagacidade:

[...] ainda não descobrimos meios de dividir a propriedade industrial sem torná-la improdutiva como a propriedade da terra; a indústria conservou a forma aristocrática nas nações modernas, ainda que em toda parte, víssemos desaparecer as instituições e os costumes que a aristocracia faz nascer. (TOCQUEVILLE *apud* REIS, 2020, p. 190).

Nas notas diárias da segunda viagem (TOCQUEVILLE, 2003), quase em estado bruto,

pode-se perceber o grau do choque e perplexidade do viajante acerca das condições de trabalho urbanas e da concentração de renda, bem como dos impactos da indústria sobre as condições de trabalho e a sociedade nos centros industriais.

A viagem começou bem e Tocqueville descreveu, como na primeira, o comportamento de membros da sociedade, de partidos políticos, das instituições britânicas, e até sua conversa com John Stuart Mill (TOCQUEVILLE, 2000, p. 83). Entretanto, os seus relatos começaram a ficar interessantes mesmo a partir do circuito entre Birmingham e Dublin. (*idem*, p. 101-122).

3.4.1.3 Birmingham e Manchester

Manchester, que abrigava grandes indústrias de tecidos, fios e algodões, diferenciava-se da cidade de Birmingham, que abrigava indústrias menores e onde, em pequenos ateliês, os artesãos fabricavam utensílios de metal, metalurgia em geral e armas. Nesta, as condições de trabalho eram melhores e a carestia e o número de indigentes era menor.

Diferenciando as duas cidades, Tocqueville assim relatou:

Polícia mais imperfeita em Manchester que em Birmingham. Ausência mais completa de governo, sessenta mil irlandeses (no máximo cinco mil em Birmingham), uma multidão de pequenos locatários amontoados na mesma casa. Em Birmingham quase todas as casas ocupadas por uma única família; em Manchester, uma porção da população em porões úmidos ou demasiados quentes, fétidos e insalubres: treze ou quinze indivíduos na mesma. Em Birmingham coisa raríssima. Em Manchester, águas estagnadas, ruas mal pavimentadas ou não pavimentadas. Latrinas insuficientes. Todas essas coisas são quase desconhecidas em Birmingham. Em Manchester alguns grandes capitalistas, milhares de pobres operários, pouca classe média. Em Birmingham, poucas manufaturas, muitos pequenos industriais. Em Manchester os operários reunidos em números de mil, dois mil ou três mil nas manufaturas. Em Birmingham os operários trabalhavam em suas casas ou em pequenas oficinas do proprietário patrão. Em Manchester, necessitavam, sobretudo, de mulheres e crianças, em Birmingham, particularmente homens, poucas mulheres. (TOCQUEVILLE, 2000, p. 101-102).

Ao ler os relatos de Tocqueville (2000) sobre a cidade de Manchester, da sua profunda desigualdade material, da pobreza imunda, desumana e animalésca, é seguro dizer que a viagem se tratou de um verdadeiro ponto de inflexão para o autor acerca das suas concepções de igualdade, que há anos formulou em sua passagem pela América do Norte. Ali, naquele lugar, entre “templos” da industrialização e o esgoto dos rejeitos materiais e também dos “seres humanos descartados”, o francês não escondeu sua estupefação e profunda repulsa ao que observou, chegando até mesmo a salientar o impacto das transformações no urbanismo em vista da ocupação

industrial caótica. Em relato contundente, Tocqueville (2000) revelou seu assombro:

Trinta ou quarenta manufaturas erguem-se no topo das colinas que acabo de descrever. Seus seis andares sobem aos céus, seu imenso muro anuncia de longe a centralização da indústria. **Em redor delas foram semeadas como que ao sabor das vontades as miseráveis moradas dos pobres.** Entre elas estendem-se terrenos incultos, que já não possuem os encantos da natureza campestre, sem apresentar ainda os ornados das cidades. A terra aí já está remexida, rasgada, entreaberta em mil lugares, em mil lugares, mas ainda não está coberta com moradas do homem. São charnecas de indústria.

[...]

Montes de lixo, escombros de edifícios, poças de águas estagnadas e fétidas mostram-se aqui e acolá ao longo da morada dos habitantes ou sobre a superfície cheia de saliência e de buracos das praças públicas.

[...]

Aí desembocam pequenas ruas tortuosas e estreitas, margeadas por casas de um pavimento, cujas ripas mal juntas e vidraças quebradas anunciam de longe como que o último abrigo que o homem possa ocupar entre a miséria e a morte. Entretanto, os seres desafortunados que ocupam esses antros ainda excitam a inveja de alguns de seus semelhantes. Embaixo de suas miseráveis moradas encontram-se uma fileira de porões aos quais conduz um corredor semi-subterrâneo. Em cada um desses locais úmidos e repugnantes estão amontoados numa confusão doze ou quinze criaturas humanas.

Ao redor desse abrigo de miséria, um dos riachos de cujo curso descrevi acima arrasta lentamente suas águas fétidas e lodosas, que os trabalhos da indústria tingiam de mil cores. Elas não são de modo nenhum contidas em cais; as casas foram construídas ao acaso sobre as margens. Amiúde, do alto de suas margens escarpadas, percebe-se que parece abrir-se com dificuldade um caminho no meio dos destroços no solo, de moradas começadas ou ruínas recentes. **É o estige desse novo inferno.**

[....]

No meio dessa cloaca infecta que o maior rio da indústria humana nasce e vai fecundar o universo. Desse esgoto imundo, o ouro escoá. É aí que o espírito humano se aperfeiçoa e se embrutece; que a civilização produz suas maravilhas e que o homem civilizado volta quase selvagem [...]. (TOCQUEVILLE, 2000, p. 110-112, grifo nosso).

3.4.1.4 Liverpool

Em Liverpool, Tocqueville (TOCQUEVILLE, 2000, p. 114) encontrou outra poderosa cidade industrial inglesa. Sobre a cidade, relatou: “Liverpool, bela cidade. A miséria é quase tão grande quanto em Manchester, mas ela se esconde. Cinquenta mil pobres vivem em porões. Sessenta mil irlandeses católicos.”.

O autor começou aí, antes mesmo de atravessar para Irlanda, a relatar a sua compreensão acerca das graves consequências da divisão internacional do trabalho. A repercussão da relação

econômica entre a Inglaterra, maior potência industrial do mundo, e sua vizinha, legou à Irlanda o posto de produtora “endêmica” de matéria-prima. E o resultado foi, de um lado a dependência e a especialização da economia irlandesa em *commodities*, cultivadas em latifúndios. De outro lado, resultou na imigração de irlandeses, que, tal qual ocorreu nos campos ingleses, decorreram da expulsão de camponeses das terras, a partir de então, usadas para abastecer a Inglaterra com matéria-prima. Isso ficou mais claro para Tocqueville e Beaumont ao chegarem na Irlanda.

As cidades industriais inglesas atraíam não somente os miseráveis camponeses ingleses, mas também aqueles do outro lado do Canal de São Jorge, na Irlanda, e a disputa por emprego deprimia dramaticamente os salários, agravando ainda mais a carestia, que atingia não somente desempregados, como supunha Tocqueville quando da sua primeira viagem à Inglaterra, mas também operários, que recebiam cada vez menos e trabalhavam cada vez mais. Nesse sentido, Tocqueville, por fim, arrematou:

Como a nobreza inglesa teve muito cedo a idéia e a necessidade de apoiar-se nas classes médias e só pode fazê-lo concedendo-lhe um poder político, a aristocracia do dinheiro não tardou a estabelecer-se.

[...]

O dinheiro é o verdadeiro poder. A riqueza na Inglaterra não só se tornou, portanto um elemento de consideração, de prazeres, de felicidade; mas também é um elemento e, **poder-se-ia quase dizer o único elemento de poder, o que nunca se vira, ao que eu saiba, em nenhuma outra nação e em nenhum outro século.** Foi peso imenso, acrescentado do lado da riqueza, que fez imediatamente pender para ela a balança do espírito humano e de toda alma humana foi como que arrastada para esse lado. Concedeu-se à riqueza o que lhe cabe naturalmente e também o que não lhe cabe. A riqueza deu o usufruto material, o poder e também a consideração e estima, o prazer intelectual. **Em todos os países, parece uma desgraça não ser rico. Na Inglaterra, tornou-se uma horrível desgraça ser pobre.** A riqueza desperta de uma só vez a ideia da felicidade, todas as ideias acessórias da felicidade; a pobreza, ou mesmo a mediocridade, toda a imagem do infortúnio e todas as ideias acessórias do infortúnio [...]. (TOCQUEVILLE, 2000, p. 118, grifo nosso).

A partir da visita às cidades industriais inglesas, Tocqueville não mais tergiversou sobre a mudança causada pelo capitalismo industrial na concepção do dinheiro em si. A moeda, nesses novos tempos, não era mais somente mero meio de troca, mas simbolizava um novo paradigma de relações, que eram novas para o autor. O poder econômico dava sentido a todas as relações sociais e também ao cidadão democrático. Nascia uma hierarquia social baseada exclusivamente no dinheiro, que começara a se tornar tão rígida quanto aquela do Antigo Regime. Contudo, a partir de então, as desigualdades sociais dependiam não mais do sangue, do fator

hereditário, mas do quanto de dinheiro um indivíduo era capaz de amealhar.

“Na Inglaterra, tornou-se uma desgraça horrível ser pobre”, disse o autor. É razoável supor que o tom dessa sua afirmação implica no seu reconhecimento de que a pobreza, a miséria ou o pauperismo seriam resultantes estruturais do capitalismo e pouco teriam a ver com a vontade, a moral ou a “preguiça” do proletário.

3.4.1.5 Irlanda

Em suas notas sobre a Irlanda, Tocqueville mergulhou fundo na miséria humana. Lá, encontrou a pobreza na sua forma mais inclemente. Não havia manufaturas como na Inglaterra, mas os camponeses eram espoliados por grandes proprietários que, quando não os expulsavam da terra, abusavam dos aluguéis.

Quase toda a produção agrícola era destinada a abastecer os mercados ingleses. As terras, esvaziadas de camponeses, tornaram-se latifúndios destinados a produzir monoculturas, ou seja, produzir *commodities* baratas para sustentar o grande consumo das cidades industriais britânicas. O lucro dos nobres proprietários das terras era gasto em itens supérfluos e frivolidades nas “altas rodas” sociais de Londres. Não havia empregos suficientes e a fome se alastrava entre a população miserável, matando mais do que em qualquer outro lugar na Europa.

Tocqueville observou que havia certo grau de sadismo entre os aristocratas daquele país. Os valores e compromissos aristocráticos, que ele ressaltava serem próprios da nobreza antes da sua derrocada na sua França natal no Antigo Regime, não mais existiam. A nova aristocracia, embrenhada no capitalismo, vinculava sua posição exclusivamente ao dinheiro ou ao capital, e aquela responsabilidade econômica e mesmo um compromisso social com relação aos súditos se tornariam não mais do que uma lembrança distante. E, mais do que isso, segundo o autor, os aristocratas irlandeses assentavam todo o seu poder sobre a desgraça dos pobres, impondo-lhes salários de subsistência, aproveitando a concorrência criada pelo excedente de mão de obra para criar mais miséria, expulsando-os das terras e não se importando com o estado de indigência absoluta de seus concidadãos.

A partir da visita à Irlanda, Tocqueville rompeu com o pensamento econômico liberal. Compreendeu ele que o estado de indigência não era necessariamente “culpa” do indivíduo ou em razão de se tratar de um “mau pobre”, mas um resultado estrutural das relações de trabalho na sociedade industrial capitalista. Portanto, percebeu ele que o pauperismo era, sobretudo, um problema coletivo, e não uma falta individual, como acreditava.

No *Segundo Ensaio sobre o Pauperismo*, de 1837, incompleto, Tocqueville destacou

que os operários eram constrangidos por dificuldades sobre as quais não tinham controle, fruto das forças do mercado, causadas por crises periódicas⁵³, que os afetavam sem que nada pudessem fazer a respeito⁵⁴. (BENOIT; KESLASSY, 2005).

Com essas conclusões, fica claro que Tocqueville, após uma guinada resultante de seu testemunho ocular das condições dos proletários ingleses e irlandeses, aproximou-se da crítica marxista, em muitos pontos coincidentes com sua avaliação. Jean-Luis Benoît e Eric Keslassy⁵⁵ ressaltam as similitudes entre as descrições de Tocqueville sobre as condições de trabalho em Manchester e aquelas feitas por Friedrich Engels em *A condição da classe trabalhadora na Inglaterra (1845)*, e apontam o paralelismo existente entre a visão tocquevilleana e aquela que veio a ser a crítica marxista, quanto à condenação da miséria vivida pelos trabalhadores, fruto da alienação e da divisão brutal do trabalho.

Segundo Benôit e Keslassy (2005), quando Tocqueville descreveu a situação que viu em Manchester e expôs as condições extremas e desumanas impostas pela industrialização aos trabalhadores – como as longas jornadas de trabalho, os baixíssimos salários e a exploração do trabalho feminino e infantil –, ele não tergiversou e denunciou resolutamente a inclemente exploração do homem sobre o homem. (BENOÎT; KESLASSY, 2005, p. 77).

Tocqueville foi claro quanto ao trabalho e à divisão do trabalho como formas de alienação do trabalhador, como modo de embrutecer e despir o cidadão de qualquer traço de cidadania, que tornaram vazia, inócua, a promessa de direitos no Estado democrático. Tal posicionamento converge com a visão marxista da alienação do trabalho, na qual o homem é coisificado e deixa mesmo de se perceber como ser humano.

Tocqueville acreditava no princípio de que a democracia era uma força incontornável e

⁵³ Detalha Tocqueville: “*On peut donc prévoir que les classes industrielles seront, indépendamment des causes générales et permanentes de misère qui agissent sur elles, soumises fréquemment à des crises. Il est donc bien nécessaire de pouvoir les garantir tout à la fois et des maux qu’elles s’attirent à elles-mêmes et de ceux sur lesquels elles ne peuvent rien*” (TOCQUEVILLE apud BENOÎT; KESLASSY, 2005, p. 177-178, grifo nosso).

⁵⁴ A esse respeito, é de se destacar também a atuação parlamentar de Tocqueville, em especial no seu discurso sobre *O Direito ao Trabalho*, de 1848.

⁵⁵ “*Certaines lignes de ce passage doivent surprendre le lecteur familier de la doxa qui entoure l’oeuvre de Tocqueville. Elles permettent en effet de découvrir chez ce ‘liberal’ vdes accents qui annoncent déjà ceux de l’enquête d’Engels sur la condition de la classe laborieuse en Angleterre intitulée ‘Situation de la classe laborieuse en Angleterre, en France et en Allemagne (1845)’. Cette étude, prélude au marxisme, offre une peinture pareillement apocalyptique des quartiers misterieux de Manchester...à l’instar d’Engels, Tocqueville annonce-t-il Marx? ...Tocqueville et Marx sont témoins de la même réalité et leurs analyses convergent parfois lorsqu’il s’agit de décrire la misère ouvrière et de dénoncer l’alienation du proletariat*”. (BENOÎT; KESLASSY, 2005, p. 77, grifo nosso).

irresistível, capaz de colocar ordem no caos deixado pelas ruínas do Antigo Regime. Entretanto, não sem os seus perigos. No caminho para a democracia, a atuação do indivíduo deveria ter em mente a coordenação com demais indivíduos, para o alcance do bem maior, o interesse comum bem compreendido, para a satisfação das necessidades da comunidade.

A cidadania só se realizaria pelo efetivo exercício da liberdade do indivíduo dentro das instâncias democráticas e coletivas. Assim, implicava necessariamente a participação nas esferas coletivas, o que significava dedicar parte do tempo livre para o trabalhador poder participar da democracia. Pois, é somente na medida em que ele participa que pode expor suas demandas, opinar em outras propostas e planos comunitários de governo, e combater a tirania da maioria ou o assalto de uma minoria pela captura do Estado em razão da apatia coletiva, a qual pode resultar na delegação pelos cidadãos dos afazeres democráticos a um Estado que poderia, novamente, vir a ser despótico. Assim, na visão tocquevilleana, só pode haver democracia em um ambiente onde a jornada de trabalho não consome integralmente o “cidadão” dentro das fábricas, por exaustivas 16 a 20 horas diárias.

Ainda advertiu ele sobre o perigo de uma nova aristocracia advinda da indústria que – desprovida de vínculos ou obrigações morais, egoísta, e que idolatra o dinheiro – exploraria o trabalho e o trabalhador, que, alienado, brutalizava-se e se via incapaz de se desprender do círculo vicioso no qual estava preso.

Tais posicionamentos transformaram Tocqueville em um estranho liberal, que flertava com a esquerda dos “Jeune Gauche”, defendendo medidas sociais e outras intervenções patrocinadas pelo Estado com vistas ao bem-estar público, defendendo o direito ao trabalho, pois não acreditava no liberalismo ortodoxo, podendo ser considerado um expoente da “terceira via” *avant la lettre*. Tocqueville, como bom político que de fato foi, era um pragmático, evoluiu com o tempo. Para suas obras, buscou *in loco* as informações, foi observador arguto da vida e dos costumes. Não por acaso, entre as previsões que fez, muitas acabaram por se confirmar.

3.4.2 A nova aristocracia industrial e a pobreza sistêmica

Feitas essas digressões, fica o sentimento de que a obra de Tocqueville deve ser lida com um senso de pragmatismo, no qual a análise dos eventos e o contato direto do autor com diversas realidades em suas viagens se agregam à sua experiência intelectual, fazendo parte de sua compreensão e seu pensamento, de sua visão empírica dos fenômenos sociais, econômicos e políticos. E é exatamente nesse ponto que se coloca a percepção de que o que ele conceituava por “liberalismo” não equivalia ao que ele mesmo veio a compreender, e tampouco se constituiu

este conceito como uma visão estática. Muito pelo contrário, a liberdade do seu pensamento, associado com a sua arguta percepção dos fenômenos sociais, evidenciou que não há rótulos possíveis para o autor.

Se Tocqueville partiu de uma visão na qual percebia a decadência da aristocracia e do absolutismo como frutos diretos da ascensão de uma caminhada da igualdade que permeava a sociedade em direção inexorável à democracia, notava, porém, quando testemunhara a exploração extrema de operários nas fábricas inglesas – tal qual aquela que horrorizara Engels em seus relatos de 1845 –, que o liberalismo e a democracia por si só não libertavam, na medida que pouco podiam fazer diante da desumanização do trabalhador alienado pela produção industrial.

Percebeu ele que o capitalismo industrial e a “nova aristocracia nascente da indústria” eram capazes de retirar do trabalhador a condição de cidadão, ou seja, os atributos de liberdade e igualdade que a democracia e as instituições liberais prometiam a todos. Contudo, Tocqueville cessou os seus trabalhos antes de concluir os seus estudos acerca dessa questão.

Posteriormente, a atuação política do nobre francês estará alinhada com a sua concepção de igualdade para o exercício da liberdade. Ele desenvolveu e formulou políticas de Estado para expandir a igualdade de condições na França, então ainda impregnada pelo “liberalismo *laissez-faire*”. Nesse sentido, pode-se afirmar que alguns dos programas políticos, bem como os estudos, de Tocqueville buscaram formas de resgatar o cidadão em estresse.

Para Tocqueville, a igualdade era a peça central da *democracia*⁵⁶. E ele construiu o seu argumento principal a partir da concepção de que se traçava um caminho indelével em direção à democracia, sobre o qual ele identificou indícios históricos, a partir da Idade Média, e que apontavam para uma igualdade de condições que aproximaria paulatinamente os estamentos da

⁵⁶ No sentido da questão fundamental da igualdade, Reis (2018) observa o que pontua Tocqueville na sua percepção da evolução social a partir da idade média para as condições de igualdade na sociedade francesa: “Dos meses de permanência naquele país afirma ‘entre os novos objetos que me chamaram atenção durante a minha permanência nos Estado Unidos nenhum me impressionou mais do que a igualdade com a característica peculiar do estado democrático em relação ao Antigo Regime. Esta percepção marca o primeiro tomo de A Democracia na América publicado em 1835. Já na introdução, em um esforço de encontrar a origem do que ele denomina ‘grande revolução democrática’ vincula ao vir-a-ser da igualdade de condições, Tocqueville transporta-se setecentos anos para o passado e encontra a França dividida entre um pequeno número de famílias que comandam e um grande número de pessoas comandadas. Essa relação de poder que se perpetua pela força de geração em geração, tem origem na propriedade da terra. Percorrendo esse longo período de tempo Tocqueville mostra aos muitas circunstâncias que concorreram para o benefício da igualdade social. Nobres e plebeus se aproximavam pelo desenvolvimento de talentos, pelo acesso ao conhecimento das técnicas, pela distribuição de bens.” (REIS, 2018, p. 80).

sociedade feudal.

Para ele, a igualdade seria, portanto, a principal característica, motivação e paixão do homem e da sociedade democrática. Tamanha foi a influência do conceito de “igualdade” no seu pensamento, que ele algumas vezes o confundia com a própria concepção de democracia. Outro componente da democracia residiria na liberdade, que, segundo ele, muito embora fosse fundamental para pavimentar a base de uma sociedade democrática, o “homem democrático” estaria mesmo disposto a sacrificá-la em proveito daquela primeira (a igualdade).

A liberdade, diferentemente da igualdade, dependia de uma ação, pois dizia respeito à participação ativa do cidadão nas instâncias e espaços “públicos” de exercício da cidadania. Assim, não haveria cidadania na ausência de participação, portanto, o operário, “preso” ao seu ofício, “bitolado”, “dependente” e “brutalizado” pela alienação do trabalho, não poderia ser cidadão, porque não disporia de liberdade efetiva para participação nas esferas de ação pública e de exercício da cidadania.

Pode-se dizer que Tocqueville foi ambíguo com relação ao alcance da igualdade, até porque o autor não fechou um conceito e utilizou, ao longo de sua obra, os termos “igualdade” e “democracia”, embora em contextos diferentes, com significados que se confundem. Liberais defendem que Tocqueville vislumbrava tão somente a “igualdade de condições” ou a “igualdade formal”.

Os escritos não publicados do *Segundo Ensaio sobre o Pauperismo* demonstram, no entanto, outra perspectiva. Além dos seus escritos, também a sua atuação parlamentar demonstrou que Tocqueville acreditava que havia distorções estruturais no sistema capitalista, particularmente nas sociedades industriais, que fabricavam uma miséria estrutural, e que ele batalhava no parlamento para a adoção de políticas públicas que remediasses o sofrimento que afligia os trabalhadores.

A América descrita por Tocqueville era sim a pura expressão de uma sociedade capitalista. Porém, iniciava seu trajeto em direção a uma sociedade industrial, que se constituía por sobre uma estrutura social ainda essencialmente agrária à época das visitas do nobre francês. A decisiva industrialização da América se deu somente após a década de 1860, depois da fatídica Guerra de Secessão. Tocqueville, portanto, enxergava na América a esperança perdida de uma França filha da Revolução – que resultou não na democracia, como se deu na América, mas nas atrocidades do período do terror, capitaneado pelo infame Robespierre –, e que parecia sempre à beira de uma nova revolta.

A democracia que testemunhou no Novo Mundo estava despreendida dos vícios políticos do Antigo Regime. As instituições democráticas nos Estados Unidos, herdadas das instituições

comunais inglesas adotadas na costa leste durante o período colonial, também foram acolhidas, adaptadas e melhoradas, resultando em uma sociedade vibrante, amante da igualdade, investida da liberdade, como nunca visto antes por ele na Europa – mas que, por outro lado, também não veria depois.

A leitura do Capítulo XX do Tomo II de *A democracia na América* parece indicar que somente a igualdade formal, para o autor, tanto não era suficiente para manter a democracia, como desembocou na emergência de uma “nova aristocracia advinda da indústria”, mais brutal e sem a menor sombra de empatia ou compromisso com o restante da sociedade, dura realidade que observou em Manchester. Lá também, ele testemunhou o embrutecimento e a alienação do operário a níveis sem precedentes.

Nas cidades fabris inglesas, a exploração da mão de obra chegou a tal ponto que, como asseverou Tocqueville, tornou inócua toda e qualquer conquista em termos de igualdade legal, suprimindo por completo também qualquer traço de liberdade, sendo o indivíduo em condição de operário despojado da mais remota possibilidade de exercer a cidadania. O autor advertiu que essa nova aristocracia era ainda mais nociva do que aquela do Antigo Regime, uma vez que entabulava com a comunidade e os operários uma relação puramente econômica, na qual eram somente as horas trabalhadas e as suas relações de produção o que lhes importava. Essa nova classe não possuía, assim, vínculo de obrigação de solidariedade ou moral com a sua comunidade e muito menos com os trabalhadores, como se observava com os nobres, que deviam aos seus súditos obrigação moral e mesmo legal de socorro econômico e social. A esse respeito, assim pontuou Tocqueville:

A aristocracia territorial, dos séculos passados estava obrigada, pela lei, ou se acreditava obrigada pelos costumes, a socorrer seus servidores e aliviar suas misérias. Mas a aristocracia manufatureira de nossos dias, depois de ter empobrecido e embrutecido os homens de que se serve, entrega-os em tempo de crise à caridade pública para alimentá-los.

[...]

Penso que, tudo somado, a aristocracia manufatureira que vemos se elevar diante de nossos olhos é uma das mais duras que já apareceu na terra; mas ela é ao mesmo tempo, uma das mais restritas e menos perigosas.

Todavia, é para esse lado que os amigos da democracia devem dirigir sem cessar e com inquietude seus olhares; porque, se algum dia a desigualdade permanente das condições e a aristocracia vierem a penetrar novamente no mundo, podemos predizer que é por essa porta que entrarão. (TOCQUEVILLE, 2004, p. 198-199).

Tocqueville, aristocrata e observador em primeiro plano dos eventos e conseqüências

da Revolução Francesa (os quais ele pôde sentir no seio de sua família), acenava ao avanço “inexorável” das sociedades “democráticas”. Tomou como exemplo a jovem nação americana, que o atraía desde muito cedo, tendo a conhecido *in loco*, a fim de explorar suas características e seus segredos, pois a democracia parecia nascer quase que espontaneamente, sem os arroubos ou a violência revolucionária vividas na França, que tanto marcaram sua vida e de sua família. Encantava-lhe também o sistema político criado pelo parlamentarismo inglês, que foi explorado e analisado pelo autor nas duas viagens que fez às Ilhas Britânicas, em 1832 e 1835, numa das quais se fez acompanhar pelo amigo de viagens que já o acompanhara aos EUA, o magistrado Gustave de Beaumont.

Ingleses e estadunidenses dividiam, em boa medida, as mesmas bases democráticas: fundação estrutural para o Estado, postos eletivos e divisão dos poderes. Adotavam a tripartição clássica: judiciário independente (característica notável para a época); descentralização política e administrativa exercida por órgãos executivos, desde as instâncias locais às nacionais; e um legislativo independente, exercido por representantes eleitos nos diversos níveis de governo – características típicas de uma democracia, que, ao final daquele mesmo século, tornar-se-ia o sistema político de referência no Ocidente. Para o autor, porém, mesmo com uma base institucional democrática, ainda que de modo geral prevalecesse a igualdade de condições, no sentido do desaparecimento de privilégios – os da nobreza em especial –, somente o exercício da cidadania pela participação é que garantiria a liberdade.

Tocqueville, no Tomo II de *A democracia na América*, foi mais reflexivo e taciturno. O autor mergulhou na análise da sociedade democrática e industrial, e percebeu que a libertação trazida pela igualdade formal, fruto das leis e dos costumes democráticos, não foi estendida a todos. Ele pôde ver que a liberdade e a cidadania foram, por fim, capturadas pelas relações de trabalho e de produção do capitalismo industrial, de que ele foi testemunha. O processo brutal da divisão do trabalho, da alienação e da exploração dos operários da indústria, assim como a concentração de poder e de riquezas nas mãos dos industriais, foram-lhe chocantes e não lhe fugiram ao escrutínio, e sobre isso concluiu:

Enquanto o operário concentra sua inteligência cada vez mais no estudo de um só detalhe, o patrão passeia seus olhos por um conjunto cada vez mais vasto e seu espírito se expande na mesma proporção que do outro se estreita. Em breve o segundo não precisará mais do que a força física sem inteligência, o primeiro necessita da ciência, e quase do gênio para ser bem-sucedido. Um se parece cada vez mais com o administrador de um vasto império o segundo com um bruto.

Aqui, portanto patrão e operário não têm nada de semelhante, e se diferenciam cada dia mais. Só se ligam um ao outro como os dois elos extremos de uma

longa cadeia. Cada um ocupa um lugar que é feito para si e do qual não sai. Um se encontra numa dependência contínua, estreita e necessária em relação ao outro, e parece ter nascido para obedecer, como o outro para comandar. O que é isso, senão uma aristocracia? (TOCQUEVILLE, 2004, p. 196-197).

3.4.3 O Pauperismo

Tocqueville alertou, portanto, que o avanço do setor manufatureiro viria a recriar uma nova sociedade de desigualdade, na qual o trabalhador bestializado pela alienação do trabalho perderia toda e qualquer condição ou direito que pudesse lhe ser atribuído, formalmente, pela condição de cidadão. É mesmo surpreendente que, nos escritos de Tocqueville, o conceito de alienação do operário das indústrias esteja presente:

Que devemos esperar de um homem que passou vinte anos de sua vida fazendo cabeças de alfinetes? A que pode se aplicar, agora, essa poderosa inteligência humana que existe nele e que tantas vezes resolveu o mundo, a não ser para procurar o melhor meio de fazer cabeças de alfinetes?

Quando um operário consumou dessa maneira uma porção considerável de sua existência, seu pensamento deteve-se para sempre perto do objeto cotidiano de seus labores; seu corpo contraiu certos hábitos fixos de que não lhe é mais permitido desfazer-se. **Numa palavra, ele não pertence mais a si mesmo, mas sim à profissão que escolheu.** Foi em vão que as leis e os costumes quebraram em torno desse homem todas as barreiras e lhe abriram de todos os lados mil caminhos diferentes para a fortuna; uma teoria industrial mais poderosa do que os costumes e as leis prendeu-o a um ofício, e não raro a um lugar que não pode mais deixar. **Ela lhe atribuiu na sociedade certa posição de que não pode mais sair. No movimento universal tornou-se imóvel.**

À medida que o princípio da **divisão do trabalho** recebe uma aplicação mais completa, o **operário torna-se mais fraco, mais bitolado e mais dependente.** A arte faz progresso e o artesão retrocede. (TOCQUEVILLE, 2004, p. 196, grifo nosso).

A influência das leituras – e por que não dizer da apropriação – de autores liberais contemporâneos sobre a obra de Tocqueville mostra uma tendência de se ignorar seus textos tardios, mais maduros e com forte conteúdo de crítica social, sobretudo aqueles redigidos após as suas viagens, em 1833 e 1835, aos rincões profundos da Inglaterra industrial e à Irlanda.

Keslassy (2000)⁵⁷ advertiu que, diferentemente da visão de alguns liberais, que colocam

⁵⁷ “De ce fait, Tocqueville est presque toujours présenté comme un auteur qui ne veut pas d’État. Ce n’est retenu qu’une partie de ses réflexions car, dans son ouvrage majeur, il existe également deux chapitres édifiants qui condamnent à la fois la condition de l’ouvrier et le libéralisme économique. Il est fort surprenant que ceux-ci n’aient jamais été rapprochés de ses *Notes de Voyage em Anglatere et em Irland (1833 et 1835)*, dans lesquelles il déplore les ravages du paupérisme en signifiant clairement que les lois du marché ne lui semblent pas efficaces. **La détresse sociale anglaise, qu’il observe avec effroi, conduit Tocqueville à remettre en cause l’argumentaire économique du libéralisme.** Aussi, observons-nous la volonté de faire ressortir uniquement les

Tocqueville como um defensor do Estado Mínimo, ele, pelo contrário, defendia a necessária intercessão do Estado em questões sociais como a pobreza e a defesa do direito ao trabalho e dos direitos dos trabalhadores.

Nesse mesmo sentido, podemos encontrar críticas como a de Christian Bégin (2008), que fomentou essa discussão de forma contundente afirmando que, muito embora seja indiscutível haver em Tocqueville uma defesa do liberalismo político, há também pouca dúvida acerca da falta de convicção quanto à adesão do intelectual francês ao liberalismo econômico, em muitos casos mesmo tomando até certa distância da doutrina econômica liberal. Christian Bégin (2008, p. 188)⁵⁸ ressaltou ainda que há um certo ceticismo de Tocqueville, também, acerca dos estudos de economia política, nos quais vê faltar clareza de ideias, que derivam imersas em um oceano de argumentos contraditórios.

Para Bégin (2008), essa hipótese do não alinhamento de Tocqueville com o liberalismo econômico se relaciona a uma característica pessoal de Tocqueville, que era refratário à ideia de adesão a algum tratado econômico, vertentes ou tendências, como parecia ser de praxe entre a maioria dos autores da teoria econômica clássica liberal, como, por exemplo, David Ricardo ou Jean-Baptiste Say. Tocqueville, na qualidade de homem político e parlamentar, trazia nas suas análises elementos mais abrangentes e pragmáticos, como as características das dinâmicas sociais, por exemplo, e os seus posicionamentos parlamentares eram fruto de seu engajamento político.

*élément qui permettraient de classer Tocqueville au sein des libéraux. Par exemple, il n'est vraiment connu de son **Discours sur le droit au travail (1848)**, que as critique sévère du socialisme et son refus de voir s'inscrire le droit au travail dans la nouvelle constitution. Or, c'est oublier que Tocqueville y présente également un remarquable **appel à la charité publique** qui fait echo à son **programme social** où il fait montre de son desir de voir l'État se pencher plus sérieusement sur la question du paupérisme. Ainsi, les transformations sociales de son temps ne laissent-elles pas insensible un esprit en éveil comme l'est celui de Tocqueville. De même, dans un autre texte complètement oublié et qui fait suite au *Mémoire sur le Pauperisme*, s'évertue-t-il à chercher des solutions pour résoudre la question social.*” (KESLASSY, 2000).

⁵⁸ Christian Bégin (2008, p. 187) abre o seu artigo no Vol. XXIX da *The Tocqueville Review / La Revue Tocqueville* de 2008, uma publicação da Universidade de Toronto, dizendo: “**Les convictions liberales de Tocqueville em matière d'économie sont parfois difficiles à cerner. Jean-Claude Lamberti dira même qu'il 'garde certaines distences avec le liberalisme économique'**. La difficulté tient en bonne part au fait que Tocqueville n'a pas rassemblé ses idées dans un traité spécial comme un Ricardo ou un Say. Les phenomenes économiques qu'il évoque dans ses écrite sont dispersés et il les mélange à d'autres phénomènes sociaux sans s'attacher à une explication approfondie de leus causes et leurs effets proprement économiques. Avant de s'interroger sur as pensée liberale, c'est as pensée économique elle-même qu'il faut alors dégager. La difficulté tient aussi à as qualité d'homme politique. La doctrine sous-jacente à ses interventions risque dans certains circonstances d'être plus ou moins pollué par des considerations d'oportunité dont il convient avant toute chose de prendre la mesure”.

Eric Keslassy (2000), no entanto, rebateu, de forma enfática, que esse caso não se tratava de uma ausência de familiaridade do autor com a economia política, mas sim da postura deliberada de recusa em se alinhar a teses econômicas liberais.

Tal posição pode ser percebida em suas obras e relatos de suas viagens, como nesta tese já se demonstrou, mas também – e talvez ainda mais relevante, do ponto de vista de afirmar a sua resistência ao liberalismo econômico – na ativa militância do parlamentar Tocqueville⁵⁹. É enquanto homem de Estado que ele se manifesta francamente em discursos e propostas junto ao parlamento por um maior envolvimento do Estado francês na adoção de programas efetivos de combate ao “pauperismo”, ou mesmo pela regulamentação de direito dos trabalhadores e do constitucional direito ao trabalho. Keslassy (2000) chega a se referir ao autor como uma espécie de “terceira via *avant la lettre*” no espectro político francês da época.

Em *A democracia na América*, Tocqueville observara o fenômeno econômico enquanto consequência das condições sociais, políticas e morais forjadas pelos anglo-americanos para a construção de uma sociedade no Novo Mundo. No Tomo I, escrito entre 1830 e 1835, descrevia a democracia americana com os olhos voltados para trás, ou seja, para o embate entre a democracia e o Antigo Regime.

Hoje, pode-se fazer uma leitura mais ponderada diante da conta da evolução dos tempos e dos fatos, e mesmo da postura, de escritos e de reflexões posteriores de Tocqueville sobre a própria obra. Para ele, portanto, a emergência da América significava uma ruptura com o sistema feudal e aristocrático. Sendo ele próprio um membro da aristocracia, do seu ponto de vista, “do andar de cima”, via emergir uma “massa disforme” (sem distinção entre burgueses, trabalhadores e camponeses) do subsolo da sociedade de castas do Antigo Regime, o que julgava ser um sinal ou prenúncio de uma sociedade mais igualitária, quando na realidade o que via era a burguesia à frente das demais, como mais tarde constatou e pôde testemunhar em Manchester (Inglaterra), por exemplo.

⁵⁹ Segundo Jean-Luis Benoît e Eric Keslassy (2005), o alinhamento parlamentar de Tocqueville a setores da esquerda francesa era evidente. Além disso, segundo os autores, ele militou pela intervenção do Estado em diversas questões que normalmente são rejeitadas pelos liberais, que consideram não ser papel do Estado intervir: “*Dix ans plus tard, em 1847, lorsqu’il est chargé para la ‘Jeune Gauche’ – parmi politique qu’il tente de créer avec d’autres députés pour trouver sa place à l’Assemblée – de rédiger un programme politique, il considère désormais qu’il appartient au législateur de formuler les bases d’un projet d’assistance social dépendant d’État. Contrairement à Adam Smith, il nés pas confiance aux vertu du marché! Et dans le cadre des activités locales, Tocqueville, conseiller général, puis que président du Conseil général de la Manche, estime qu’il appartient à l’État de régler la question des enfant trouvés e de s’occuper de l’achèvement de la ligne de chemin de fer Paris-Chebourg.*” (BENOÎT; KESLASSY, 2005, p. 23-24).

Burguesia que, com o tempo – como reconheceu Tocqueville em sua digressão histórica no Tomo I de *A democracia da América* –, enriquecia-se, ascendia e se igualava à aristocracia, e logo após ultrapassava os nobres de longe; ponto no qual, segundo Karl Marx, a burguesia tomaria o Estado para si, construindo, a partir de um Estado Burguês (conforme Hegel, o Estado como fruto da sua própria razão), um novo arranjo institucional, descartando a aristocracia para a obsolescência – como ocorreu nos Estados Unidos – ou a colocando para um segundo plano, marginal, como na Inglaterra. E, como anteviu Marx, esse Estado Burguês poderia ser democrático, autoritário, republicano ou uma monarquia constitucional, não importa. O que importa, segundo sua análise, é a capacidade desse Estado para criar uma institucionalidade que garanta a propriedade privada e a manutenção do acúmulo de capital pela classe vencedora.

Nos Estados Unidos, Tocqueville via desembarcar nas praias do Novo Mundo a semente de uma sociedade igualitária (entre anglo-protestantes, excluindo, evidentemente, indígenas e negros escravos), comunitária e com fortes raízes democráticas, porque, desde o período colonial, as deliberações na administração da coisa pública eram decisões tomadas pelos colonos em suas instituições comunais, independentemente da Coroa ou do governo da metrópole londrina. Logo, Tocqueville considerou esse exercício de cidadania precoce como o efetivo exercício da soberania.

Também via que esse germe de sociedade tinha a característica de ser igualitário, tanto do ponto de vista formal – uma vez que a grande maioria dos colonos chegava à América livre de constrangimentos ou privilégios legais de nascimento ou decorrentes de classe social –, quanto do ponto de vista material.

Salvo algumas exceções de nobres britânicos que se instalaram na colônia com a posse de muitas terras, a maioria dos peregrinos chegava com poucos recursos e obtinha a quantidade de terras que eram capazes de cultivar com a força de trabalho de suas famílias, além de outros poucos trabalhadores e pequenos comerciantes que ali se instalavam – e, em boa medida, todos participavam das instituições comunais.

Mais adiante, em suas reflexões no Tomo II de *A democracia na América*, publicado em 1840, Tocqueville passa a olhar para o presente e o futuro. Reconheceu então como uma nova aristocracia poderia surgir da indústria e advertiu, de modo sombrio, porque e como esta seria talvez a mais brutal das elites jamais vista, movida pelo amor ao dinheiro, desincumbida de qualquer vínculo ou obrigação social – ou mesmo religiosa –, como a que outrora comprometia aristocratas do velho regime a seus súditos em suas comunas, condados e ducados.

4 CONCLUSÃO: TOCQUEVILLE, DESIGUALDADES E O LIBERALISMO NO SÉCULO XXI

Como se pode concluir um trabalho que aborda o pensamento de Alexis Henri Charles Clérel visconde de Tocqueville? Essa é uma pergunta justa e a responderei em primeira pessoa.

Embora eu não tenha citado antes por não ser imediatamente relacionada ao objeto da presente pesquisa, a esta altura do texto, torna-se irresistível (possivelmente irresponsável) não mencionar a obra, pouco conhecida, mas terrivelmente deliciosa, do advogado belga Hippolyte Wouters (2011), *Tocqueville humoriste*, onde cravou uma afirmação que talvez tenha dado o contorno da presente pesquisa: “*si Tocqueville a le tord d’être, de tous les auteurs, le plus cité des moins lus*”.

Seguindo o conselho de Hippolyte Wouters (2011), procurei realmente ler Alexis de Tocqueville e não somente a obra que lhe fez famoso. Ele figurou aqui como um francês de visão única no *hall* de seu tempo.

Considerarei suas fontes e inspirações, e, sobretudo, tentei fazer jus a uma parte fundamental de sua obra, a da maturidade, talvez negligenciada nos estudos de filosofia política, mas muito importante para a construção do pensamento desse pensador.

Tentei ainda recriar a América na qual Tocqueville desembarcou, pois o nobre francês foi para o Novo Mundo em busca de compreender um mundo novo que se desfraldava diante dos seus olhos, naquele que seria o movimentado século XIX.

Se me pedissem para em uma frase sintetizar o sentido e a conclusão dessa pesquisa eu diria: trata-se do estudo de como Tocqueville desembarcou na América para entender o passado e encontrou a democracia nas asas do liberalismo; e de como o mesmo Tocqueville, após suas visitas à Irlanda e às cidades industriais inglesas, desembarcou do liberalismo econômico ao ali encontrar o pauperismo, a nova desigualdade que se instalava com a emergência de uma aristocracia nascida da indústria e a triste miséria humana do proletariado.

Tocqueville e sua obra causaram e causam ainda profundo impacto, porque ele “fala” com seu leitor de um modo íntimo, sagaz, irônico e, apesar de muitas vezes tentar “educar” seu público com sua retórica, levantando questões e dilemas sinceros, e cujas respostas procura dar a partir de uma multitude de fontes, experiências e comparações. E quanto a isso não há, pois, evidência mais eloquente do desejo de diálogo do autor com o leitor que o tópico do Tomo II de *A democracia na América* intitulado *Sentimentos e Opiniões*. Seus sentimentos, *insights* e intuições tiveram muitas vezes uma importância mais significativa do que propriamente as suas

leituras. Essas percepções do autor resultaram em previsões impressionantes e quase proféticas.

Assim, o filósofo francês viveu intensamente a busca que empreendeu, descolando-se do aspecto livresco e, sobretudo, das visões doutrinárias, e não hesitou em buscar suas respostas na “realidade dos fatos”. E esse último ponto é, na minha opinião, o seu grande diferencial e de sua obra: ele não tentava adaptar a realidade ao seu pensamento, antes, porém, ele se defrontava com a realidade tal como ela se apresentava e o reformulava.

A presente análise de Tocqueville não se restringe a uma síntese doutrinária intelectual, mas carrega em si um aspecto multidimensional. Possivelmente, seu impulso inicial partira da sua mais íntima experiência pessoal e familiar, fruto do trauma da perseguição, das atrocidades e execuções que atingiram em cheio seus pais e familiares ao tempo da Revolução Francesa e da queda do Antigo Regime. As últimas páginas dessa dissertação foram escritas num esforço de tentar compreender o percurso intelectual do autor, mas não podemos perder de vista que os sentimentos guiaram a jornada de Tocqueville.

Para além da história familiar, iniciei o percurso da pesquisa procurando compreender as suas primeiras influências intelectuais. Ao estudar as suas fontes liberais da juventude, que ele literalmente levou consigo na bagagem para América (é sabido que tinha manuscritos das notas de curso de Gizot em sua mala), observei que foram os teóricos e as teorias que ajudaram Tocqueville a encarar e a dar sentido para esse “Novo Mundo”: a jovem nação americana, que aparentava uma estranha estabilidade política, econômica e social – surgida de uma revolução “irmã” daquela que destruíra e botara de ponta cabeça as estruturas em sua França natal, e que, no nível pessoal, quase aniquilara a sua família.

Analisei suas influências acadêmicas, tanto pelas suas leituras de cabeceira, quanto pelas vozes e posicionamentos de seus mestres. E, a propósito dos professores de Tocqueville, um detalhe nada trivial: muitos foram tão notórios e protagonistas da história da França quanto o foi ele próprio. Em várias ocasiões, seus mestres “dançaram” com ele a “valsa” do teatro político da França novecentista, nem sempre alinhados, mas quase sempre instigando no intelectual e também homem de Estado, Alexis de Tocqueville, sua perscrutante análise crítica, reforçada por seu olhar desconcertante e irremediavelmente irônico e, eventualmente, premonitório.

E quando se fala de mestres influentes e polêmicos na sua vida, deve-se destacar evidentemente Guizot, que foi Primeiro Ministro, no mesmo gabinete em que participava Tocqueville como Chanceler (Ministro das Relações Exteriores), do Governo de Luís Napoleão. A cizânia entre os dois ilustrava, exatamente, o distanciamento do filósofo em relação ao cânone liberal. Para Tocqueville, o proselitismo de Gizot era exatamente o que fomentava as condições que ressuscitavam uma nova aristocracia, a desigualdade e a hierarquia social pelo poder do

dinheiro, e, por fim, o que ele mais temia, a possibilidade de novas revoluções e rupturas.

Destacaram-se também, entre influências marcantes, a presença de amigos seus, como Gustave de Beaumont, companheiro fiel de jornada, carreira e viagens. A leitura de duas obras de Beaumont, embora menos célebres, é um complemento importante à leitura de duas obras importantes de Tocqueville, como desatacou Michel Drolet (2003). Além da edição conjunta de uma obra acerca do sistema penitenciário norte-americano, os dois autores produziram dois pares de obras “irmãs”. A partir das observações em sua viagem aos Estados Unidos, enquanto Tocqueville escreveu *A democracia na América*, Beaumont escreveu sobre a espinhosa questão da escravidão daquele país em *Marie ou a escravidão nos Estados Unidos*; das viagens para Inglaterra e Irlanda, Tocqueville produziu *Os Ensaios sobre o Pauperismo* e Beaumont *Irlanda social, política e religiosa*. Assim, a visão de um completava a do outro quanto às percepções que ambos tiveram dos fenômenos sociais que observaram. A vida particular dos dois amigos também encontrou paralelo na vida de suas funções públicas. Ambos ocuparam cadeiras parlamentares, Beaumont foi diplomata na Áustria e no Reino Unido, enquanto o amigo foi Chanceler no Governo de Luís Napoleão. Ambos se retiraram da vida pública depois do Golpe de Estado desse mesmo Napoleão, que passou a acrescentar no seu título o “III”, em uma mímica de mal gosto ao Império do seu tio famoso.

Louis de Kergorlay foi outra amizade que acompanhou Tocqueville ao longo da vida. Tanto Beaumont quanto Kergorlay têm grande relevância para se compreender a obra do autor, e sua leitura fornece importantes *insights* sobre a vida social e a intimidade do francês, e isso pela extensa relação epistolar que Tocqueville estabeleceu com ambos. Por fim, no capítulo de amizades notórias, é de se ressaltar a que manteve além-Mancha com John Stuart Mill, quem o recebeu na sua primeira viagem à Inglaterra em 1833, quando começava sua pesquisa acerca do pauperismo.

Para além das amizades e mestres, dediquei-me ainda a expor sobre os autores e correntes que influenciaram Tocqueville na sua juventude: Montesquieu, Pascal e Rousseau foram os pensadores que deram a base iluminista para o jovem Tocqueville.

No entanto, foi sobre as influências liberais na formação do autor que propus aqui jogar luz, confrontando e testando, assim, o pretense alinhamento liberal do pensamento tocquevilleano, ao longo de sua trajetória. Não há dúvidas que o jovem Tocqueville teve acesso e participou dos círculos liberais e de suas ideias, por isso, entre outros, visitamos brevemente aqueles com quem o autor deve ter acessado as principais formulações do liberalismo clássico francês: Say, Constant e Guizot. E tentei identificar ainda aqueles cujos ecos vibravam Tocqueville em *A democracia na América*, refletindo sobre a influência do liberalismo enquanto componente

essencial para entender seu pensamento. Note-se que, para o autor, os dois pilares fundamentais da democracia são a liberdade e a igualdade, dois princípios diretamente içados da teoria política liberal.

Nessa linha, passamos por John Locke e também por Adam Smith, chegando aos mestres e contemporâneos de Tocqueville, os liberais franceses, tais como Say, Constant e Guizot. Todos abordaram ou formularam concepções sobre a “liberdade” e a “igualdade”.

Para além da teoria política, retratar as influências de economistas sobre o autor auxilia na percepção da sua obra e de seu pensamento como um todo. Nesse sentido, apareceram como referência nomes tais como Jean-Baptiste Say, Alban de Villeneuve-Bargemont, Nassau Senior e John Stuart Mill. Algumas vezes também são feitas pelo autor menções a Adam Smith e a Thomas Malthus. Swedberg (2009, p. 80) destacou que Tocqueville, em seus estudos para a publicação de *O Antigo Regime e a Revolução*, fez uma leitura cuidadosa dos autores fisiocratas. As origens aristocráticas de Tocqueville apontam seu interesse na visão dos fisiocratas, que valorizavam a terra e a produção agrícola como forma de produção de riquezas para a sociedade. Os fisiocratas eram também conhecidos como “*économistes*”, e entre eles o mais notório foi François Quesnay, cuja influência chegou ao governo francês por Anne Robert Jacques Turgot.

Foi via Jean-Baptiste Say que Tocqueville se deparou com as ideias de Adam Smith e os seus corolários mais caros, como a importância da propriedade privada; a intransigente defesa da livre-concorrência; e, sobretudo, a máxima limitação da atuação do Estado frente aos direitos e liberdades individuais. Pelas mãos de Alban de Villeneuve-Bargemont, Tocqueville conheceu a vertente da “Economia Política Cristã”. Por fim, nessa parte da pesquisa, levantei a relevância de Henri-Benjamin Constant de Rebecque no pensamento tocquevilleano quanto ao princípio da “liberdade”.

Em razão do método de Tocqueville, parti dessa digressão e breve passagem sobre a formação acadêmica e intelectual de Tocqueville, para, enfim, levantar quais as influências que moldaram a América que recebeu Tocqueville.

Devemos lembrar que, na América, Tocqueville queria encontrar soluções para apaziguar os ímpetos destrutivos do sistema político de sua França revolucionária. Alexis desconfiava que, na (aparente) paz social e institucional trazida pela democracia americana, encontraria as lições e respostas para as conturbações vividas no Velho Mundo. Portanto, do mesmo modo que Tocqueville leu e estudou as ideias e autores do liberalismo político e econômico, ele também chegou nos Estados Unidos com espírito aberto e sem restrições ou preconceções rígidas para poder “ler a América”, e com ela aprender e tirar suas lições e respostas. É nesse ponto que a herança do pensamento político-econômico e, sobretudo, das instituições coloniais

inglesas na América fizera toda diferença.

Em razão disso, busquei, na formação social, econômica e política da América protestante e anglo-saxônica, os princípios culturais e religiosos e as influências político-filosóficas que inspiraram e fundamentaram a sua criação. Com isso, cheguei em Locke e o impacto causado por seu pensamento político, mas também ao seu envolvimento com o empreendimento colonial britânico na formação da sociedade e dos costumes de sociedade americana. E busquei avaliar o republicanismo comunitário, apontado como pedra angular da sociedade americana por Tocqueville, consolidado na vida política do país pela rígida organização comunal e religiosa dos puritanos que desembarcaram do “*May-Flower*”. E destaquei ainda que foram “os federalistas”, Jefferson, Adams e Gould, que formataram a América pelo molde constitucionalista e garantista, consolidado por meio da intensa institucionalização da democracia americana.

Na visão de Tocqueville, a experiência e o contato com a “realidade de fato” falam mais alto e suplantam as cantilenas doutrinário-dogmáticas dos teóricos-políticos. Em *A democracia na América*, a observação da sociedade e de seus costumes consome o autor. Nada de importante para sua busca pareceu lhe escapar à visão e, tampouco aos seus ácidos, sagazes e profundos comentários. Analisou ainda as instituições e sua organização entre o executivo, o legislativo e o judiciário. Também desenhava atentamente o perfil do americano médio e não se furtou de descrever as elites. Não se esqueceu da espinhosa situação vivida pelos povos à margem da democracia na América: indígenas e afrodescendentes escravizados. Descreveu os homens democráticos, mas também as mulheres. Destacou o papel do cristianismo e o perigo da ditadura da maioria. Falou da instrução na América, da alfabetização nas paróquias às pesquisas aplicadas e à tecnologia que fomentavam a inovação nas indústrias. Ele chegou até mesmo a falar sobre a falta de apreço do americano pela dedicação a questões filosóficas e abstratas. Teceu comentários sobre a arte e a literatura. Comentou da grandiosidade das obras públicas à insignificância dos monumentos e da estética urbana. Tudo foi assunto para a mente inquieta desse nobre francês na América.

Não por acaso, *A democracia na América* é até hoje uma obra para a qual os americanos, num geral e não somente os acadêmicos, voltam-se a fim de entender sua América, sobretudo aquela da primeira metade do século XIX.

Assim, seguindo o método de Tocqueville, o objetivo aqui foi proceder a uma recomposição histórica e social da economia americana durante o período em que Tocqueville visitava o país, para melhor entender a sua visão, abordagem e também os seus sentimentos acerca dos acontecimentos e do modo de vida dos americanos.

Assim, visitamos a “América Jacksoniana”, sob a batuta também liberal do Presidente

Andrew Jackson, com a sua economia fulgurante em meio a uma expansão sem precedentes na história. Atraindo de todos os cantos uma horda de migrantes encantados e seduzidos pelo sonho de “Fazer a América”, em um estado de espírito coletivo que consolidava a ideologia do “Destino Manifesto”.

Essa era a perspectiva de América anglo-saxônica que impulsionava o jovem Alexis em todo o Tomo I de *A democracia na América*, uma América onde a igualdade formal se confundia com a igualdade econômica, uma vez que na América de Jackson a propriedade da terra estava ao alcance de, praticamente, qualquer um, que podia sempre tirar dela o seu sustento e iniciar a sua jornada individualista e inquieta para a fortuna e a prosperidade. Evidentemente, essa prosperidade e pungência econômica teve um preço. A expansão territorial “infinita”, com a progressiva ocupação das terras continentais, da costa leste às margens do Mississipi, ainda enquanto Tocqueville visitava a América, custou a aniquilação, o massacre e o genocídio dos povos originários norte-americanos. Logo em seguida, a “marcha para o oeste” continuou e os Americanos seguiram ocupando todo o oeste, chegando, em meados do século XIX, a se banhar, enfim, na costa do Pacífico, engolindo tudo e todos no caminho.

Esse foi o panorama retratado por Alexis no livro que lhe deu fama e glória, o Tomo I de *A democracia na América*. Sim, até este ponto, é possível inferir que Tocqueville se alinhava em grande parte com os cânones do liberalismo político e, de forma geral, com os princípios gerais do liberalismo econômico também. O autor pareceu ter respondido com a experiência americana as questões que lhe perturbavam quanto à malfadada Revolução Francesa e ao fim do Antigo Regime. A democracia liberal norte-americana parecia mesmo ser a opção óbvia para a construção de uma sociedade bem-ordenada.

Contudo, algo acontece na redação e publicação da parte final de sua obra. No Tomo II de *A democracia na América*, publicado em 1840, Tocqueville passa a voltar os seus olhos não mais para o passado, mas para o presente e para o futuro. Reconheceu ele que uma nova aristocracia poderia surgir da indústria e advertiu, de modo sombrio, por que e como esta seria talvez a mais brutal das elites jamais vista, movida pelo amor ao dinheiro, desincumbida de qualquer vínculo ou obrigação social, ou mesmo religiosa, que outrora obrigara as aristocratas do velho regime aos seus súditos em suas comunas e condados.

Na relação do industrial com seus operários, inexistia qualquer vínculo ou obrigação fora do chão de fábrica. O que a princípio lhe pareceu um claro sinal do triunfo da igualdade, uma vez que não havia mais sinais aparentes da hierarquia social baseada nas relações de sangue, logo se revelou como a mais cruel das desigualdades fundada “apenas” – e sobretudo – em uma nova régua social, fria e indiferente, porém, ainda mais implacável e intransigente: a do dinheiro

e do poder econômico.

Nesse ponto da pesquisa, busquei desvendar o que, para mim, foi o verdadeiro ponto de inflexão no pensamento de Tocqueville: as duas viagens para Inglaterra e Irlanda. A primeira viagem foi fundamental para levantar no autor uma estranha questão, e que, em um primeiro momento, fazia muito pouco sentido: por que, no país mais próspero e rico do mundo, a miséria (ou o pauperismo, como chamava) não somente não parava de crescer como parecia ser ainda maior do que em muitos países menos desenvolvidos? Essa pergunta desconcertava o autor. Desestabilizava a sua crença no sistema que criara quanto aos fundamentos de igualdade e liberdade. Se em uma sociedade rica e próspera como a Britânica, que era capaz de garantir as liberdades políticas e a igualdade de direitos fundamentais, o pauperismo já grassava uma parte substancial da sociedade produtiva, deveria haver uma razão externa ao sistema.

A sua primeira leitura do problema só deixava uma hipótese: só poderia ser culpa do cidadão, que se acomodou e encontrou na caridade a justificativa para a falta de ambição e para o fracasso econômico. A pobreza era, portanto, uma falha moral e de caráter do indivíduo.

Como era de costume, as avaliações de Tocqueville passavam sempre por sua “experiência táctil do fenômeno social”. Estar livre para suas caminhadas e observações fazia parte do seu método. E, na primeira viagem, foi sempre ciceroneado por uma elite que o embebedava com uma visão de mundo. Nessa visão, os trabalhadores eram livres e iguais, e, portanto, tão senhores do seu destino quanto qualquer outro, de modo que, na riqueza ou na pobreza, era o seu mérito o fator exclusivo a ser responsabilizado.

Inconformado com suas conclusões da primeira viagem, Tocqueville empreende uma segunda, dessa vez acompanhado por seu amigo fiel de viagens Gustave de Beaumont. Tocqueville evita dessa vez a capital Londres e se dedica a conhecer as cidades industriais britânicas, de “onde vertiam rios de ouro”, fruto do prodígio industrial inglês.

Então, é a partir desse ponto, à medida que adentra essa que seria a Inglaterra profunda, que a narrativa constante nas notas de sua obra inacabada, o *Segundo Ensaio sobre o Pauperismo*, torna-se chocante. O autor não conseguiu disfarçar o horror decorrente do testemunho da opulência, descaso e irresponsabilidade vivida por uma elite cruel e insensível, de um lado, e a absoluta miséria e degradação humana, sofrida pelos proletários, de outro. Na sua visão, esses trabalhadores não são mais do que seres bestializados pelas horas de trabalho e pela precariedade, insalubridade e desumanidade das condições de vida por eles provada. Desse encontro com a realidade sem intermediadores, Tocqueville vocifera: “*Na Inglaterra, tornou-se uma desgraça horrível ser pobre*”. A partir de sua segunda viagem à Inglaterra, Tocqueville percebe que a miséria não era resultado da atitude relapsa do indivíduo, mas sim de um fenômeno

estrutural absolutamente alheio a sua vontade ou capacidade para alterar sua sorte ou destino. A miséria estava relacionada às tendências de concentração do fluxo de riqueza que se consolidaram com o capitalismo industrial na Inglaterra.

O fenômeno inglês arrastou consigo também a Irlanda, que passou a fazer parte desse circuito infernal para pobres e miseráveis. Na Irlanda, o fenômeno se tornou mais visível para Tocqueville, uma vez que ele se deu conta que a formação dos latifúndios ali estava intrinsecamente ligada à Inglaterra por uma dinâmica de divisão internacional do trabalho.

A Irlanda precisava de latifúndios para produzir *commodities* baratas para exportar à Inglaterra, deixando mesmo de produzir alimentos para o próprio povo, que, por sua vez, acabou sendo expulso dos campos, migrando então para as cidades indústrias inglesas, onde se juntavam ao “exército de reserva” nas portas das fábricas, pressionando os salários dos operários ingleses ainda mais para baixo, o que fecha esse ciclo de miséria. A miséria não acometia somente aos desempregados, mas também impactava na subsistência dos proletários, em razão dos baixíssimos salários que mal a garantiam.

O autor chegou, assim, à conclusão de que inexistia cidadania nas condições que encontrou os operários na Inglaterra. Perdiam os homens o controle de si. Não havia, portanto, liberdade. Por outro lado, não havia, tampouco, nada mais desigual do que a hierarquizada e implacável ordem imposta pelo acúmulo de dinheiro e pela nova “aristocracia originária da indústria”. A partir desse contexto, o pretenso “liberalismo” de Tocqueville muda para sempre.

Uma forte evidência dessa mudança está no fato de que o nobre francês se engajara na política para ocupar uma cadeira no parlamento, e que sua luta política se concentrou em torno de pautas nada liberais, como: a defesa de legislações trabalhistas, da garantia de direitos universais, como o direito à alfabetização, e de leis que facilitariam a organização de cooperativas e a mútua assistência.

Quando Tocqueville veio a ocupar, no governo de Luís Napoleão, o posto de Chanceler, portou-se como um feroz crítico ao colega de gabinete e antigo mestre Guizot e às políticas que o seu governo adotava em benefício e privilégio da elite, sobretudo, industrial. Como ele havia previsto, as políticas do governo francês resultaram na reemergência da desigualdade endêmica, criando as condições para uma nova revolução, que por certo veio. Em 1848, as profecias de Tocqueville se cumpriram, e mais uma vez irrompeu sob o céu de Paris uma revolução.

Neste ponto, chegando ao final da presente pesquisa, encontrei sinais consistentes na literatura, assim como destaques na própria obra de Tocqueville, que apontaram de modo contundente para uma resoluta desconfiança, ceticismo e crítica do autor em relação ao cânone do liberalismo econômico. Pois ele reconhecia as distorções endêmicas causadas, sobretudo, pelo

capitalismo industrial, no qual o operário se desumanizava, não restando em si possibilidade real para o exercício da cidadania.

Nesse sentido, mais do que nunca, as considerações de Tocqueville permanecem atuais. É muito difícil conceber a existência de democracia quando está ausente senão uma certa igualdade de oportunidades materiais entre os cidadãos, pelo menos o equilíbrio, onde as condições da elite econômica não estejam tão dramaticamente distantes daquelas na faixa dos mais pobres.

Como mencionei no início do texto, na introdução, um dos motivos da presente pesquisa é a desigualdade que testemunhamos nos dias atuais, sem precedentes na história da humanidade. O topo dos 10% mais ricos da população do mundo – estando a sua esmagadora maioria concentrada em países do G7 (EUA, Canadá, Grã-Bretanha, França, Itália, Japão e Alemanha) – controla mais riqueza do que o restante dos países do mundo somados.

Além disso, vivemos um acelerado processo de degradação dos direitos trabalhistas e garantias sociais que tende a nos recolocar, em termos legislativos, no mesmo patamar de fragilidade que se viam os proletários das fábricas inglesas visitadas por Tocqueville. A participação da fatia mais pobre da população na distribuição da riqueza vem diminuindo, e, em decorrência da “economia de plataforma” ou da “Uberização” das relações de trabalho, as horas exigidas dos trabalhadores perderam os limites, impondo cada vez mais horas intermináveis para trabalhadores sem vínculos de emprego, completamente desguarnecidos de seguridade social. A realidade que, possivelmente, fez com que Tocqueville declinasse do liberalismo ortodoxo, de algum modo, está se repetindo. Nesse contexto, retomar a mais importante e pioneira obra sobre a democracia e, em particular, sobre um ponto tão fundamental como a concepção de igualdade se torna simplesmente incontornável.

Portanto, desde o questionamento inicial desta dissertação, que se enseja em seu título, *Tocqueville e os caminhos da igualdade: Da Democracia na América aos porões de Manchester, os liberalismos em conflito*, houve um longo percurso, no qual foram testadas à exaustão as concepções de igualdade e liberdade em Tocqueville.

Mas é justo argumentar que, neste caminho, não somente a igualdade se firmou como um aspecto fundamental da democracia, como também, na visão do autor, e após os “porões de Manchester”, amplia-se o alcance da sua concepção de igualdade, daquela meramente formal para uma que envolvia também a igualdade de oportunidades e de acesso do indivíduo a uma condição material mínima e de suficientes recursos para garantir uma existência digna, para o cidadão poder, enfim, exercer a sua liberdade participativa nas instâncias democráticas.

5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARNEIL, Barbara. **Jonh Locke and America – The Defence of English Colonialism**. New York: Clarendon Press, Oxford University, 1996.

ARON, Raymond. **As etapas do pensamento sociológico**. 5 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

ARON, Raymond. **Estudos Políticos**. Tradução Sérgio Bach, 2 ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1985. (Coleção Pensamento Político, v. 18).

BARROS, Roque Spencer. **Tocqueville e a História**. In: _____. Introdução à filosofia liberal. São Paulo: Edusp/Grijalbo, 1973c. p. 173-185.

BÉGIN, Christian. Tocqueville et l’Economie Politique. **The Tocqueville Review / La Revue Tocqueville**, Toronto, Canadá, v. XXIX, p. 187-216, 2008.

BENOÎT, Jane-Louis. A evolução de Tocqueville sobre o problema da pobreza e do pauperismo. In: REIS, Helena Esser dos. (org.). **Democracia e miséria**. São Paulo: Editora Almedina; Discurso Editorial, São Paulo. 2020. P. 15-38.

BENOÎT, Jean-Louis; KESLASSY, Eric. **Alexis de Tocqueville – Textes Économiques – Anthologie Critique**. Paris: Ed. Pocket, 2005.

BOBBIO, Norberto. **Dicionário de política**. Tradução Carmen C. Varriale *et al.* Coordenação e tradução João Ferreira. Revisão geral João Ferreira e Luis Guerreiro Pinto Cacaís. Brasília : Editora Universidade de Brasília, 1998.

BOESCHE, Roger. **The Strange Liberalism of Alexis de Tocqueville**. New York: Cornell University Press, 1987. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/10.7591/j.ctvr7f7f8>. Acesso em: 12 set. 2023.

COSTA, Marta Nunes da. Democracia e a pobreza em Tocqueville: os paradoxos da nossa condição. In: REIS, Helena Esser dos. (org.) **Democracia e Miséria**. São Paulo: Ed. Almedina, 2020. p. 39-54.

DIJN, Annelien de. **French Political Thought from Montesquieu to Tocqueville Liberty in a Levelled Society?** Leuven: Cambridge Press, 2008.

DIJN, Annelien De.; GEENENS, Raf. **Reading Tocqueville – From Oracle to Actor**. New York: Palgrave Macmillan, 2007.

DRESCHER, Seymour. Why Great Revolutions Will Become Rare: Tocqueville's Most Neglected Prognosis. **The Journal of Modern History**, Chicago, v. 64, n. 3, p. 429-454, set., 1992.

DROLET, Michael. **Tocqueville, Democracy and social reform**. New York: Ed. Palgrave Macmillan, 2003.

ELSTER, Jon. **Alexis de Tocqueville: the first Social Scientist**. Cambridge: Ed. Cambridge University Press, Cambridge, 2009.

FERRATON, Cyrille. L'idée d'association chez Alexis de Tocqueville. **Cahiers d'économie Politique**, n. 46, v. 1, p. 45-65, 2004.

FILMER, Robert. **Patriarcha and other political Writings**. Peter Laslett. (ed.). Oxford: Blackwell's Political Texts, 1949.

GIRARD, Louis. **Les libéraux français 1814-1875**. Paris: Aubier Montaigne, 1985.

GOLDSTEIN, Doris. Alexis de Tocqueville's concept of citizenship. **Proceedings of the American Philosophical Society**, n. 108, p. 39 - 53, 1964.

HESS, Andreas. **Tocqueville and Beaumont: Aristocratic Liberalism in Democratic Times**. London: Palgrave Macmillan, 2018.

HILL, Christopher. **O mundo de ponta-cabeça**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

HILL, Christophe. **Some intellectual consequences of the English revolution**. Wisconsin: University of Wisconsin Press, 1980

JASMIN, Marcelo Gantus. **Alexis de Tocqueville: a historiografia como ciência da política**. Rio de Janeiro: Access, 1997.

JAUME, Lucian. **Tocqueville: the aristocratic sources of liberty**. Princeton: Princeton University Press, 2008.

JOHNSON, Paul. **A History of The American People**. New York: Harper Collins Publishers, 1997.

JON DELOGU, C. **Tocqueville and Democracy in the internet Age**. Michigan: Ed. University of Michigan Publishing, 2014.

KANHAN, Alan. **Aristocratic Liberalism** – The Social and Political Thought of Jacob Burkhardt, John Stuart Mill and Alexis de Tocqueville. Oxford: Oxford University Press, 1992.

KELLY, George Armstrong. **Thee Human Comedy: Constant, Tocqueville and french liberalism**, London: Cambridge University Press, 1992.

KESLASSY, Eric. **Le libéralisme de Tocqueville a L'épreuve du Pauperisme**. Montral: L'Harmattan, 2000.

LAMBERTI, Jean-Claude. De Benjamim Constant à Alexis de Tocqueville. **France Forum**, p. 19 - 26, abr.-mai., 1983.

LATGÉ, Max. Le sens de l'égalité et de la liberté chez Rousseau et Tocqueville. *In: _____*. **Analysis et reflexions sur Tocqueville "De la démocratie en Amérique"**. Paris : Marketing, 1985. p. 206- 212.

LECA, Antoine. **Lecture critique d'Alexis de Tocqueville**. Marseille: Presses Universitaires d'Aix-Marseille, 1988.

LEFORT, Claude. O fenômeno da crença em política. *In*: ANDRÉS, Aparecida. (org.).

Utopias: sentidos, minas, margens. Belo Horizonte: UFMG, 1997.

LEFORT, Claude. **A invensão democrática**: os limites do totalitarismo. São Paulo: Brasiliense, 1983.

LEFORT, Claude. La menace qui pèse sur la pensée. **Tocqueville Review / La Revue Tocqueville**, Toronto, v. XVIII, n. 1, p. 29 - 35, 1997.

LEFORT, Claude. **Pensando o político**: ensaios sobre democracia, revolução e liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

LEFORT, Claude. Tocqueville: democracia e arte da escrita. *In*: _____. **Desafios da escrita política**. São Paulo: DiscursoEditorial, 1999. p. 55 - 91.

LEFORT, (Autor) C.; SOUZA, (Tradutora) E. M. de M. Liberalismo e democracia. **Estudos de Sociologia**, Araraquara, v. 13, n. 25, 2008. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/estudos/article/view/1142>. Acesso em: 12 set. 2023.

LEGROS, Robert. Tocqueville: le retrait comme repli et comme ouverture. *In*: _____.

L'idée d'humanité. Introduction à la phéoméologie. Paris: Grasset et Fasquelle, 1990. p. 137-195.

LIVELY, Jack. **The social and political thought of Alexis de Tocqueville**. Oxford: Clarendon Press, 1962.

LOCKE, Jill; BOTTING, Eileen Hunt. **Feminist Interpretations of Alexis de Tocqueville**, Pennsylvania: Pennsylvania State University Press, 2009.

LÖWY, Michael. **A Teoria da Revolução no Jovem Marx**. Tradução Anderson Gonsalves. Pretópolis: Vozes, 2002.

MANENT, Pierre. **Histoire intellectuelle du libéralisme**. Paris: Calmman-Lévy, 1987.

MORAES, Felipe Moralles e. **A teoria crítica de Alexis de Tocqueville**. Porto Alegre: Editora Fi, 2019.

NIMTZ, August H. Jr. **Marx, Tocqueville, and race in America** – The 'Absolut Democracy' or 'Defiled Republic'. Maryland: Lexington Books, 2003.

OFFE, Claus. **Reflections on America** – Tocqueville, Weber and Adorno in the United States. Cambridge: Polity Press, 2005.

OSTROM, Vincent. **The meaning of democracy and the vulnerability of democracies: a response to Tocqueville's challenge**. Michigan: Ed. University of Michigan Press, 1997.

PENNA, José Oswaldo de Meira. Editorial. *In*: TOCQUEVILLE, A. **Ensaio sobre a Pobreza**. Rio de Janeiro: Editora UniverCidade, 2003.

POGREBINSCHI, Thamy. **Enigma do Político** – Marx contra a política moderna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

REIS, Helena Esser dos. Política e religião no pensamento de Tocqueville. **Revista UCPel**, Pelotas, v. 7, n. 1, p. 93-100, 1997.

REIS, Helena Esser dos. Da paixão pela igualdade à desigualdade e opressão: ruína da Democracia. *In*: COSTA, Marta Nunes da. (org.). **Razões, Paixões, Utopias** – Democracia em questão. São Paulo: Ed. Liberars, 2018. p. 79-93.

REIS, Helena Esser dos. Eliminación del pauperismo: condición para la construcción de la democracia. *In*: RUIZ, Castor M. M.; RAMÍREZ, Bartolomé Ruiz Manuel Fernando Quinché. (org.). **Justicia, estados de excepción y memoria**. Por una justicia anamnética de las víctimas. Bogotá: Editorial de la Universidad del Rosário, 2011.

REIS, Helena Esser dos. A democracia moral de Tocqueville. **Fragmentos de cultura**, v. 10, n. 6, p. 1075 - 1086, nov.-dez., 2000.

REIS, Helena Esser dos. Miséria, violação da democracia. *In*: REIS, Helena Esser dos. (org.). **Democracia e miséria**. São Paulo: Editora Almedina; Discurso Editorial, São Paulo. 2020. p. 97-118.

SANDEL, Michael J. **Democracy Discontent** – America in Search of Public Philosophy. Cambridge: Harvard University Press, 1996.

SCHLEIFER, James. **Cómo nació la democracia en América de Tocqueville**. México: Fondo de cultura Económica, 1984.

SMITH, Adam. **A Riqueza das Nações** – Investigações sobre a sua Natureza e suas Causas. Tradução Luiz João Baraúna. São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda., 1996.

STIGLITZ, Joseph E. **The price of Inequality**. New York: WW Norton & Company, 2012.

SWEDBERG, Richard. **Tocqueville's Political Economy**. Princeton; New Jersey: Princeton University Press, 2009.

TOCQUEVILLE, Alexis de. **A democracia na América**. Sentimentos e Opiniões. Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2004. (Tomo II).

TOCQUEVILLE, Alexis de. **A democracia na América**. Leis e costume. Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2005. (Tomo I).

TOCQUEVILLE, Alexis de. **Antigo Regime e a Revolução**. Tradução Rosemary Costhek Abílio. São Paulo: Ed. Folha de São Paulo, 2015.

TOCQUEVILLE, Alexis de. **Ensaio sobre a pobreza**. Rio de Janeiro: UniverCidade, 2003.

TOCQUEVILLE, Alexis de. **Ensaio sobre o Pauperismo**. Tradução Helena Esser dos Reis. São Paulo: Almedina, 2020.

TOCQUEVILLE, Alexis de. **Souvenirs**. Paris: Calmann Lévy, 1893.

TOCQUEVILLE, Alexis de. **Viagens à Inglaterra e à Irlanda**. Tradução Plínio Augusto Coelho. Apresentação Eduardo Valladares. São Paulo: Imaginário, 2000.

TOCQUEVILLE, Alexis. **Writings on Empire and Slavery**. Edição e Tradução Jennifer Pitts. Baltimore; London: Johns Hopkins University Press, 2003.

TOCQUEVILLE, Alexis de; MILL, John Stuart MILL. **Correspondencia**. Prólogo Charles Augustin Sainte-Beuve. Tradução Hero Rodríguez Toro. México: Fondo de Cultura Económica, 1985.

VÉLEZ RODRIGUEZ, Ricardo. Tocqueville e os Franceses. **Jornal da Tarde**, São Paulo, edição de 14 de abril de 1995. p. 2.

VÉLEZ RODRIGUEZ, Ricardo. A problemática da pobreza segundo Alexis de Tocqueville. **Carta Mensal**, Rio de Janeiro, v. 43, n. 508, p. 3-16., 1997.

VÉLEZ RODRIGUEZ, Ricardo. O banco do povo segundo Tocqueville. **Jornal da Tarde**, São Paulo, edição de 7 de fevereiro de 1998a. p. 2.

VÉLEZ RODRIGUEZ, Ricardo. O liberalismo democrático segundo Alexis de Tocqueville (1805-1859). **Cultura** – Revista de história e teoria das idéias, Lisboa, v. X, segunda série, p. 437-460, 1998b.

VÉLEZ RODRIGUEZ, Ricardo. Tocqueville au Brésil. **The Tocqueville Review / La Revue Tocqueville**, Toronto, v. XX, n. 1, p. 147-176, 1999.

VIEIRA, Júlia Lemos. **Caminhos da Liberdade** – no jovem Marx. São Paulo: Anita Garibaldi, 2017.

VIROLI, Maurizio. Républicanisme, libéralisme et communautarisme. **Klesis** – Revue philosophique, n. 18, 2011. p. 1-9.

WOUTERS, Hippolyte. **Tocqueville Humoriste**. Paris: Ed. Michel de Maule, 2011.

ZETTERBAUM, Marvin. Tocqueville: neutrality and the use of history. **The American Political Science Review**, v. XVIII, n. 3, p. 611 - 621, set., 1964.

ZUNZ, Oliver. **Alexis de Tocqueville and Gustave de Beaumont in America: their friendship and travels**. Virginia: University of Virginia Press, 2010.